



**UNIVERSIDADE FEDERAL  
DE SANTA CATARINA**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC)  
CENTRO SOCIOECONÔMICO (CSE)  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HELENA MIRANDA CHEREM

**A GUERRA-FRIA DO ORIENTE MÉDIO:**

Irã e Arábia Saudita na balança de poder regional no Oriente Médio após a Primavera Árabe

FLORIANÓPOLIS, 2019

**HELENA MIRANDA CHEREM**

**A GUERRA-FRIA DO ORIENTE MÉDIO:**

Irã e Arábia Saudita na balança de poder regional no Oriente Médio após a Primavera Árabe

Monografia submetida ao curso de Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), como requisito obrigatório parcial para a obtenção do grau de Bacharelado.

**Orientadora:** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Danielle Jacon Ayres Pinto

FLORIANÓPOLIS, 2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS  
COORDENADORIA DE MONOGRAFIA

Campus Prof. João David Ferreira Lima – CEP. 88040-900

Trindade – Florianópolis – Santa Catarina - Brasil

Fone: (48) 3721.9458 – Fax (48) 3721.9776

E-mail [cnm@contato.ufsc.br](mailto:cnm@contato.ufsc.br)

**ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA - Nº 012/2019.1**

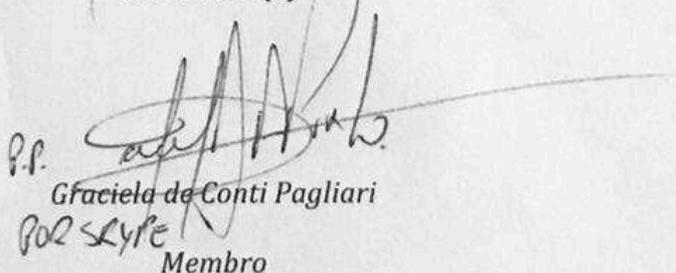
A Comissão Examinadora, nomeada pelo Coordenador de Monografias, resolve atribuir ao (à) acadêmico (a) **Helena Miranda Cherem**, após a apresentação do trabalho intitulado, "A Guerra Fria Do Oriente Médio: As influências da Guerra Fria entre Irã e Arábia Saudita na balança de poder regional no Oriente Médio após a Primavera Árabe", a nota 100 (dez), referente à disciplina CNM 7280 – Monografia.

Florianópolis, 09 de Julho de 2019.



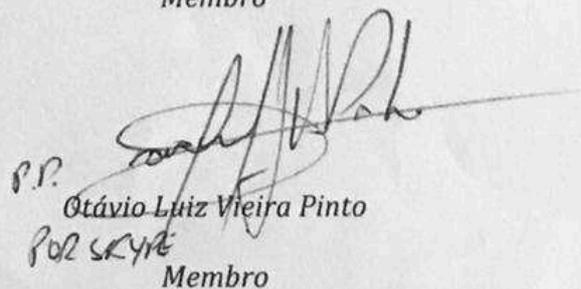
Danielle Jacón Ayres Pinto

Orientador(a)



P.P. Gfaciela de Conti Pagliari

por skype  
Membro



P.P. Otávio Luiz Vieira Pinto

por skype  
Membro

## AGRADECIMENTOS

Não são todos os dias que completamos ciclos em nossa vida com orgulho pleno e muita dedicação. Não é sempre que decidimos começar tudo de novo, e com certeza não é sempre que o apoio vem incondicionalmente. Quando decidi em 2014 que queria um futuro diferente, quando inventei que estudaria durante 2 meses para passar no curso dos meus sonhos, na universidade dos meus sonhos, depois de 4 anos longe do vestibular, tive o privilégio de ouvir por todos os lados palavras como “vai nessa, tu consegues!”, e por isso, serei eternamente grata.

Sendo assim, primeiramente, gostaria de agradecer numa força muito maior do que jamais conseguirei expressar aos meus maiores apoiadores: pai, mãe, gui, *muito obrigada!* Obrigada a todos por terem me desejado tanto e por só quererem meu bem, sempre. Paps, obrigada pelas incontáveis horas de mentoria do TCC; mãe, obrigada por me inspirar a sempre seguir em frente e fazer o meu melhor; gui, obrigada por sempre me colocar pra cima e me fazer sorrir. Vocês me fizeram chegar à pessoa que sou hoje, incondicionalmente amada e muito forte!

Em igual importância, agradeço imensamente o meu parceiro de vida, que diariamente me ajuda a ser a melhor versão de mim mesma. Fê, muito obrigada pelo constante apoio a todos os meus sonhos, loucos e desafiadores. Obrigada por segurar minha mão pelo caminho e formar uma família linda junto comigo. Há dez anos não canso de repetir o quanto te amo.

Às minhas amigas de vida, as criaturinhas maravilhosas que tenho o maior orgulho em chamar de melhores amigas. Chris, Gabi, Thati, Kátia, Maju, Débs, Milla: obrigada por estarem ao meu lado há duas décadas, vocês são incríveis!

Àqueles que estiveram ao meu lado nos últimos quatro anos e meio, minhas duplas, trios, quartetos, “prof., pode fazer em cinco?”, em especial à Nati, Rafa, Lu, Bru, João e Barb. Obrigada por todos os momentos, pelo crescimento conjunto, pelos trabalhos terminados a caminho da aula, pelas risadas, pelos abraços, pelos finais de semestre e por termos todos sobrevivido juntos. À 15.1, a melhor turma que alguém poderia desejar, sentirei saudade da nossa *Philia* diária, vocês foram sensacionais!

Finalmente, meu agradecimento mais sincero aos professores incríveis a quem tive o prazer de conhecer nessa graduação. Em especial, à minha orientadora Danielle; à mãe do projeto de extensão mais incrível da UFSC, o SiEM, a Patrícia; e às duas professoras que são minhas maiores inspirações em sala de aula: Clarissa e Laura. Vocês, assim como minha mãe são meus exemplos de mulheres incríveis dentro da academia, e por isso as agradeço muito e prometo me espelhar em vocês para ser a profissional que as próximas gerações merecem!

## **RESUMO**

Enquanto o Oriente Médio assiste a um aumento exponencial na sua instabilidade regional, especialmente após os levantes da Primavera Árabe de 2011, percebe-se a presença cada vez mais constante de dois atores externos nos conflitos nacionais. A República Islâmica do Irã e o Reino da Arábia Saudita disputam por poder em uma Guerra Fria regional que já perdura anos e trouxe uma série de consequências negativas à região. Sob um método de abordagem hipotético-dedutivo, este trabalho propõe como hipótese principal que essa Guerra Fria regional, intensificada após a Primavera Árabe, redefiniu a balança de poder no Oriente Médio, influenciando em uma série de fatores como estabilidade regional e militarização. A análise do conflito se dá por um viés neorrealista, com foco nas consequências do conflito, ainda que uma contextualização histórica também seja fornecida para melhor situar o(a) leitor(a).

Palavras-chave: Relações Internacionais, Oriente Médio, Guerra Fria regional, Irã, Arábia Saudita, Segurança Internacional, balança de poder.

## **ABSTRACT**

As the Middle East witnesses an exponential increase in its regional instability, especially after the Arab Spring 2011 uprisings, an increasingly steady presence of two external actors can be seen in national conflicts. The Islamic Republic of Iran and the Kingdom of Saudi Arabia vie for power in a regional Cold War that has lasted for years and has brought a number of negative consequences to the region. Under a hypothetical-deductive methodological approach, this paper proposes as its main hypothesis that this regional Cold War, intensified after the Arab Spring, redefined the power balance in the Middle East, influencing a series of factors such as regional stability and militarization. The analysis of the conflict is based on a neorealist bias, focusing on the consequences of the conflict, even though a historical context is also provided to better situate the reader.

Keywords: International Relations, Middle East, regional Cold War, Iran, Saudi Arabia, International Security, power balance.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|   |    |
|---|----|
| <b>Figura 01:</b> Mapa do Grande Oriente Médio.....   | 12 |
| <b>Figura 02:</b> Mapa da Composição Linguística do Grande Oriente Médio.....   | 13 |
| <b>Figura 03:</b> Expansão do Califado Islâmico (630 a 750 E.C.) .....  | 14 |
| <b>Figura 04:</b> Mapa da Composição Religiosa do Oriente Médio Central.....  | 15 |
| <b>Figura 05:</b> Mapa dos Grupos Étnicos no Oriente Médio Central.....   | 16 |
| <b>Figura 06:</b> Possessões Coloniais no Oriente Médio em 1914.....  | 17 |
| <b>Figura 07:</b> Mapa do Alcance dos Principais Impérios Persas.....   | 21 |
| <b>Figura 08:</b> Organograma da Organização Política do Irã atual.....   | 29 |
| <b>Figura 09:</b> Mapa da Ascensão e Queda do Primeiro Estado Saudita, 1744 – 1818.....   | 32 |
| <b>Figura 10:</b> Mapa do <i>status</i> dos Estados do Grande Oriente Médio, 5 anos após o início da Primavera Árabe (2011 – 2016) .....  | 49 |
| <b>Figura 11:</b> Gráfico apresentando parte das reservas mundiais de petróleo cru – Países da OPEP (2017) .....  | 58 |
| <b>Figura 12:</b> Mapa das Ilhas <i>Big/Greater Tunb, Little/Lesser Tunb e Abu Musa</i> .....   | 67 |
| <b>Figura 13:</b> Linha do tempo dos principais eventos regionais no contexto da Guerra Fria Irã-Arábia Saudita (2013 a 2019) .....   | 75 |
| <b>Figura 14:</b> Território ocupado pelo Estado Islâmico (ISIS) – 2014/2017.....   | 76 |
| <b>Figura 15:</b> Alinhamento dos atores do Oriente Médio em relação à Guerra Fria regional – aliados do Reino da Arábia Saudita x aliados da Rep. Islâmica do Irã (2018) ..... | 80 |
| <b>Figura 16:</b> Despesas militares como porcentagem do produto interno bruto (PIB) no Oriente Médio, em 2017.....   | 88 |
| <b>Figura 17:</b> Despesas militares dos três maiores investidores militares na região do Golfo, em milhões de dólares (1998-2017) .....  | 89 |
| <b>Figura 18:</b> Poderio Militar na Guerra Fria Regional – República Islâmica do Irã e Reino da Arábia Saudita (2017) .....  | 90 |

## LISTA DE TABELAS

|   |    |
|---|----|
| <b>Tabela 01:</b> Indicadores de crescimento econômico – Irã, 1960 a 1975.....  | 25 |
| <b>Tabela 02:</b> Indicadores de crescimento econômico – Irã, 1980 a 2000.....  | 28 |
| <b>Tabela 03:</b> Os <i>proxies</i> do Irã e da Arábia Saudita, durante a Primavera Árabe.....  | 56 |
| <b>Tabela 04:</b> A produção energética de Irã e Arábia Saudita, referentes ao ano de 2016.....   | 59 |
| <b>Tabela 05:</b> Período de regência dos chefes de Estado – Arábia Saudita e Irã 1929-2019.....  | 63 |
| <b>Tabela 06:</b> Exportação de petróleo como porcentagem das exportações totais da Rep. Islâmica do Irã e do Reino de Arábia Saudita, e a média dos países da OPEP (1961-1980) ..... | 71 |
| <b>Tabela 07:</b> Os <i>proxies</i> do Irã e da Arábia Saudita, nos conflitos regionais atuais.....   | 86 |
| <b>Tabela 08:</b> Situação atual dos Estados do Oriente Médio que passaram pela Primavera Árabe.....  | 91 |

## SUMÁRIO

|  |                                      |
|--|--------------------------------------|
| <b>1. INTRODUÇÃO</b> .....   | <b>8</b>                             |
| <b>2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA</b> .....  | <b>11</b>                            |
| 2.1. O Oriente Médio enquanto região conceitual geopolítica.....   | 11                                   |
| 2.2. Formação do Irã atual.....  | 20                                   |
| 2.2.1. De Pérsia a Irã – um apanhado histórico até 1979.....   | 20                                   |
| 2.2.2. A Revolução Iraniana e suas mudanças no cenário regional .....  | 26                                   |
| 2.2.3. Cenário político interno – 1979 aos dias atuais .....   | 27                                   |
| 2.3. Formação da Arábia Saudita atual .....  | 30                                   |
| 2.3.1. Arábia antes de Saud.....   | 30                                   |
| 2.3.2. Formação socioeconômica, cultural e religiosa da Arábia Saudita.....  | 32                                   |
| 2.3.3. Cenário político pós-11 de setembro de 2001.....  | 35                                   |
| 2.4. Considerações preliminares .....  | 37                                   |
| <b>3. A GUERRA-FRIA REGIONAL E O MARCO TEMPORAL DA PRIMAVERA ÁRABE</b> <b>39</b>   |                                      |
| 3.1. Conceitualizações securitárias .....  | 41                                   |
| 3.1.1. Guerra-Fria e Guerras <i>Proxy</i> .....  | 41                                   |
| 3.1.2. Balança de poder.....   | 44                                   |
| 3.1.3. Vácuo de poder .....  | 46                                   |
| 3.2. A Primavera Árabe enquanto marco histórico e fator determinante na instabilidade e o vácuo de poder regionais .....       | 47                                   |
| 3.3. Intervenções e aproximações dos governos iraniano e saudita na região .....   | 51                                   |
| 3.3.1. Participação iraniana e saudita nos conflitos da Primavera Árabe.....   | 54                                   |
| 3.4. A definição de Guerra Fria regional para o contexto atual do Oriente Médio.....   | 58                                   |
| 3.5. Considerações preliminares .....  | 61                                   |
| <b>4. AS NOVAS RELAÇÕES NO ORIENTE MÉDIO SOB A GUERRA FRIA REGIONAL, PÓS-PRIMAVERA ÁRABE</b> .....                             | <b>63</b>                            |
| 4.1. Relações político-diplomáticas tradicionais entre Irã e Arábia Saudita.....   | 64                                   |
| 4.1.1. Irã-Arábia Saudita 1929-1978.....   | 65                                   |
| 4.1.2. Irã-Arábia Saudita 1979-2010.....   | 70                                   |
| 4.2. As novas relações políticas na região: um balanço da influência da Guerra Fria do Oriente Médio pós-Primavera Árabe ..... | 75                                   |
| 4.2.1. A influência do novo príncipe herdeiro da Arábia Saudita.....   | 82                                   |
| 4.2.2. Conflitos regionais paralelos.....  | 84                                   |
| 4.3. Consequências das relações Irã-Arábia Saudita para a balança de poder regional .....                                      | 87                                   |
| 4.4. Considerações preliminares .....  | 93                                   |
| <b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | <b>Erro! Indicador não definido.</b> |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | <b>97</b>                            |

## 1. INTRODUÇÃO

O Oriente Médio vive hoje uma das maiores crises de instabilidade regional do planeta. As guerras civis, os Estados falidos, os golpes militares e a presença de grupos insurgentes cada vez mais fortemente armados transformam a região em um cenário verdadeiramente caótico. Curiosamente, em todos os conflitos nacionais, percebe-se a presença constante (direta ou indiretamente) de dois atores principais: Irã e Arábia Saudita.

Desde a Revolução Iraniana de 1979, os líderes regionais criaram um distanciamento tamanho que chegaram ao patamar de uma verdadeira Guerra Fria regional, onde disputam suas agendas e interesses em contextos de instabilidade e fraqueza internos. Com os levantes da Primavera Árabe em 2011, dezenas de países do chamado ‘Grande Oriente Médio’ passaram por reformas e revoluções<sup>1</sup> – alguns mais, outros menos bem-sucedidos –, conferindo aos dois maiores atores regionais a possibilidade de novos e infindáveis palcos de guerra.

A relevância deste tema hoje, especialmente no campo das Relações Internacionais se dá por uma série de razões; dentre elas, compreender a importância situacional de um cenário distante da análise ocidental que tende a sobrepujar seus interesses àqueles em outras partes do mundo – dentre elas, o Oriente Médio. O recorte deste fenômeno social específico almeja aclarar a importância desse tipo de análise de política externa e regional em espaços comumente ignorados pelo academicismo ocidental; fornecendo uma síntese da complexidade que é o tema da Guerra Fria e da balança de poder no Oriente Médio, através de um texto objetivo e com uma contextualização histórica milenar que ajuda a explicá-lo.

Partindo da pergunta sobre *De quais formas a Guerra Fria regional perpetrada por Irã e Arábia Saudita redefiniu a balança de poder no Oriente Médio, após as revoltas da Primavera Árabe de 2011*, o principal objetivo do trabalho foi compreender como as relações político-diplomáticas entre Irã e Arábia Saudita, acirradas após a instabilidade da Primavera Árabe, formaram uma Guerra Fria regional e redefiniram a balança de poder no Oriente Médio. Ademais, foram utilizados como objetivos igualmente norteadores: o levantamento das consequências regionais das relações históricas entre Irã e Arábia Saudita, a compreensão da aplicação do conceito de Guerra Fria para as relações Teerã-Riad e seu contexto regional (como algo muito maior do que apenas conflitos *proxy*), a conceituação da Primavera Árabe como componente ativo para a instabilidade regional no Oriente Médio, e o delinear da Primavera

---

<sup>1</sup> Há um debate em relação ao conceito de “revolução”, no que diz respeito aos levantes da Primavera Árabe. A falta de consenso se dá em torno do fato de que revoluções efetivamente causam *mudanças radicais* em uma ou mais *estruturas*, o que não necessariamente foi o caso dos países que passaram pelas insurreições populares de 2011. O leitor poderá perceber que diversos autores citados e referenciados neste trabalho se utilizam deste termo, mas é importante ter ciência de sua não-consensualidade dentro do meio acadêmico.

Árabe como um dos principais marcos temporais históricos nas relações político-militares do Oriente Médio.

Sob a utilização do método de abordagem hipotético-dedutivo, partiu-se da hipótese principal de que a Guerra Fria regional travada entre Irã e Arábia Saudita, intensificada após a Primavera Árabe, redefiniu as relações de poder no Oriente Médio, uma vez que são os atores mais poderosos e que possuem ideologias fortemente conflitantes. Como hipóteses secundárias, tem-se que o conceito de Guerra Fria, enquanto ponto extremo do embate *proxy* entre duas grandes potências, com múltiplos palcos e múltiplas vertentes (econômica, política e especialmente ideológica), também pode ser aplicado regionalmente; e que a instabilidade regional decorrida da Primavera Árabe provocou vácuos de poder no Oriente Médio, posteriormente preenchidos pela disputa regional Teerã-Riad por liderança regional.

É importante ressaltar desde este momento que, ainda que se compreenda a importância dos atores externos à região, suas interferências a nível global e as inegáveis relações sistêmicas internacionais, as problematizações aqui em questão focam na agência específica dos atores internos ao Oriente Médio (em especial, Irã e Arábia Saudita). Assim sendo, atores e hegemonias a nível global não necessariamente farão parte do escopo desta produção.

A intenção deste trabalho, portanto, é possibilitar ao(à) leitor(a) a compreensão de três elementos principais: a conformação histórica iraniana e saudita e como os países chegaram onde estão hoje, traçando os principais pontos desde suas civilizações originárias, até as relações diretas entre seus Estadistas no século XXI; a importância da Primavera Árabe enquanto principal fator estimulante da contenda em questão, sob a ótica dos principais elementos da Segurança Internacional e como eles auxiliam na análise desse contexto regional; e as consequências *de facto* dessa conflitualidade para a estabilidade regional, apresentando a situação de cada país que passou pela Primavera Árabe, e ainda não conseguiu reinstaurar o controle de sua segurança nacional.

Para tal, o presente trabalho está dividido em três capítulos. A começar por uma contextualização histórico-geográfica tanto do Oriente Médio enquanto região conceitual geopolítica, quanto de Irã e Arábia Saudita desde suas respectivas conformações enquanto Estados-chave do cenário regional (no caso iraniano, investigando seu percurso desde o Império Persa Aquemênida, em 550 A.E.C.), ambos amparados por uma série de mapas que auxiliam na formação de uma visão macro; o principal objetivo desta primeira parte é compreender a trajetória histórica da consolidação dos dois atores enquanto líderes regionais. O segundo capítulo é responsável pelo aprofundamento das questões mais teóricas da situação: à luz da

Teoria Neorrealista (também conhecida como Realista Estrutural) das Relações Internacionais, e utilizando de conceitos securitários como balanço de poder, vácuo de poder, hegemonia<sup>2</sup> e *status quo*, o(a) leitor(a) passará a compreender a principal influência da Primavera Árabe para a Guerra Fria regional – uma vez que nem Teerã, nem Riad, estiveram envolvidos nacionalmente nos levantes – como tendo sido justamente a formação de um vácuo de poder que auxiliou na desestabilização do Oriente Médio, abrindo espaço para as intervenções dos líderes regionais em questão. Por fim, a última parte deste trabalho discute os principais eventos pós-Primavera Árabe que incendiaram a celeuma iraniano-saudita e como as relações entre os dois países – que já haviam sido intensamente reconfiguradas após a Revolução Iraniana de 1979 – basicamente moldaram a balanço de poder e consequente estabilidade do Oriente Médio atual, por meio de incontáveis intervenções *proxy* e demonstrações de poder nos vizinhos regionais; ao final, considera-se que essas interferências externas foram responsáveis por dois elementos em particular que moldaram a fisionomia geopolítica desse espaço que abrange do extremo oeste da África à metade da Ásia.

Com o decorrer da leitura, percebe-se intuitivos os principais desdobramentos não apenas da Guerra Fria regional em questão – onde as intervenções *proxy* dos atores e suas manifestações diretas e indiretas evidenciam os interesses por trás dos discursos de seus estadistas e líderes nacionais –, mas de todo um sistema complexo de luta pela balanço de poder que acaba por influenciar e afetar todo o Oriente Médio, na busca pela manutenção (no caso saudita) ou quebra (caso iraniano) do *status quo* vigente.

Em se tratando das fontes utilizadas neste trabalho, foram majoritariamente primárias e secundárias. Aquelas, tendo em vista a necessidade de uma ampla gama de conceituações e aprofundamentos teóricos; enquanto estas, decorreram da contemporaneidade do conflito e da situação, ainda pouco exploradas nos textos acadêmicos – fato que deixa clara a importância e necessidade de pesquisas como esta.

---

<sup>2</sup> Neste trabalho, se utilizará da conceituação do termo “hegemonia” como sendo a máxima supremacia possível de um ator em um Sistema, e onde nem mesmo a soma de todos os demais *players* consiga combatê-la. Compreende-se que o que está em disputa na Guerra Fria Irã-Arábia Saudita é a *liderança regional*, uma vez que não se pode construir uma hegemonia em curto-médio prazo e que ainda há uma certa proximidade que impediria a ascensão de um único *hegemon* no Oriente Médio.

## 2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Ao se tratar de um tema circunscrito a uma área distante – geográfica, política e contextualmente –, nada mais justo do que analisá-la com a atenção e profundidade devidas. O tema central deste trabalho torna necessário um conhecimento mínimo do leitor sobre o Oriente Médio e, portanto, este capítulo passará a analisar seu contexto de formação histórica, até que se possa compreender a conjuntura atual da Guerra Fria regional com maior precisão.

A geografia está muito mais presente em nossa vida do que percebemos. Ela delimita poder, guerras, política e o desenvolvimento social e humano, incluindo língua, comércio e religião. E assim é para todas as nações, grandes ou pequenas: a paisagem aprisiona seus líderes, dando-lhes menos escolhas e margem de manobra do que pensamos (Tim Marshall, 2015, p. 09).

### 2.1. O Oriente Médio enquanto região conceitual geopolítica

Diferentemente de outras regiões do mundo, o espaço que conhecemos como Oriente Médio não possui uma delimitação geográfica com fronteiras exatas – como é o caso da América do Sul, do Sudeste Asiático ou da Polinésia. Pelo contrário, trata-se primariamente de uma construção social. Muito mais do que apenas linhas que circunscrevem uma porção de terra, o Oriente Médio é uma questão geopolítica, uma espacialidade formada por um conjunto de nações (dentro de e sem Estados), culturas, preceitos históricos, poderes regionais e influências externas – sendo este último fator, o principal responsável pela visão ocidental homogeneizada da cultura do Oriente Médio, “árabes, muçulmanos, islâmicos, todos iguais”.

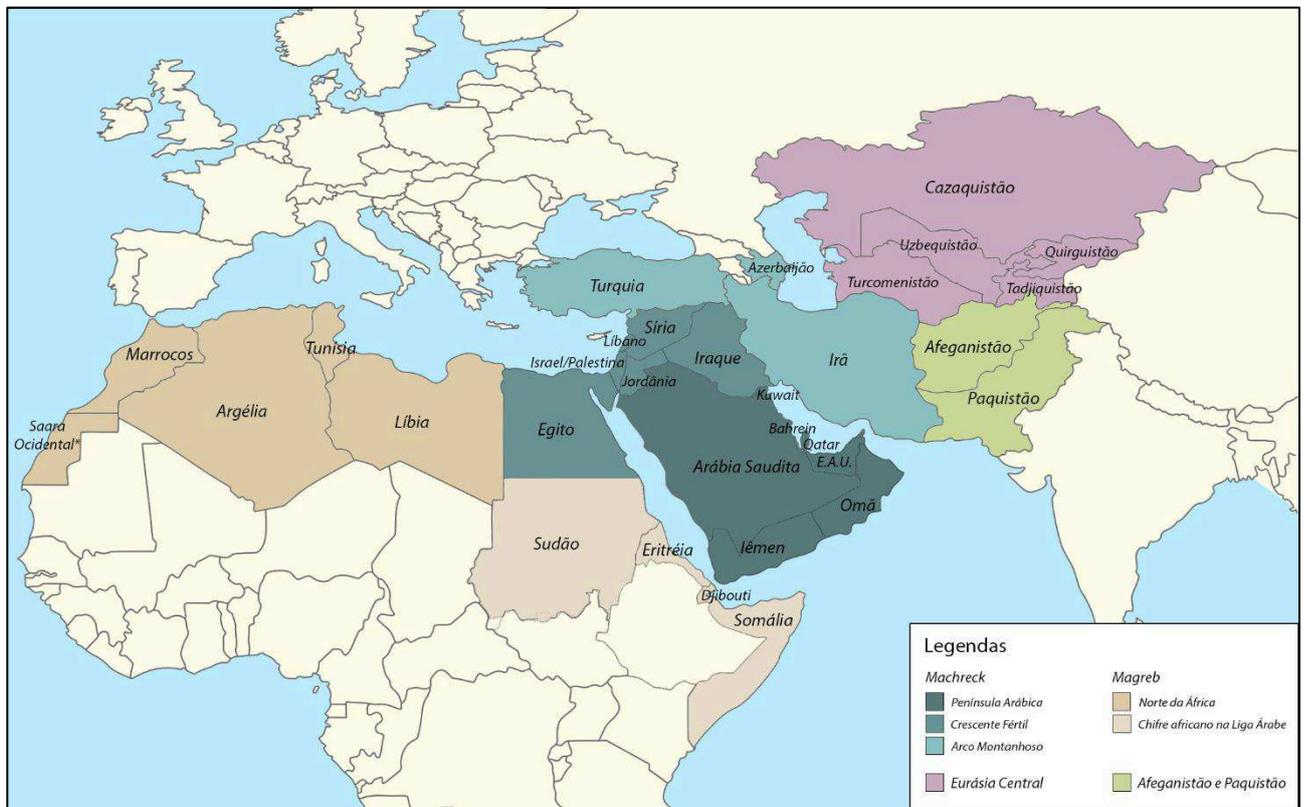
Assim sendo, por se tratar de um conceito regional, e não de uma territorialidade político-fronteiriça em si, há diversas formas de se delinear a região, para os mais diversos fins. Este trabalho utilizará a conceituação do escritor Mehdi Parvizi Amineh (2007), de “Grande Oriente Médio”, que abrange os mundos árabe e não-árabe e possui 4 subdivisões:

- I. O Oriente Médio Central (*Machreck*, ou “o oriente” em árabe), que abarca os países do mundo árabe de fato e subdivide-se em:
  - a. Península arábica – Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes, Iêmen, Kuwait e Omã;
  - b. Crescente Fértil – Egito, Iraque, Israel/Palestina, Jordânia, Líbano e Síria;
  - c. E o arco montanhoso ao norte do Crescente Fértil – Azerbaijão, Irã e Turquia;
- II. Norte da África (*Magreb*, ou “o ocidente” em árabe), que compreende Argélia, Líbia, Marrocos/Saara Ocidental e Tunísia. (Aqui, pode-se ainda agregar ainda os países do Chifre da África que integram a Liga Árabe – Eritreia, Djibuti, Somália e Sudão);
- III. Eurásia Central, que abarca as repúblicas muçulmanas que integravam a URSS: Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão;

IV. E um último subgrupo, composto por aqueles países que não se encaixam nas definições acima: Afeganistão e Paquistão – este segundo, por vezes abandonado mesmo na conceituação mais ampla. (VISENTINI, 2014)

A conformação histórica de cada país, suas relações (mais ou menos estreitas) com o Ocidente, a Rússia, e as demais nações do Sul Global, assim como as inegáveis familiaridades identitárias regionais, justificam boa parte do recorte e construção do Oriente Médio. Nos mapas a seguir, é possível ter uma visão holística da região, em razão da complementariedade de diversos fatores internos e externos.

**Figura 01:** Mapa do Grande Oriente Médio



Fonte: Elaboração própria, segundo as definições de Mehdi Parvizi Amineh

Ainda que algumas divisões territoriais sejam muito antigas, a terminologia geopolítica em uso hoje possui uma grande carga de herança colonial, e o termo “Oriente Médio” sequer possui um século de existência.

Primeiramente chamado de ‘Oriente Próximo’ – tradução livre para *Near East* – designava as áreas do império otomano a partir da Guerra da Criméia (1853-56), para se contrapor às Índias Orientais, ou ‘Oriente Distante’ – tradução livre para *Far East*. Até o século XIX, termos mais específicos eram usados, como: *levante*, *índias*, *golfo pérsico*, etc. O processo

de categorização do mundo segundo o Ocidente, é uma clara visão impositiva e imperialista, que decide ver aquele espaço tão múltiplo e plural como um lugar só: ‘Oriente Médio’ acaba por se tornar um sinônimo de ‘região islâmica’ – ainda que a historiografia deixe claro que não é esta a questão principal.

O fim do império otomano e a constante ascensão estadunidense no cenário global geraram nova terminologia geopolítica: *Middle East* ganhou popularidade e tornou-se oficial nos EUA a partir de 1957. A partir desta época, o peso político do termo ‘Oriente Médio’ chegou a influenciar, inclusive, a linguagem dos países que formam a região. Em árabe é comum que *Machreck* – Oriente e *Magreb* – Ocidente sejam trocados por *Al-Sharq Al-Awsat* (الشرق الاوسط) – oriente médio; em persa – idioma utilizado no Irã –, adota-se a mesma terminologia *Khavar-e Miyaneh* (شرق میانه) – oriente médio.

O termo, portanto, designa uma situação colonial/pós-colonial e implica numa certa composição étnico-religiosa (majoritariamente árabe-muçulmana). Segundo afirma o autor Edward Said, em sua obra *O Orientalismo* (1978), o “Oriente” nada mais é do que uma invenção do Ocidente, uma vez que é concebido enquanto representação e tão somente uma projeção ocidental – um grande e único “Oriente” não existe.

**Figura 02:** Mapa da Composição Linguística do Grande Oriente Médio



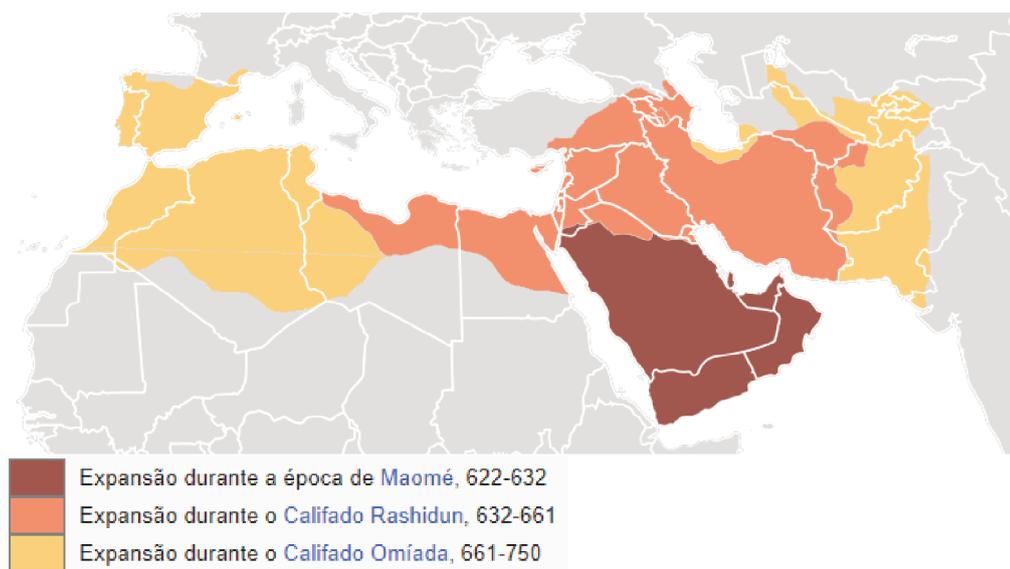
Fonte: *The Gulf/2000 Project*. School of International and Public Affairs da Universidade de Columbia.

Em se tratando da composição linguística, o árabe é perceptivelmente o idioma preponderante, ainda que cada país representado pela cor alaranjada no mapa constitua suas próprias versões dele, além da infinidade de dialetos e formas de escrita. Na sequência, tem-se ainda o persa – cujo peso é uma importante marca do tamanho e poder do antigo Império Pérsia – e os demais idiomas indo-europeus e as línguas altaicas da Turquia e antigas nações da URSS.

Essa disposição se dá especialmente em razão da formação histórica na região, assim como pelos processos de conquistas, ocupações e colonizações. Afinal, o *berço da civilização* foi palco de algumas das mais complexas organizações sociais e urbanas do planeta.

Outro elemento de grande relevância quando analisamos a região é a composição religiosa, em especial por ser uma das maiores zonas de confluência do monoteísmo religioso, com o surgimento do Judaísmo (aprox. 4.000 A.E.C.<sup>3</sup>), Zoroastrismo (2.000 A.E.C.), Cristianismo (ano 0 da Era Comum) e, posteriormente, do Islamismo (632 E.C.). A partir deste último, os rumos políticos e geográficos mudaram radicalmente e uma série de fatores fez com que o Islã se expandisse com muito mais robustez, não apenas pelo próprio Oriente Médio, mas chegando até mesmo à Península Ibérica (sob os Mouros, do Califado Omíada). Essa grande guinada política passou a interferir profundamente em cada aspecto da vida humana no Oriente Médio. O mapa a seguir sinaliza esse crescimento em seu auge.

**Figura 03:** Expansão do Califado Islâmico (630 a 750 E.C.)

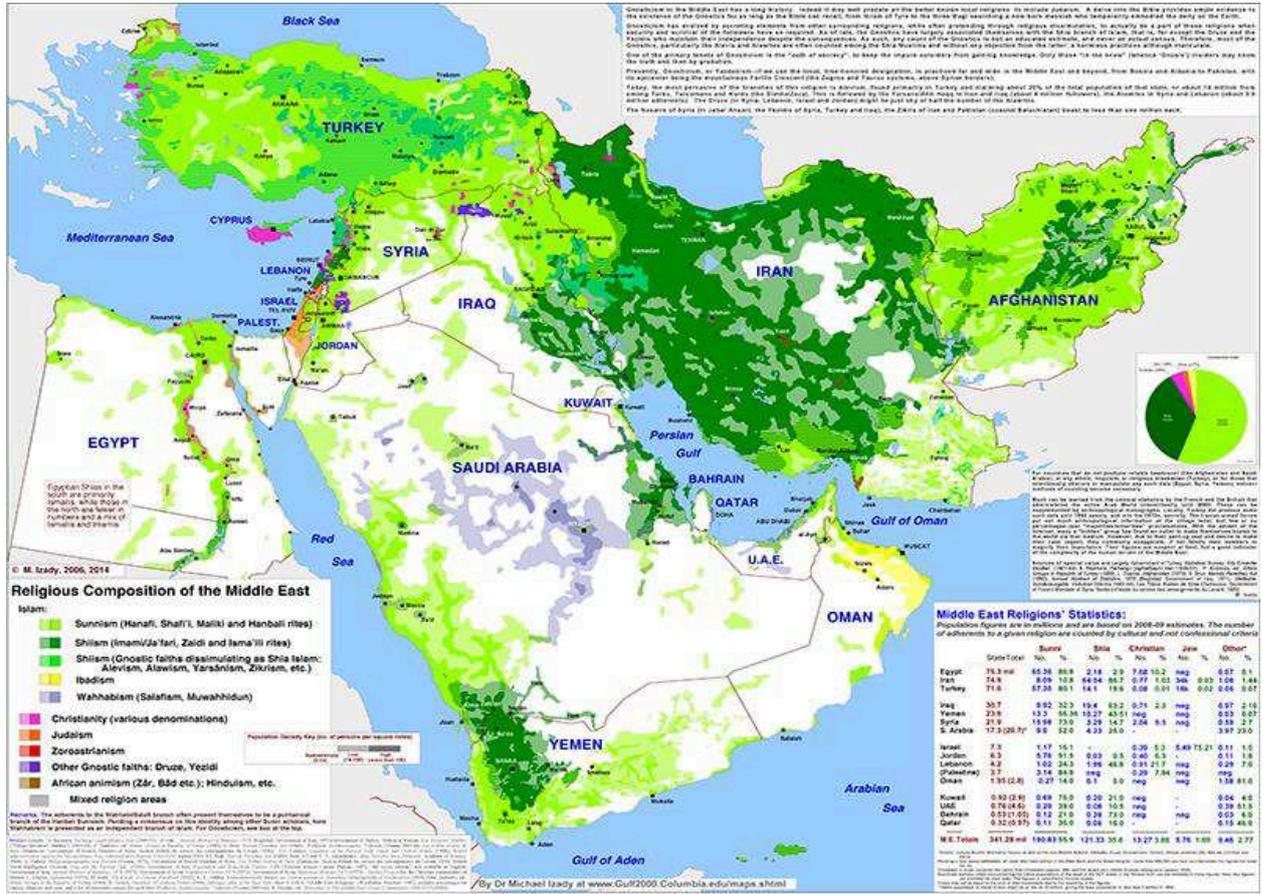


Fonte: Vox – Maps that explain the Middle East

<sup>3</sup> “Antes da Era Comum”/“Era Comum”: período que mede o tempo a partir do ano primeiro no calendário gregoriano. É um termo alternativo para *Anno Domini*, latim para "no ano do Senhor", também traduzido como a Era Cristã.

Contudo, diferentemente do imaginário coletivo, o Oriente Médio não é definido pelo Islamismo. O mapa a seguir apresenta a composição religiosa atual e serve como mais um elemento na análise da pluralidade regional.

**Figura 04:** Mapa da Composição Religiosa do Oriente Médio Central



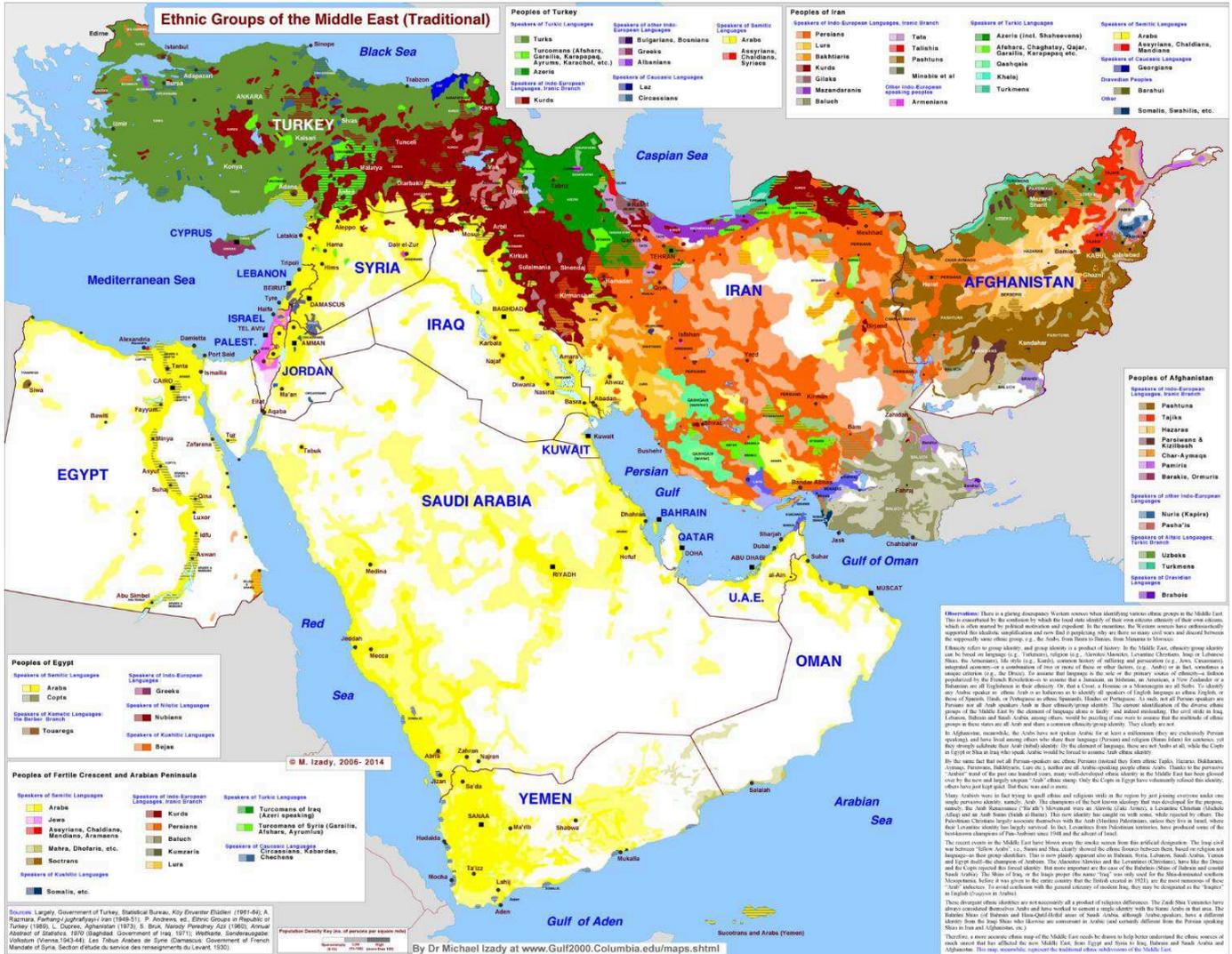
Fonte: *The Gulf/2000 Project*. School of International and Public Affairs da Universidade de Columbia

Analisando o mapa acima, percebe-se a população no Oriente Médio central dividida entre: 55,9% Muçulmanos Sunitas<sup>4</sup> (legendado sob os 2 primeiros tons de verde, mais claros); 35,6% Muçulmanos Xiitas (sob os tons de verde mais escuro), majoritariamente concentrados no Irã, no leste do leste do Iraque, no centro-leste do Afeganistão e no Oeste do Iêmen; 3,9% Cristãos (sob os tons de rosa/magenta); 1,7% judeus (em alaranjado/vermelho claro); 2,8% outros.

<sup>4</sup> É importante ressaltar que o sectarismo do Islã se enraizou após a morte de Maomé e a escolha de seu sucessor ao Califado. Enquanto os Sunitas acreditam que Abu Bakr (único homem a acompanhar Maomé na Hégira, e um dos primeiros a acreditar em suas profecias) seria o merecedor dessa honra, os Xiitas consideram que cabia a Ali, primo do profeta, a sucessão e o título de Califa. Ao que conta a história, foi Abu Bakr quem acabou por subir ao trono, tornando-se o responsável pela expansão do Islamismo e das profecias sagradas de Alá.

Mas, novamente, não é a religião o fator que mais define e delimita o Oriente Médio, uma vez que não há uma diferenciação clara entre Islã e identidade secular, e que a região é geopoliticamente definida de fora para dentro: a compreende-se como *área de conexão geográfica*, mais do que necessariamente afinidades culturais-religiosas.

**Figura 05:** Mapa dos Grupos Étnicos no Oriente Médio Central



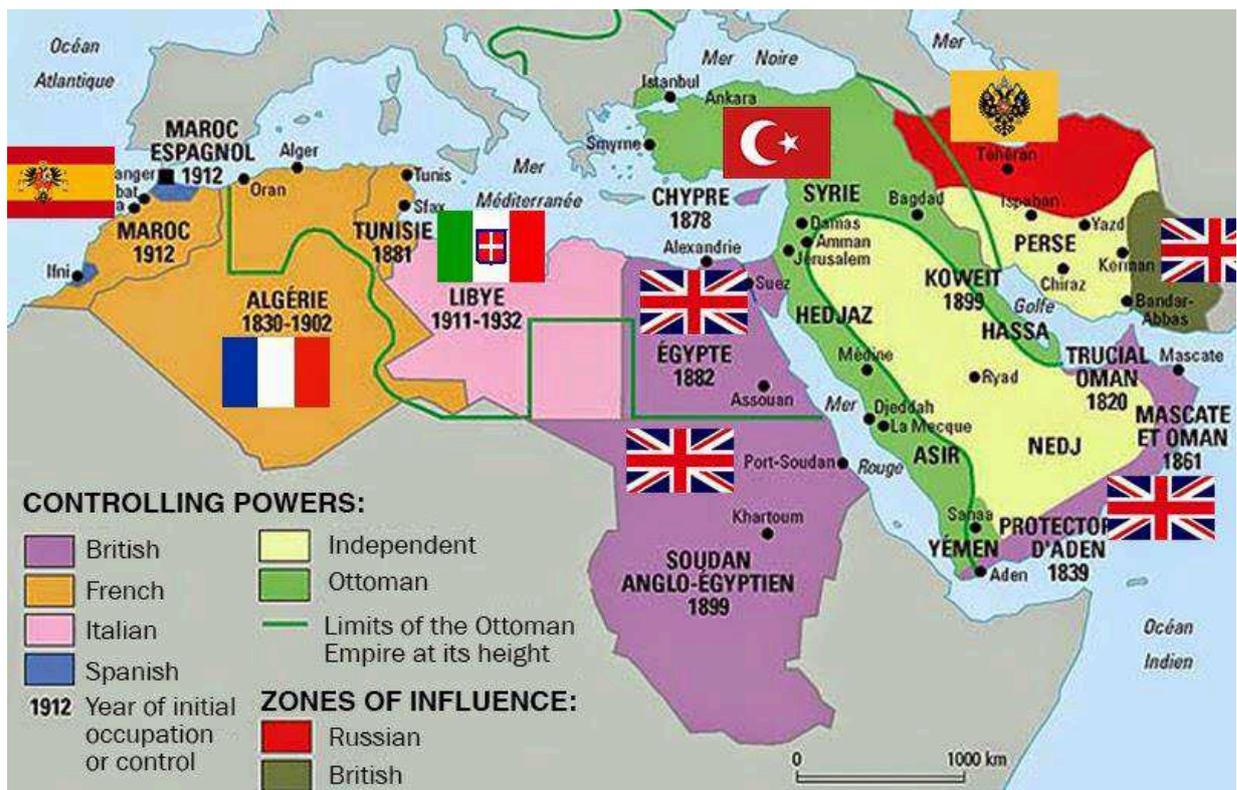
Fonte: *The Gulf2000 Project. School of International and Public Affairs da Universidade de Columbia*

Em se tratando dos grupos étnicos da região (Fig. 05), percebe-se que as linhas da formação neocolonial dos Estados atuais, não necessariamente condizem com a realidade étnica do espaço. Além de questões bastante delicadas e pertinentes, como a concentração dos Curdos (em bordô) na Turquia e ao norte do Iraque e da Síria, enquanto maior nação sem território no mundo atual; o estabelecimento recente de Israel em território Palestino com pouco apoio

regional, entre outros, que contribuíram para a ebulição de conflitos e a falência de certos Estados na região.

Em se tratando especificamente dos distanciamentos entre as nações, nota-se a cisão entre as duas maiores potências do Oriente Médio: Irã e Arábia Saudita – e seus respectivos aliados regionais. Para chegar à composição atual da região, entretanto, foram necessários centenas de anos de história civilizatória. A figura abaixo apresenta um dos momentos modernos de maior cisão na região: os últimos anos de Império Otomano na geopolítica do Oriente Médio. Quanto às legendas, percebe-se em laranja os territórios no continente africano controlados pelo governo francês; em rosa, pelo italiano; em roxo, pelo britânico; em azul, pelos espanhóis. Enquanto isso, já na porção asiática, os espaços comandados pelos otomanos em verde claro, os independentes em amarelo claro; e as zonas de influência russa em vermelho e britânica em verde escuro.

**Figura 06:** Possessões Coloniais no Oriente Médio em 1914



Fonte: Vox – Maps that explain the Middle East

O mapa acima evidencia como algumas potências europeias dividiram entre si as regiões do Norte da África e Leste da Eurásia, sob uma demarcação Neocolonial e negligente aos contextos socioculturais e políticos já existentes naqueles territórios.

Três processos marcaram a formação do atual sistema de Estados da região: a evolução histórico-cultural de longa duração, o processo de desenvolvimento colonial e pós-colonial e a desintegração da URSS. Igualmente importante é a ascensão e a expansão das potências industriais europeias e o seu impacto regional, bem como os desenvolvimentos domésticos, especialmente a desintegração dos impérios, sua transformação em Estados nacionais e seu esforço de industrialização. Na maioria dos Estados da região, há uma débil e/ou fragmentada industrialização e modernização, e uma incapacidade de estabelecer uma democracia sustentada com base numa sociedade civil coerente e consistente, o que gerou uma “crônica crise de desenvolvimento” nas décadas finais do século XX (VISENTINI, 2016, p. 04).

Pode-se afirmar que o Oriente Médio foi, por muito tempo, a história de vários povos que viviam em certa consonância. Conflitos regionais ocorriam, mas não conforme nossas visões ocidentais de Estados nacionais, fronteiras e governos democráticos. Ademais, a região foi berço das primeiras civilizações e cidades-Estado – surgidas com os Sumérios e Acadianos (na região do atual Iraque) – que despontaram o Oriente Médio muito antes de seu conceito atual.

A história da região também foi marcada pela ocupação sucessiva de outros inúmeros povos, como os egípcios (2.500 A.E.C.), seguidos pelos hititas (por volta de 1.500 A.E.C.), os israelitas (no século 10 A.E.C.), assírios (séc. 8 A.E.C.), babilônios (séc. 7 A.E.C.), persas (séc. 6 A.E.C.) – cujo grande império unificou toda a região; e, enfim, os macedônios no século 4 A.E.C. Em outros termos, grande parte das primeiras civilizações tiveram início ou condicionaram sua expansão no Oriente Médio e, portanto, a alcunha de *berço da civilização*.

Com a hegemonia do império romano, no século 1 da Era Comum, o Oriente Médio aproximou-se do Cristianismo e garantiu a modernização de diversas cidades – como Alexandria e Antioquia. No entanto – e conforme já demonstrado há algumas páginas –, as visões de Maomé (séc. VI E.C.) deram vida e, logo, uma lépida ascensão à religião islâmica.

O século XV e a invasão turca à região – assinalada pela tomada final de Constantinopla, hoje Istambul – mudaram drasticamente este cenário. Presente em toda afro-eurásia, o sultanato otomano era um estado multiétnico, multicultural e multilinguístico que, ao lado dos Safávidas (Pérsia antiga), definiu a Ásia ocidental na modernidade. Segundo VISENTINI (2016, p. 05), “Os turcos otomanos, islamizados, reunificaram o mundo muçulmano, empregando o turco como língua administrativa e gerindo um Estado islâmico desnacionalizado”. No entanto, a queda foi tão brusca quanto a ascensão:

No século XV, o Oriente Médio foi dominado pelos turcos, oriundos da Ásia Central, responsáveis pelo estabelecimento de uma dominação feudal-militar que empobreceu a região, à medida que as grandes rotas comerciais foram desviadas para os oceanos pelos impérios mercantilistas europeus, resultando no abandono das rotas terrestres que ligavam o oriente ao ocidente (como a famosa Rota da Seda). [...] Os quase cinco séculos em que o Oriente Médio esteve submetido ao domínio turco e, posteriormente, europeu, legaram um grande atraso socioeconômico à região e reforçaram estruturas políticas pós-modernas (VISENTINI, 2016, p. 05).

Nessa época, durante o movimento das cruzadas e das invasões árabes na região ibero-europeia, o Ocidente mudou sua visão e seu sentimento, sob um certo temor dos ‘bárbaros orientais’ do Oriente Médio; readequando seu lugar no *status quo* do Sistema Internacional, de região próspera de comércios – as ‘Índias’ –, para o ‘temível mundo árabe’.

Se, de repente, a mente precisa lidar com algo que considera como uma forma de vida radicalmente nova – como o Islã aparecia para a Europa no início da Idade Média –, a reação como um todo é conservadora e defensiva. O Islã é visto como uma versão fraudulenta de uma experiência prévia, no caso o cristianismo. [...] O Oriente em geral, portanto, vacila entre o desprezo ocidental pelo que é familiar e os seus arrepios de prazer - ou temor - pela novidade. Em relação ao Islã, porém, o medo europeu, senão pelo menos o respeito, era justificado. (SAID, 1978, p. 69).

Contudo, ao final do século XIX, com a incontrolável extensão territorial e frequentes conflitos internos e batalhas religiosas, o Império Otomano perde seu poder de influência na região e se vê fragmentando e rumando ao colapso. Sob tal arranjo de instabilidade, as potências europeias direcionaram seu interesse político e econômico para a região, em especial, para os territórios com maior potencial energético.

Em uma jogada estratégica, os governos da França e da Inglaterra ofereceram aos povos árabes o futuro apoio incondicional ao tão sonhado Pan-arabismo – movimento que visava a unificação dos países árabes de todo Oriente Médio, sob uma mesma grande comunidade de interesses regionais e específicos – como contrapartida para a colaboração igualmente incondicional desses povos no reforço interno para a derrubada dos Otomanos na I Guerra Mundial. Ao final, a promessa dos europeus não passou de pretexto para dominarem, eles mesmos, a região internacionalmente cobiçada pelo petróleo, da mesma forma como a compensação aos árabes jamais passou de ilusão e trouxe um certo nacionalismo frustrado.

Passadas as grandes guerras mundiais, a expansão da Guerra Fria mais uma vez trouxe ingerências externas devastadoras à região: enquanto Estados Unidos e União Soviética disputavam por poder e influência de forma ‘limpa’ entre si (sem ataques diretos entre ambos atores), o Oriente Médio acabou por tornar-se palco principal da batalha – via Guerras *Proxy*<sup>5</sup>. Ademais, a imposição do conceito ocidental de *democracia* promoveu a instabilidade na região e, a despeito dessas interferências externas, conclui-se que a região fora novamente abalada por nações que não tinham interesse, *de facto*, em remodelá-la ou fazê-la crescer, mas apenas em extirpá-la e despi-la de suas bases e noções sociais, organização política e raízes culturais. Eram “povos primitivos” que deveriam encaixar-se nos *modus operandis* do novo mundo, sob a égide das novas hegemonias mundiais com seus antigos imperialismos.

---

<sup>5</sup> Conceito securitário explicado no cap. II.

Além destes, uma série de fatores internos ao Oriente Médio, também auxiliou na desestabilização da região, em especial no século XX. Dentre eles – talvez como um dos mais impactantes – a criação de Israel (1947-48), que mudou por completo as relações geopolíticas da região. Em se tratando de revoltas e conflitos regionais, assinala-se a Revolta Egípcia (1952) – e a ascensão do Nasserismo, uma das mais relevantes ideologias políticas do mundo árabe –, a Guerra do Canal de Suez (1965), a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra de Yon Kippur (1973) – ambas guerras do mundo árabe contra a presença de Israel, que saiu vitorioso com o auxílio do Ocidente –, a Revolução Islâmica do Irã (1979) – que marcou o irrefreável levante contra o imperialismo estadunidense –, a Guerra Irã-Iraque (1980-88) e a I Guerra do Golfo (1990).

Não obstante, o século XXI também viu grandes confrontos, como a II Guerra do Golfo (2003) e talvez a maior cisão sociopolítica do último século: a Primavera Árabe – uma série de insurreições internas pelo mundo árabe, iniciada na Tunísia em 2011 –, que abriu espaço para mais um vácuo de poder na região, agora explorado por Irã e Arábia Saudita em sua Guerra Fria regional.

## **2.2. Formação do Irã atual**

Dentre os mapas apresentados, um elemento é incontestável: a distância política, linguística e religiosa do Irã ao restante do Oriente Médio – em especial do *Machreck* e do *Magreb*. E a razão para tal é bastante simples; diferentemente de boa parte desses países, o Irã não é uma nação árabe.

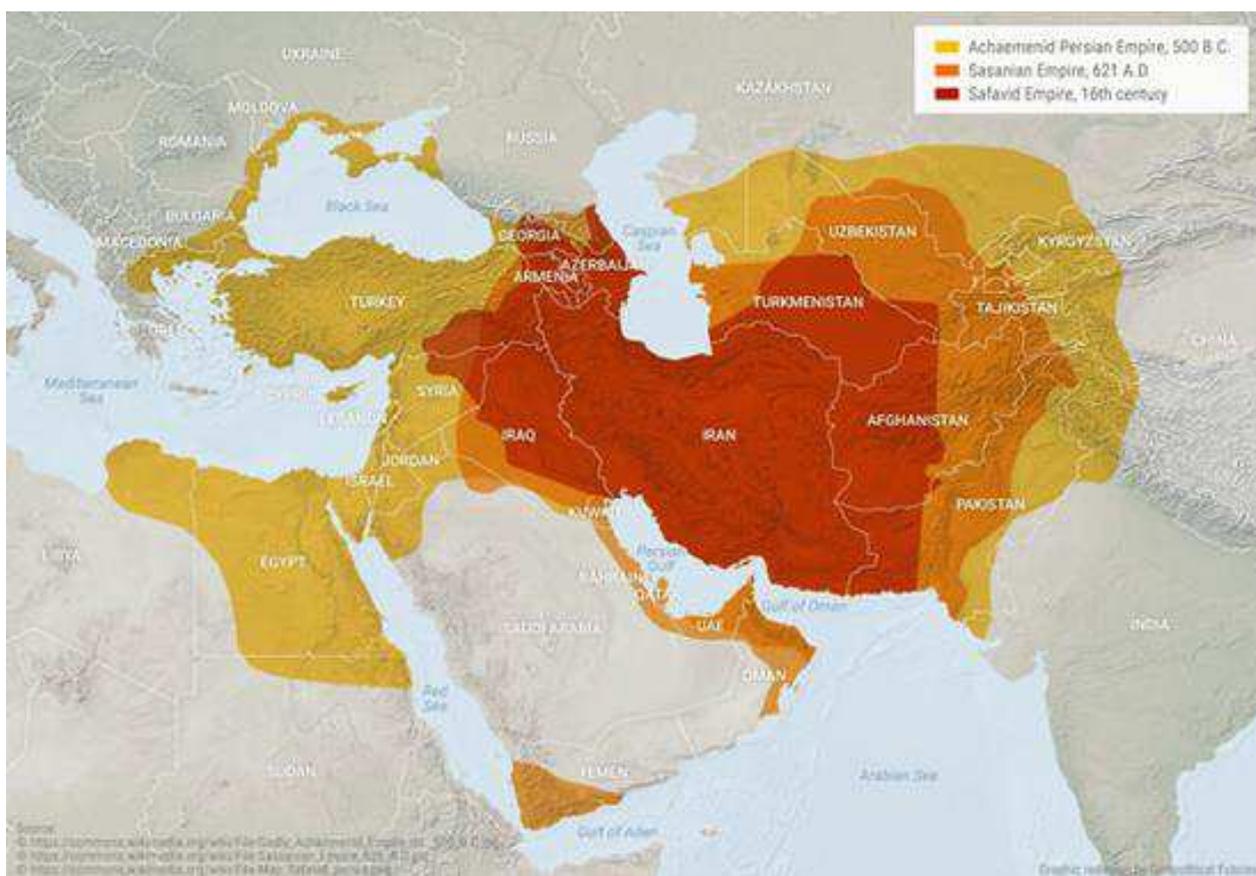
A antiga Pérsia, hoje conhecida como Irã, sempre teve seu papel bem definido na região. Nascida da hegemonia do Império Aquemênida (550 a 300 A.E.C.), passando pelos Persianatos islâmicos (após o séc. VI E.C.) que chegaram até mesmo à Índia – com a construção do Taj Mahal por um reinado de hindus islamizados que falavam persa –, e chegando à visibilidade mundial nos séculos XX e XXI – com a Dinastia Pahlevi, a subsequente Revolução Iraniana de 1979 e seu atual programa nuclear –, é inegável a relevância desse território não apenas de forma regional, mas na balança de poder mundial.

### **2.2.1 De Pérsia a Irã – um apanhado histórico até 1979**

Pode-se dizer que a história do atual Irã, na verdade, tem início com o Império Persa Aquemênida. Em 550 A.E.C., Ciro, o Grande, liderou e venceu uma rebelião contra os medos, reunindo sob seu domínio todas as tribos que habitavam o planalto iraniano. No auge de seu

domínio, seu território chegou a alcançar 3 continentes (África, Ásia e Europa), desde a atual Líbia, até a Índia, conectando-os por um intrincado conjunto de estradas. O *hegemon* persa ficou ainda conhecido pela emancipação dos escravos (incluindo os judeus, do domínio babilônico), pela utilização de um idioma oficial por todo o território e por ter sido um dos principais inimigos das cidades-Estado gregas.

**Figura 07:** Mapa do Alcance dos Principais Impérios Persas



Fonte: *Four maps that explain Iran's place in the Middle East. Teach Middle East.*

Galgando séculos na história, foram os Sassânidas, entre 224 e 651 E.C., o último império persa pré-islâmico (Zoroastrista). Dentre suas maiores contribuições, o auge da civilização persa em termos da influência à cultura romana, chegando a alcançar os impérios Indiano e Chinês. Esta abertura seria imprescindível para a ascensão e prestígio dos Persianatos após o surgimento do Islã.

A partir de 610 E.C., com o início das pregações de Maomé na península arábica, seu impacto na eurásia foi muito mais do que simplesmente religioso: o Islã trouxe uma total e completa reorganização social e reunificação de grande parte da eurásia. As sociedades sob a influência islâmica foram remodeladas, passando a conservar um forte senso comunitário e

levando as leis – tanto a divina, quanto a dos homens – a um novo patamar e referência. Após esta época, uma nova relação entre árabes e não-árabes mudaria os rumos da região.

Os Persianatos talvez tenham sido uma das maiores representações da hegemonia iraniana na Eurásia. Com a conquista e conversão do Irã ao Islamismo, a ancestral cultura persa se adapta à nova religião e com o tempo se torna um símbolo de sofisticação adotado por árabes, turcos, mongóis e indianos em boa parte do Oriente.

Durante a Idade Média, além das próprias dinastias persas, o Persianato também foi responsável por influenciar e remodelar os impérios mongol e turco, que dominaram a região em especial dentre os séculos XI e XV.

Entrando na Idade Moderna, o Império Safávida (sécs. XVI ao XVIII) marcou um dos mais importantes pontos de virada na história iraniana. A dinastia xiita formada por azeris e curdos foi responsável por fundar o maior império iraniano desde a conquista islâmica da Pérsia e por fundar o xiismo como a religião oficial do território, reafirmando a identidade iraniana na região após séculos de domínios estrangeiros.

Já sob a Dinastia dos Qajares (1779 a 1925), a Pérsia recuperou sua estabilidade, ainda que a passos lentos. O crescimento da demanda mundial por petróleo fez crescer o interesse externo na região, ficando a cargo de Maomé Ali Xá Qajar as concessões e autorizações para explorar e operar campos de petróleo pela Pérsia, em especial ao Reino Unido e à Rússia. Assim, deu-se início a uma nova Era na economia iraniana: da agricultura e pastoreio ao petróleo – o que, em verdade, se apresentou um tanto paradoxal já que, ao mesmo tempo em que o PIB do país crescia, sua distribuição seguia extremamente desigual, mantendo o abismo entre as camadas socioeconômicas do país (os detentores das terras produtivas agora eram os donos das jazidas de petróleo, enquanto os pastores nômades e pequenos agricultores, seguiam mantendo suas funções de menor influência financeira).

Desde os primórdios, os muçulmanos xiitas viam-se como uma classe oprimida enfrentando os ricos e poderosos, remetendo ao padrão de justiça social estabelecido pelo Profeta. Essa conexão entre a fé religiosa e a justiça social é justamente a chave para compreender a Revolução Iraniana de 1979, igualmente como para algumas outras anteriores.

Em 1906, ocorreu a primeira tentativa de golpe revolucionário pela democracia no país. Os Qajares reinantes foram forçados a aceitar uma constituição, sendo então criado um parlamento e alguns limites ao rei. Todavia, o movimento falhou, em parte porque o clérigo retirou seu apoio, pelo forte esforço contrário do Xá e porque tanto os russos quanto os britânicos buscavam enfraquecer a Pérsia para continuarem a tentativa de domínio na região.

Durante a I Guerra Mundial, a estratégica posição do império persa (entre o Afeganistão e os conflitantes impérios britânico, russo e turco-otomano) fez com que ele fosse envolvido na batalha, trazendo imensos revezes à população, como fome e pobreza extremas. Ao final da guerra, o norte do Irã permaneceu ocupado pelo exército britânico por uma série de fatores militares, e este conseguiu, de forma premeditada, a tomada efetiva do controle sobre os lucrativos campos petrolíferos da região.

O colapso do Império Otomano e o advento do poder Bolchevique na Rússia deixaram um vácuo de poder no território para o Reino Unido, que retornou ao país com mais do que apenas um protetorado virtual durante mais de 40 anos (GRESH; VIDAL, 2004, p. 134) [tradução nossa].

Entre 1921 e 1925, com o apoio ocidental por uma mudança na dinastia, o comandante militar Reza Pahlevi Khan – que mais tarde mudaria seu nome para Reza Xá – efetuou o chamado *Golpe do Xá*. Desde o início, seu governo tinha intenções de modernizar o país de forma secular e ocidental. Contudo, sob uma repressiva ditadura, mostrou-se uma estratégia malsucedida e sem o apoio de duas partes imprescindíveis no jogo: o clero e a democracia.

Reza Shah dominou seu país [...] acreditando que o Irã estava preso na Idade Média, aplicando as disciplinas sob regime quase militar para trazê-lo para o mundo moderno. Inspirando-se no Ocidente, ele construiu ferrovias e estradas, e fundou hospitais, escolas e universidades. Ao mesmo tempo, ele lidou impiedosamente com inimigos e rivais, tornando o nome Pahlevi temido e odiado por todo o Irã (BBC, 1980, s/p) [tradução nossa].

Alguns dos elementos mais marcantes nessas tentativas de modernização do Xá foram a mudança de nome do país, onde, por um decreto real em 1935, a Pérsia passou oficialmente a se chamar Irã<sup>6</sup>; e o início de uma nova cultura libertária às mulheres, com a abolição do porte do xador<sup>7</sup> e o direito ao voto.

Com extremo descontentamento religioso e popular, e sob o medo de perder o poder após a invasão britânica (com quem o Irã estava em constantes conflitos há anos) e soviética durante a II Guerra, em 1941, Reza Xá abdica de seu trono e o transfere a seu filho, Mohammed Reza Shah (à época, com apenas 22 anos de idade).

Ao contrário de seu pai, o novo Xá era mais benevolente e menos rígido; contudo, ainda sim, precisava de um apelo popular em seu governo. Foi então que Mohammed Mosadegh, líder do partido comunista iraniano *Tudeh*, foi eleito primeiro-ministro em 1951. Dentre as principais obras do dueto, estavam uma espécie de reforma agrária (onde o rei concedeu diversas porções

---

<sup>6</sup> O termo “Irã” significa “terra dos arianos”, é uma derivação de *Aryanam*, forma encontrada em antigos textos persas – e, portanto, um nome com conexão histórico-cultural com a região.

<sup>7</sup> Veste feminina que cobre todo o corpo, com exceção do rosto. É uma peça que obedece ao *hijab*, ao código de vestimenta do Islã e à Sharia.

de terras do governo a fazendeiros e agricultores no interior do país) e a estatização da indústria petrolífera no país – sob o slogan “*Petróleo é o nosso sangue, petróleo é a nossa liberdade*” (GRESH; VIDAL, 2004, p. 135) [tradução nossa]. Esses feitos, dentre muitos outros, contudo, aspiraram o medo da ameaça comunista, tanto ao clérigo, quanto ao Ocidente.

Foi então que, em 1953, com forte envolvimento da CIA e dos Estados Unidos (sob a administração Eisenhower) e apoio do clérigo xiita, Mosaddegh renuncia seu cargo e abandona o país. Sabendo do apoio ocidental, a governança do Xá passa a ter novos traços mais autoconfiantes, somados a um sentimento irrealista de aprovação nacional – tendo em vista que os opositores do governo ainda existiam, mas estavam sendo calados pelos EUA e pela polícia secreta nacional, a SAVAK –, além de “brutalmente dizimar toda a oposição laica” (GRESH; VIDAL, 2004, p. 135) [tradução nossa]. Naquele mesmo ano, em transmissão nacional, o monarca proferiu seu pronunciamento orgulhoso “Até agora, eu era um rei hereditário, mas agora sou um rei eleito: vocês me elegeram” (BBC, 1980) [tradução nossa].

Entre 1962 e 1975, a república iraniana gozou de um enorme crescimento econômico e social. Em 1963, o Xá tentou instituir o que ele chamou de *Revolução Branca* – com grande modernização, prosperando em educação, indústria e direitos das mulheres.

A Revolução Branca prometeu reforma agrária, a emancipação feminina, programas de combate ao analfabetismo e uma modernização ao estilo ocidental. [...]. Em um referendo popular, a reforma foi endossada pelo povo, com 95% de aprovação; mas não foram apenas as massas que apoiaram o Xá, liberais nacionais com visões ocidentalizadas também estavam a seu lado (BBC, 1980, s/p) [tradução nossa].

As receitas do petróleo subiram de U\$555 milhões em 1964, para \$20 bilhões em 1976, e boa parte desse rendimento foi investido em educação e industrialização do país; a mortalidade infantil decaiu e uma nova classe média trabalhadora emergiu. Com o apoio do Ocidente, o Irã prosperava economicamente – ainda que o sistema democrático estivesse em grave falência.

Sob a intenção de fazer esse ‘processo revolucionário’ ocorrer da forma mais rápida possível, quem sofreu o golpe, novamente, foi a democracia: Mohammed Reza Xá abandonou a constituição e silenciou a imprensa. O povo, já deveras descontente com o ditatorialismo de seu monarca – apesar do aparente sucesso econômico das reformas – tornava-se contra ele, que respondia vez após vez com uma desproporcional censura militar e inflama ainda mais protestos. Uma bola de neve se formava no país, agora irrefreável. Concomitantemente, o Xá via-se apoiado quase que em plenitude pelos governos ocidentais, que apostavam nele para ser o “guarda do golfo pérsico” e passavam sua imagem ao restante do mundo como a de um líder progressista e modernizador – *ocidentalizador*.

O Irã possuía o maior, mais bem treinado e equipado exército do Oriente Médio, situava-se estrategicamente entre a fronteira soviética e o Golfo Pérsico, possuía grande riqueza petrolífera e era o aliado mais importante dos EUA na região, a peça básica de seu esquema militar e o gendarme mais confiável (VISENTINI, 2016, p. 43).

**Tabela 01:** Indicadores de crescimento econômico – Irã, 1960 a 1975

|                                   | 1960          | 1965          | 1970           | 1975           |
|-----------------------------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| População, total                  | 21.906.903    | 24.955.115    | 28.514.010     | 32.730.554     |
| Expectativa de vida, total (anos) | 44,9          | 47,7          | 50,9           | 55,3           |
| PIB (US\$ atual)                  | 4.199.134.390 | 6.197.319.930 | 10.976.245.154 | 51.776.222.350 |
| Indústria, % do PIB               | 25,75         | 32,83         | 40,58          | 56,73          |

Fonte: Elaboração própria através dos dados do *The World Bank*

Outro elemento-chave de oposição ao Xá era o clero. Ainda que a economia do país estivesse crescendo de forma geral, esse não era o único papel de um governante no Irã; eles afirmavam que Mohammad Reza Shah não era um líder adequado para governar uma nação islâmica, uma vez que aparentava acreditar que o estilo de vida ocidental seria muito superior ao nacional iraniano (persa). Nas palavras de Aiatolá Zanjani, em entrevista à rede BBC (1980): “O Xá tem o dever de proteger e ampliar o Xiismo. Agora imagine o que acontece quando o protetor da tradição adota um estilo de vida e demais aspectos que ofendem sua cultura”. Mas, dentre todos, havia um clérigo xiita em especial que era contrário às modernizações ocidentalizantes, Aiatolá Ruhollah Khomeini. Uma de suas maiores objeções era relacionada ao papel que as mulheres estavam tendo na cultura iraniana, com maiores direitos sociais e, incluso, direito ao voto; ademais, protestava também sobre o aparelhamento das eleições e outros abusos constitucionais, a negligência aos pobres e a venda do petróleo para Israel e seus aliados. De forma geral, Khomeini acreditava que o poder de um rei era inerentemente não-islâmico e que a tradição xiita exigia lutar contra essa força.

Assim sendo, sob a autocracia do Xá e seu regime antidemocrático e “megalomaniaco” (GRESH; VIDAL, 2004, tradução nossa) – despontado especialmente após um evento em Persépolis em homenagem aos 2500 anos do Império Aquemênida, onde o rei se equiparou ao ditador Ciro, o Grande –, em oposição a um mundo cada vez mais liberal e progressista, as tensões internas foram aumentando. Em 1975, o líder aboliria os dois partidos políticos existentes, substituindo-os pelo seu próprio, o Partido da Ressurgência; e os manifestantes que tomariam as ruas durante a Revolução seriam motivados por uma visão fundamentalista do Islã. Estavam insatisfeitos com a desigualdade econômica e a repressão política de um regime corrupto e exigiam uma leitura mais nacionalista e islâmica da vida no Irã.

## 2.2.2. A Revolução Iraniana e suas mudanças no cenário regional

Finalmente, em 1979, a conjuntura do país foi mais uma vez radicalmente transformada.

A revolução iraniana foi uma revolução de massas, dirigida, no entanto, por uma elite clerical que se empenhou em criar uma teocracia. Além disso, foi a primeira revolução a ser televisionada para milhões de espectadores. O levante iraniano, portanto, pode ser caracterizado como uma revolução de independência e de defesa da identidade nacional frente ao processo globalizador promovido pelas grandes potências, que tende a corroer as fronteiras e a identidade nacional (SANTO; BALDASSO, 2017, p. 71).

Em verdade, a Revolução Iraniana de 1979 foi muito mais sobre o descontentamento da população sobre as condições de vida, os cortes de salários, as crescentes taxas de desemprego e as desilusões e frustrações com o regime. O povo foi às ruas para reaver suas raízes nacionais em oposição às quase seis décadas de imposição ocidentalizante. Conforme consta na primeira página da Constituição da República Islâmica do Irã, de 1979: “A característica definitiva desta revolução, a propósito de outras revoltas do Irã durante este século, é sua natureza ideológica e islâmica” (IRÃ, 1979) [tradução nossa]. Conforme explicou Visentini (2016):

O Aiatolá e seus seguidores invocavam a restauração do islamismo na sociedade iraniana, pois a religião poderia solucionar os problemas que o Estado não conseguira. [...] A revolução assumia um conteúdo social [...] com fortíssimo conteúdo anti-imperialista (VISENTINI, 2016, p. 43).

Em se tratando da balança de poder no Oriente Médio, as alterações foram colossais. A dinastia Pahlevi fora inteiramente apoiada pelo ocidente – em especial, pelos Estados Unidos – , tanto em termos econômicos, quanto em culturais, militares, etc. O novo cenário iraniano cortou boa parte desses laços e apresentou ao mundo um novo Irã, mais nacionalista e religioso. As regras do jogo agora haviam mudado e era o mundo ocidental que deveria se adequar às normas regionais impostas pela nova república islâmica. No cap. 10 da Constituição iraniana, em se tratando da Política Externa nacional, o artigo 152 exprime:

A política externa da República Islâmica do Irã baseia-se na rejeição de qualquer tipo de dominação, tanto do exercício quanto da submissão a ela; a preservação da independência abrangente do país e sua integridade territorial; a defesa dos direitos de todos os muçulmanos; desalinhamento em relação aos poderes dominadores; relações pacíficas mútuas com Estados não agressivos (IRÃ, 1979, p. 32) [tradução nossa].

Com efeito, o Irã abdicou da aliança estadunidense, o que deu início a sua ‘satanização’ por parte do ocidente; agora não apenas não era mais um aliado, também seria tratado como inimigo do oeste durante a Guerra Fria – e, décadas a frente, renomeado para *ameaça terrorista*. O distanciamento entre as duas potências (Irã e EUA) chegou ao primeiro ápice na chamada Crise dos Reféns Americanos, em novembro de 1979, quando estudantes iranianos, em apoio à

Revolução, ocuparam a embaixada estadunidense em Teerã e mantiveram 52 funcionários em cativeiro durante 444 dias, gerando uma enorme crise diplomática internacional.

Em se tratando das alianças regionais das quais o Irã fazia parte, reestruturaram-se; em especial, os laços com Israel – em vista da afinidade com os EUA –, que se desfizeram com o fechamento da embaixada israelense em Teerã em 1979. Ademais, a invasão iraquiana de 1980 se deu pelo desejo do governo de Saddam Hussein – até então aliado estadunidense – em lutar contra a revolução iraniana, ainda que após 8 anos de guerra ambos Estados tenham saído enfraquecidos e nenhum de fato vitorioso.

Outrossim, havia grande interesse por parte do clérigo xiita empoderado em exportar a revolução islâmica iraniana para os demais países da região, sob uma política de ‘nem a Leste, nem a Oeste’ – independente e vanguardista:

Era claro tanto para Khomeini quanto para seus seguidores que a revolução não teria sentido se fosse limitada somente a um país. O Irã, portanto, seria a “vanguarda”, levando uma mensagem carregada de um poderoso zelo religioso messiânico, com o intuito de contagiar os demais países da região, mas afirmando que isso se daria pelo exemplo e não pela força. A exportação da revolução teria dois propósitos bem definidos: (i) desestabilizar a situação política no Oriente Médio e criar um ambiente hostil aos interesses Ocidentais; e (ii) o Irã, como um Estado islâmico, xiita e revolucionário, estaria, primeiramente, interessado na libertação das oprimidas população xiitas nos demais países da região, em especial no Golfo Pérsico, Líbano e Iraque (PHILIP, 1994 apud SANTO; BALDASSO, 2017, p. 121).

A compreensão dos países da região de que o Irã estava em uma Revolução com forte capacidade militar de defesa, fez com que suas políticas se alinhassem e, em maio de 1981, criassem o Conselho de Cooperação do Golfo (enquanto mecanismo de defesa) com os seis países do golfo – Arábia Saudita, Bahrein, Catar, Emirados Árabes Unidos, Kuwait e Omã.

### 2.2.3. Cenário político interno – 1979 aos dias atuais

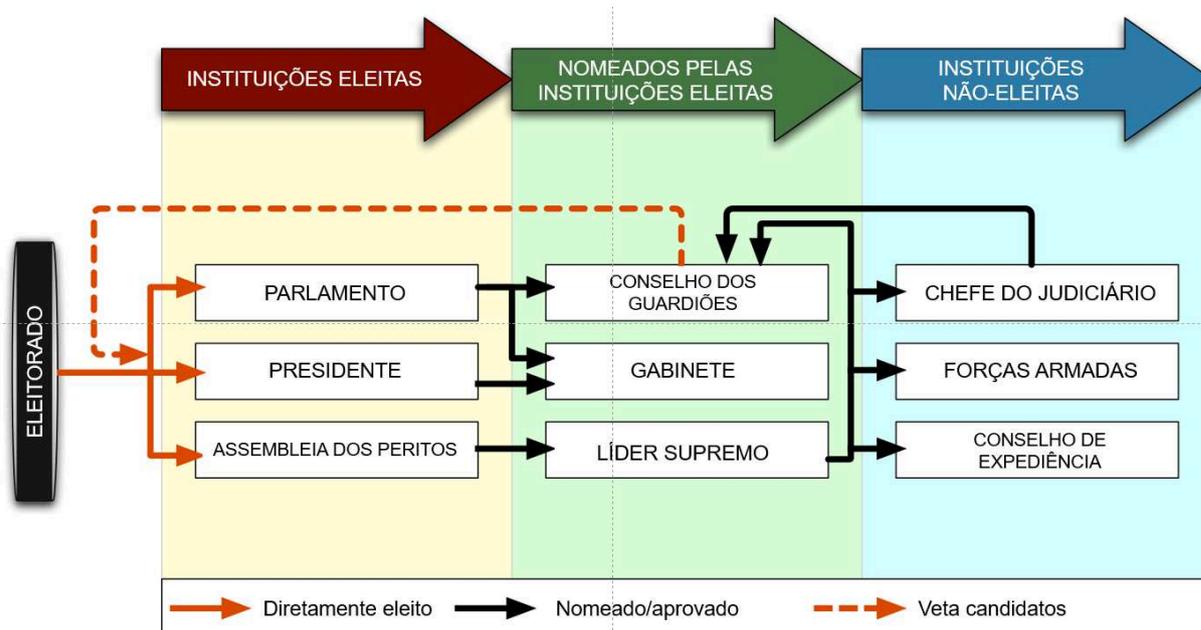
O resultado da Revolução, foi também de uma completa alteração no sistema político do país. Agora, o Irã contava com um líder religioso supremo (acima de tudo e de todos, até mesmo do governante), tornando-se oficialmente uma República Teocrática Islâmica. Essa nova república de Khomeini baseava-se no princípio de *velayat-e faqih* (ولایت فقیهه) – traduzido livremente como “Governança Islâmica”; garantindo-lhe imensos poderes como líder político nacional e atestando que o governo deveria ser liderado de acordo com a tradicional lei islâmica (*Sharia*), por um jurista islâmico (*Faqih*), e “guardiões” (*Velayat*) sobre o povo e a nação.

Acima e além, estava o *Faqih*, com o poder e a responsabilidade de intervir diretamente em nome do Islã; de fato, com poderes maiores do que aqueles dados à maioria dos monarcas nas monarquias constitucionais (AXWORTHY, 2016, p. 163) [tradução nossa].

Relativo à organização política e administração internas, existe a Assembléia dos Peritos (*Majles-e Khobregān*) – uma instituição composta por teólogos, ou sábios versados em leis e religião entre os muçulmanos (*Ulamā*) –, que escolhe o líder entre clérigos xiitas qualificados com base na  *piedade pessoal do candidato, experiência em direito islâmico e perspicácia política* (IRÃ, 1979). Os poderes desse líder são extensos; nomeia os oficiais superiores das Forças Armadas e da Guarda Revolucionária (*Pāsdārān-e Enqelāb*), assim como os membros clericais do Conselho dos Guardiões (*Shūrā-ye Negahbān*) e membros do judiciário. O líder também é exclusivamente responsável pelas declarações de guerra e é o Comandante-chefe das forças armadas do Irã. Mais importante, o líder define a direção geral da política da nação. Não há limites para o mandato do líder – que, inclusive, controla a imprensa e a mídia –, mas a Assembléia pode removê-lo do cargo se acharem que mal-executa suas funções.

Atualmente, a vontade de povo e a vontade de Deus atuam em uníssono no que tange a democracia nacional. Ainda que a autoridade final seja o líder religioso supremo, o eleitorado vota para importantes cargos nacionais, como a presidência, o parlamento e a Assembleia dos Peritos. De fato, o que se entende por democracia no ocidente não pode ser justaposto ao Irã.

**Figura 08:** Organograma da Organização Política do Irã atual (2019)



Fonte: Elaboração própria, adaptado do site *Iran Political Structure* (weebly)

A valer da realidade nacional, em termos socioeconômicos, a Revolução falhou em entregar alguns dos resultados que prometera e a população viu-se desiludida e ainda mais

empobrecida. Enquanto a população aumentou às dezenas de milhões em algumas décadas, o PIB pouco cresceu.

**Tabela 02:** Indicadores de crescimento econômico – Irã, 1980 a 2000

|                                   | 1980           | 1990            | 2000            |
|-----------------------------------|----------------|-----------------|-----------------|
| População, total                  | 38.668.220     | 56.226.185      | 66.131.854      |
| Expectativa de vida, total (anos) | 54,1           | 63,8            | 70,1            |
| PIB (US\$ atual)                  | 94.362.275.580 | 124.813.263.926 | 109.591.707.802 |
| Indústria, % do PIB               | 35,15          | 32,80           | 40,31           |

Fonte: Elaboração própria através dos dados do *The World Bank*

Em um período de dez anos, os problemas do Irã se acumularam. Não houve nenhum processo de reforma, e o Irã foi prejudicado por quase US \$ 30 bilhões em dívidas. A insatisfação social levou a vários tumultos, que foram brutalmente reprimidos. O apoio de alguns elementos do regime iraniano a ações terroristas contra dissidentes no exterior levou à isoização do Irã em círculos diplomáticos (GRESH; VIDAL, 2004, p. 136) [tradução nossa].

Para mais, o não-alinhamento iraniano tornou o país um componente bastante peculiar na seara das relações internacionais do Oriente Médio. Sua formação persa, antiga e não-árabe, assim como a formação sócio-política do país desde a Revolução Islâmica de 1979, o distanciam do espectro regional, enquanto aumentam sua capacidade hegemônica sobre os vácuos de poder ocasionais. Atualmente, a Guerra Fria regional que trava com a Arábia Saudita é sua maior demonstração de influência sobre os demais Estados do Oriente Médio.

Outro elemento, ainda, é recorrente no tocante ao Irã contemporâneo: a questão nuclear. Com um importante programa de desenvolvimento de enriquecimento de urânio (lançado na década de 1950 com a ajuda dos EUA, mas tendo sofrido um hiato logo após a Revolução de 1979), e sendo signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares (TNP)<sup>8</sup> – que proíbe o desenvolvimento dessa arma, mas garante o direito de dominar a tecnologia nuclear para fins pacíficos; o governo iraniano há décadas encontra dificuldades em passar pelo crivo internacional, enquanto mantendo sua soberania nacional: o programa gera controvérsias internacionalmente devido à suspeita, especialmente estadunidense, de que o país desenvolva tecnologia nuclear militar. O governo nega quaisquer acusações e alega que o programa não inclui qualquer propósito que não seja para fins científicos e de produção energética. O programa atual é administrado pela Organização de Energia Atômica do Irã e inclui diversos centros de pesquisa, uma mina de urânio, instalações de processamento do minério e uma

<sup>8</sup> O texto completo em inglês pode ser conferido em: Escritório das Nações Unidas para Assuntos de Desarmamento completo em: <<http://disarmament.un.org/treaties/t/npt/text>>. Acesso em: março/2019.

central de enriquecimento. Em julho de 2018, Teerã concordou com os termos internacionais de restrições de longo prazo ao seu programa e inspeções da Agência Internacional de Energia Atômica, em troca da retirada das sanções econômicas que lhe estavam sendo impostas.

### **2.3. Formação da Arábia Saudita atual**

É inegável a força estratégica que tem a Arábia Saudita, tanto no âmbito regional, quanto nas relações extrarregionais com grandes potências mundiais. Contudo, para interpretar seu papel *macro* é necessário compreender os elementos que a conformaram dessa forma.

A Arábia Saudita desempenha um papel fundamental na segurança regional do Oriente Médio. Com a maior produção de petróleo do mundo, uma capacidade militar convencional significativa e seu papel de guardião dos santuários e preceitos islâmicos, o reino saudita é um polo de poder regional e uma peça relevante da política mundial (CEPIK; BORBA; BRANCHER, 2012, p. 44).

O Reino da Arábia Saudita, atualmente maior país do mundo árabe e do Oriente Médio, faz fronteira com todos os países da Península Arábica, além de Jordânia e Iraque, e o Mar Vermelho; o que facilita ainda mais seu poder de influência na região e com o exterior. Desde seu surgimento, no século XX, o país ficou conhecido como líder na balança de poder regional – ainda que muito antes (desde o século XVIII), sua influência local já pudesse ser percebida. Seu alinhamento com o Ocidente, em especial com os Estados Unidos, e sua economia fortemente baseada no rico petróleo de seu território o tornaram um Estado poderoso política e militarmente, além de economicamente estável.

A Arábia Saudita foi o primeiro território da região a aliar-se aos EUA, permitindo a instalação de empresas petrolíferas americanas em seu território, organizadas no conglomerado da *Arabian-American Company* (Aramco) – rival da anglo-holandesa *Shell* (VISENTINI, 2016, p. 10).

#### **2.3.1. Arábia antes de Saud**

O Reino da Arábia Saudita como conhecemos atualmente ainda sequer possui um século de existência. Surgiu tardiamente, no início da década de 1930. Anterior a isso, uma série de reinados e impérios estrangeiros dominaram a região. Contudo, ao contrário da história persa, o enredo dos povos pré-sauditas não foi tão fluido e contínuo.

Dentre os séculos VII e IX, dinastias árabes, originadas na atual Arábia Saudita – especialmente em Hejaz – fundaram os califados de Rashidun (632-661), Omíada (661-750), Abássida (750-1517) e Fatímida (909-1171). Até o início do século XX, a região ficou instável

e sob controle de um governante local (Sharif<sup>9</sup> de Meca) que respondia aos impérios islâmicos de Bagdá, Cairo ou Istambul (a partir do século XVI) – o que futuramente, serviria como fator fomentador do desejo de criação de uma Arábia Saudita independente e nacionalista.

Em adição, a Península Arábica sempre possuiu grandes regiões desérticas e inférteis ignoradas pelos invasores externos, o que estimulou ainda mais a divisão entre regiões autônomas e independentes ao centro e ao norte (Najd, Hejaz, Qassim, Bahrein, etc.); e a formação, ao sul, do Iêmen (800 A.E.C.<sup>10</sup>) e de Omã (751 A.E.C.<sup>11</sup>).

Talvez o maior elo entre as civilizações que passaram pela região tenha sido os beduínos<sup>12</sup>; um povo árabe nômade ancestral, habitante dos mais inóspitos desertos do Oriente Médio. Resistência e resiliência permitem sua sobrevivência onde quase tudo mais perece (HITTI, 1996). Conhecidos como os ‘árabes originais’, viviam – e seguem vivendo até hoje<sup>13</sup> da agricultura e do pastoreio (ovelhas, cabras e camelos), dividindo-se socialmente em tribos e clãs, e coexistindo em muito mais harmonia com o espaço do que as civilizações colonizadoras jamais fizeram.

A criação de ovelhas e camelos e, em menor grau, a criação de cavalos, a caça e a “invasão” pela agricultura de pequeno porte, são as ocupações regulares dos Beduínos, que as compreendem como as únicas ocupações dignas de um homem. É de sua convicção que a agricultura – assim como todas as variedades de comércio e artesanato – estão abaixo de sua dignidade (HITTI, 1996, p. 14) [tradução nossa].

Outro ponto importante que marca a história pré-saudita é o surgimento do Islamismo, em especial, após a apropriação dos já importantes e bem-estabelecidos centros de comércio urbano Meca<sup>14</sup> – a cidade mais sagrada do mundo para os muçulmanos, localizada na província homônima – e Medina<sup>15</sup> – primeira cidade regida por princípios teocráticos adotados pelo Profeta. A relevância de Maomé está justamente no fato de sua ideologia ter conseguido unir diversas tribos da península, criando uma única organização religiosa islâmica.

---

<sup>9</sup> O termo “Sharif” significa “nobre” em árabe e é usado para descrever os descendentes do neto do profeta Muhammad al-Hassan ibn Ali.

<sup>10</sup> Estabelecimento do povo Sabeu na região se iniciou por onde hoje é o oeste do Iêmen, em 800 A.E.C.

<sup>11</sup> O Imamado do Omã foi criado em 751 A.E.C. pela vertente islâmica ibadita.

<sup>12</sup> O nome Beduíno vem do árabe *badawī* (بَدَوِي) e significa “habitante do deserto”.

<sup>13</sup> Sob uma população atual total estimada em mais de 20 milhões, segundo o *Historical Dictionary of Bedouins* (SUWAED, 2019).

<sup>14</sup> Cujo nome completo, em árabe, é *Makka al-Mukarrama* (مكة المكرمة) – traduzido livremente em português para “Meca, a Honrada”.

<sup>15</sup> Cujo nome completo, em árabe, é *al-Madinah al-Munawarah* (المدينة المنورة) – traduzido livremente em português para “A cidade da Luz/do Iluminado”.

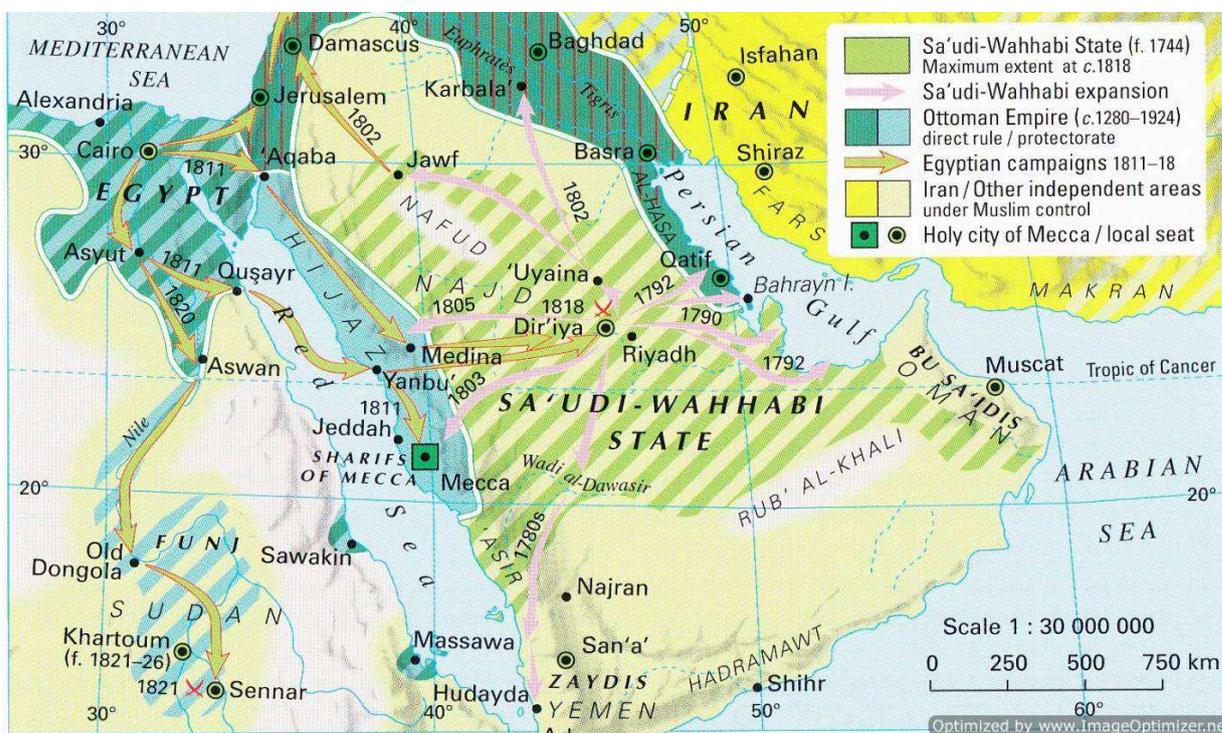
### 2.3.2. Formação socioeconômica, cultural e religiosa da Arábia Saudita

Dentre os clãs locais, um em especial se destacou: a família Saud. Em 1744, Muhammad ibn Saud (1710 – 1765), conhecido como guerreiro do deserto e emir (chefe) local da região de *Al-Diriyah* (a noroeste da atual capital saudita, *Riyadh*), assinou um pacto com o reformista religioso Muhammad ibn Abdul-Wahhab (1703 – 1792), para promover “à força de armas, se necessário, o reino da palavra de Deus” (LAOUST apud GRESH; VIDAL, 2004, p. 273) [tradução nossa]. Essa aliança<sup>16</sup> estabeleceu o Primeiro Estado Saudita, uma soberania política para purificar religiosamente a península arábica do Islamismo Xiita, sob a vertente sunita do Wahabismo<sup>17</sup>.

Muhammad Ibn Abdul Saud começou sua pregação alguns anos antes. Ele pretendia restaurar o islamismo sunita à sua pureza original, numa época em que o Império Otomano estava se acelerando e o xiismo ganhava força (na Pérsia e no Iraque). Ele rejeitou todas as seitas não-sunitas, condenando inovações perigosas e a adoração de santos. Sua doutrina, Wahabismo, veio a formar a base ideológica para as tentativas da família al-Saud de construir um estado caracterizado por uma aliança da espada e do Corão (GRESH; VIDAL, 2004, p. 272) [tradução nossa].

**Figura 09:** Mapa da Ascensão e Queda do Primeiro Estado Saudita, 1744 – 1818.

(em verde claro e com setas em rosa claro)



<sup>16</sup> Formalizada pelo casamento da filha de Muhammad bin Abdul-Wahhab com Abdul Aziz, sucessor de Ibn Saud.

<sup>17</sup> Movimento ortodoxo e ultraconservador, cujo principal objetivo é restaurar o culto monoteísta puro.

Posteriormente, os descendentes de Mohammad ibn Saud e de Mohammad ibn Abdul-Wahhab permaneceram intimamente ligados, em especial pela aspiração da expansão Wahabita. Sob essa ideologia, os dois líderes estabeleceram a *Casa de Saud*, entre outras forças na península arábica. O uso da religião como base de legitimidade diferenciou essa Casa das vizinhas e estruturou o apoio local necessário – grande diferença dos demais territórios que tentaram se formar na região, sem o mesmo sucesso. A Casa de Saud e seus aliados rapidamente a elevaram para o patamar de soberania dominante na Península Arábica, primeiro conquistando Najd, e então expandindo sua influência sobre a costa leste – do Kuwait até o norte de Omã. Após grandes avanços territoriais, Mohammad ibn Saud morre (1765) e passa a liderança a seu filho – e genro de ibn Abdul-Wahhab –, Abdul-Aziz ibn Muhammad (1721 – 1803).

O Primeiro Estado Wahabita foi desmantelado pelo então sultão egípcio, Muhammad Ali, em 1818; abrindo espaço para uma segunda tentativa, que durou até 1884. A terceira – e última – investida, no entanto, obteve grande sucesso.

Em 1901, Abdul Aziz (que se tornaria conhecido sob o nome de Ibn Saud) conquistou o oásis de Riad antes de assumir o controle de toda a região de Najd e depois de al-Hasa no leste. Após a Primeira Guerra Mundial, ele atacou seu rival, Hussein, o xerife de Meca. O restante do Hejaz, incluindo as duas cidades sagradas do Islã, Meca e Medina, foi conquistado entre 1924 e 1926. Em 1932, Abdul Aziz assumiu o título de Rei da Arábia Saudita, ao qual, após uma guerra com o Iêmen, acrescentou a província de Asir (GRESH; VIDAL, 2004, p. 274) [tradução nossa].

Após centenas de anos de história de invasões, desconstruções e reconstruções; a formação de um único Estado árabe, em 1932, consistente e com categóricos ideais religiosos – impositivos sobre outros vieses do Islã –, de fato parece ter sido o ápice soberano tão esperado por sua população: O Reino da Arábia Saudita<sup>18</sup>.

Para mais, pode-se dizer que dois principais elementos rogarão êxito à criação e continuidade do atual Estado saudita: a descoberta de vastas reservas de petróleo (1938) e a criação da *Saudi Arabian Oil Company* (*Saudi Aramco* – 1941), que garantiram força e estabilidade econômica ao novo reino. No tocante à política externa, o nacionalismo de oposição ao colonialismo europeu e a aliança política com os Estados Unidos – consolidada em 1945, com uma reunião entre o presidente Franklin D. Roosevelt e o Rei Abdul Aziz (que fez com que as receitas vindas do petróleo saudita subissem de US\$13,5 milhões em 1946, para

---

<sup>18</sup> A tradução do nome árabe do país, المملكة العربية السعودية não é “Reino da Arábia Saudita”, e sim “O Reino Saudita Árabe” ou “O Reino Saudita da Arábia”. No nome original, usou-se a palavra “árabe” para notar que não seria apenas um reino “saudita”, mas um reino árabe-saudita, um lugar governado e habitado por diversas tribos árabes, e não apenas pela Família Real Saudita.

R\$212 milhões em 1952) – marcaram a posição e o alinhamento da recém-formada Arábia Saudita no cenário internacional.

Com a morte do Rei, em 1953, seus primogênitos, Saud e Faisal ibn Abdulaziz Al Saud envolveram-se em uma feroz luta por poder, o que fez com que a Arábia Saudita passasse por um longo período de grandes instabilidades – ao final, o primeiro irmão governou (em péssima forma) até 1964 e o segundo, até 1975.

O príncipe herdeiro Saud foi declarado rei logo depois a morte de seu pai, e seu irmão Faisal automaticamente se tornou o príncipe herdeiro. Said era mal adaptado para suceder seu pai e se mostrou extremamente incompetente quando a hora chegou. [...] Durante toda a década de 1950, o Estado saudita chegou perto do colapso em diversas ocasiões e o futuro do país parecia incerto e volátil. Durante todo esse período, as revoluções políticas do mundo árabe (o Crise de Suez de 1956 e a guerra árabe-israelense de 1967) influenciaram e eventos sociais na Arábia Saudita (RASHEED, 2010, p. 102) [tradução nossa].

Uma série de ideologias externas, como o Nasserismo (Egito) e o Baathismo (Iraque e Síria), ameaçavam, ainda, os fundamentos do governo saudita, com revoluções transnacionais; tornando-se o ímpeto para o desenvolvimento das políticas islâmicas contraestratégicas de Faisal – que minaram as reivindicações mais amplas do nacionalismo árabe e estabeleceram<sup>19</sup> a Arábia Saudita como importante ator na política regional árabe após décadas na periferia do Oriente Médio dominado pelo Egito. Era o início da liderança regional saudita.

Concomitantemente, o estabelecimento do Estado de Israel em território palestino abriu espaço para alterações nas relações entre os países árabes e o Ocidente – em especial, com os Estados Unidos. As duas maiores situações de conflito foram a Guerra dos Seis Dias (1967) e a Guerra do Yom Kippur (1973), onde o governo saudita, juntamente com outras nações da região, lutaram para deter os avanços israelenses sobre a Palestina (não apenas por meios bélicos, como também por dois grandes boicotes internacionais ao petróleo), mas foram vencidos pelo apoio militar das grandes potências ocidentais.

A animosidade saudita mudou do Egito e do nacionalismo árabe radical para Israel. As prioridades da Faisal foram drasticamente redesenhadas, seu principal objetivo agora era recuperar o controle árabe de Jerusalém Oriental: a causa palestina tornou-se a prioridade da diplomacia saudita. [...] A guerra de junho de 1967 foi um ponto de virada decisivo para a Arábia Saudita, sua política externa e suas relações com os Estados Unidos. Liderado pelo rei Faysal bin Abdelaziz al Saud, o reino passou de defensor da Guerra Fria árabe - que opôs as monarquias pró-Ocidente contra as repúblicas pró-soviéticas - a se tornar um líder do mundo islâmico na pressão por direitos palestinos. No processo, sua relação com Washington se esticou e se dirigiu ao seu pior confronto (BROOKINGS, 2017, s/p) [tradução nossa].

---

<sup>19</sup> Talvez um dos maiores exemplos de envolvimento da Arábia Saudita em Guerras *Proxy* tenha sido contra o Egito, na Guerra Civil Iemenita, em 1962. O Rei Faisal apoiou os monarquistas, enquanto Nasser, no Egito, apoiou o governo republicano.

A mesma Arábia Saudita que não possuía grandes vínculos com o movimento do levante palestino antes da criação de Israel, mudou radicalmente sua visão e, após 67, tornou-se um dos principais defensores de Yasser Arafat<sup>20</sup> e da Organização de Libertação da Palestina.

Faisal, ainda, tentou criar um movimento pan-islâmico, ainda que sem apoio de seus vizinhos. A Organização da Conferência Islâmica<sup>21</sup> (fundada em 1969), contudo, prosseguiu e, no começo dos anos 70, o reino financiou intensamente o desenvolvimento de mesquitas e escolas islâmicas por todo o mundo.

Cada vez mais, tornava-se visível o poder de influência e liderança sauditas que, após os anos 60, “possuía dois trunfos: Islã e petróleo” (GRESH e VIDAL, 2004, p. 273) [tradução nossa]. Em 1973, a Arábia Saudita já era o maior produtor de petróleo do mundo<sup>22</sup>; e pôs em prática um ambicioso plano de desenvolvimento, com a compra de armamentos ultramodernos (com 20% do PIB) – o que demonstrava a intensidade da participação da família real na economia capitalista ocidental (ainda que não necessariamente no alinhamento político-ideológico).

À década de 80, no entanto – em oposição às anteriores –, o distanciamento dos Estados Unidos, somado a como uma série de conflitos pelo Oriente Médio (a Revolução Iraniana de 1979, a invasão soviética ao Afeganistão no mesmo ano, a Guerra Iran-Iraque na década de 80, a Guerra do Golfo em nos anos 90, etc.), contribuíram para uma certa desestabilidade política, econômica e securitária no reino saudita. Não fosse pelo apoio entre a família al-Saud e as hierarquias religiosas, o reino haveria, quiçá, desmoronado por completo.

Como guardiões da lei religiosa, a *Ulamā* prevê que as decisões do Rei se referem à lei religiosa e também servem para legitimar seu poder [...]. O aprofundamento do desenvolvimento religioso promoveu na população uma corrente radical próxima das posições de Osama Bin Laden (GRESH e VIDAL, 2004, p. 273) [tradução nossa].

### **2.3.3. Cenário político pós-11 de setembro de 2001.**

Os acontecimentos de 11 de setembro de 2001 marcaram um verdadeiro paradigma mundial e, em si, uma nova Era Securitária que redefiniu alianças e fronteiras regionais e mundiais (SAINT-PIERRE, 2015). No entanto, pouco discutidas são as reações do Ocidente,

---

<sup>20</sup> Yasser Arafat (1929-2004) foi um líder palestino que fundou o *Al Fatah* em 1956 e tornou-se presidente da OLP em 1966.

<sup>21</sup> A Organização intergovernamental, atualmente, possui uma delegação permanente junto às Nações Unidas (desde 1976) e reúne 57 países com expressiva população islâmica – do Oriente Médio, África, Ásia, Europa e América do Sul.

<sup>22</sup> Joy Winkie Viola (1986). *Human Resources Development in Saudi Arabia: Multinationals and Saudization*.

que criou um novo inimigo mundial e o definiu à sua própria maneira, o *terrorismo* – que viria a estipular, de forma absurdamente genérica e incoerente, árabes, muçulmanos e mesmo o próprio Islã. Essa denotação política auxiliou na criação de uma divergência perceptiva: a incansável luta dos Estados contra o “terrorismo”, acabou por tornar eles próprios terroristas, uma vez que se utilizavam dos mesmos atos dos chamados “grupos terroristas”, mas sob o manto da legalidade.

A política externa dos Estados Unidos transformou os atentados do 11 de Setembro no pivô de uma nova ordem mundial em função da exigência de um realinhamento de alianças e projeções estratégicas com o objetivo de oferecer combate contra um “terrorismo” não definido ou, o que é pior, mal definido. De fato, a frente de projeção estratégica que polarizou a correlação de forças internacionais durante a década de combate ao terrorismo (a década do sonambulismo estratégico) foi um fenômeno difuso e global que, em sua ambiguidade conceitual, tornou-se politicamente versátil para identificar o inimigo em três planos diferentes, substituindo a função que desempenhou o conceito polemológico do “comunismo” durante toda a Guerra Fria (SAINT-PIERRE, 2015, s/p).

A forma como a Arábia Saudita passou a ser vista extrarregionalmente é a mais pura prova dessa teoria securitária da qual falava Saint-Pierre. Ainda que de fato tenha havido ataques terroristas, a resposta ocidental além de militar ocorreu no sentido de um racismo cultural para com os povos árabes em geral – quer fossem militares, guerrilheiros, ou civis comuns: todos faziam parte da “ameaça terrorista”, inimigo mundial comum.

Em 2003, com a invasão dos EUA ao Iraque (sob a justificativa de uma ameaça mundial pelo regime de Saddam Hussein), a posição saudita foi um tanto quanto ambígua e imprecisa. Até então, o reino saudita mantinha certa distância do conflito, mas, dado seu papel na balança de poder da região, lhe foi cobrada uma decisão sobre qual lado apoiar. Do início ao final da guerra, a família real ficou dividida entre abster-se da contenta, ou permitir certa abertura aos EUA – em especial, após a autorização do Conselho de Segurança<sup>23</sup> (da Organização das Nações Unidas) aos ataques contra o território iraquiano. Três fatores foram condicionantes para tal conduta: oficialmente, a Arábia Saudita era contrária ao regime baathista de Saddam – como sempre havia sido, desde a década de 60; contudo, era inegável o papel do Iraque à estabilidade securitária regional, como opérculo separando os territórios saudita e iraniano – adversários fervorosos já há muito tempo, mas que jamais haviam declarado guerra direta entre si; em último, o delicado balanço entre as relações Arábia Saudita-Oriente Médio – na qual a monarquia ocupava o espaço hegemônico e não poderia perder suas alianças e influência

---

<sup>23</sup> Resolução 1483 (2003) do Conselho de Segurança das Organização das Nações Unidas. Disponível em: <<http://unscr.com/en/resolutions/doc/1483>>. Acesso em: março/2019.

regionais – e Arábia Saudita-Estados Unidos – talvez seu mais importante parceiro comercial e militar, e que mantinha sua proteção contra ataques do ocidente ou quaisquer oponentes.

“(…) Após 2001, a Guerra global contra o Terrorismo, os demônios lançados pelos EUA na ocupação do Iraque, e o colapso do processo de paz entre Israel e Palestina, minaram as bases da cooperação regional” (LYNCH, 2018, s/p) [tradução nossa]. No mesmo ano, o Estado passou a sentir os sinais de uma certa instabilidade sócio-política interna, quando grupos intelectuais sauditas assinaram a primeira petição pedindo por uma reforma política, após diversos protestos populares terem resultado em nada além de presos políticos. E 2004, reformistas constitucionais foram presos por agirem contra a coroa e o país se viu, paulatinamente, perdendo apoio nacional. Em 2011, essa desaprovação popular culminou na famosa Primavera Árabe.

As revoltas árabes de 2011 não surgiram do nada; eles foram o culminar de mudanças estruturais que vinham se desenvolvendo há muito tempo. A frustração popular com as economias estagnadas dos países e a falta de liberdades políticas aumentaram por pelo menos uma década (LYNCH, 2018, s/p) [tradução nossa].

Contudo, a Arábia Saudita não viu grandes dificuldades em suprimir os focos das revoltas e, logo, reergueu sua força militar, econômica e, conseqüentemente, o apoio popular.

Atualmente, no entanto, o cenário interno não é dos mais positivos.

Internamente, apesar da sua dinâmica produção de petróleo, a Arábia Saudita sofre com o aumento demográfico, com a pobreza e com altas taxas de desemprego. A situação é ainda pior quando analisamos as condições da juventude saudita. A pirâmide etária saudita revela uma notável concentração de jovens (60% está abaixo dos 24 anos), sendo que a taxa de desemprego entre eles alcança os 28,24%. No caso das mulheres, que sofrem restrições de caráter religioso, essa taxa alcança os 45,8%. Para impedir que essas mazelas sociais estimulem a revolta social [...], o rei Abdullah anunciou uma expansão notável do gasto público em habitação (US\$ 10,7bi) e do orçamento para seguridade social (US\$ 260mi). Além disso, permitiu as mulheres sauditas participarem de eleições municipais, e prometeu reduzir suas restrições de emprego (CEPIK; BORBA; BRANCHER, 2012, p. 46).

## **2.4. Considerações preliminares**

Apesar de nunca terem declarado guerra um contra o outro, Irã e Arábia Saudita são adversários regionais que buscam por liderança e superioridade na balança de poder do Oriente Médio. Essa sua rivalidade é justamente a chave para compreender a conflitualidade atual na região. Neste capítulo, tornou-se perceptível o desejo dos dois Estados, desde suas respectivas formações, por expansão e poder de influência.

O Irã, desde seus primórdios persas, com a vastíssima extensão do Império Aquemênida, seguida do prestígio internacional dos Persianatos, até a tentativa de expansão do xiismo pelos Safávidas; contou, por milênios, a história de um lugar que aspirava grandeza e lutava por

reconhecimento – tanto externo, quanto interno. Enquanto a Arábia Saudita, Estado árabe tão recente e ainda com uma história tão peculiar, não narra outro conto. Seu alinhamento com o ocidente foi a ferramenta escolhida com precisão para superar o “atraso” da sua formação, assim como o fortuito objetivo de firmar-se sobre as já prestigiadas terras do Profeta e as duas principais cidades do Islamismo.

Iranianos e Sauditas, ainda que com histórias diferenciadas por tantas nuances, inevitavelmente chegaram aos séculos XX e, especialmente, XXI com um ímpeto inabalável: provar quem será o ator dominante no *status quo* regional.

### 3. A GUERRA-FRIA REGIONAL E O MARCO TEMPORAL DA PRIMAVERA ÁRABE

A partir deste capítulo, passar-se-á a analisar a atual Guerra Fria regional no Oriente Médio, travada entre Irã e Arábia Saudita, de forma polemológica<sup>24</sup>, pelo viés securitário.

Segundo VILLA e BRAGA (2018, p. 895) definem no Dicionário de Segurança e Defesa,

A Segurança Internacional é um conceito e uma prática que buscam assegurar a Estados e indivíduos a ausência de ameaças existenciais. [...] Ao falarmos de segurança internacional, o ator ou objeto referente, que tem sua sobrevivência ameaçada, é, normalmente, representado por um Estado e seus atributos (território, população e instituições), ainda que as unidades ameaçadas possam ser mais abrangentes (indivíduos, grupos sociais e nações).

Em se tratando de securitização nas relações internacionais do Oriente Médio, há diferentes formas teóricas de se analisar os conflitos na região. Os concomitantes contextos, de celeumas diplomáticas a conflitos bélicos, demandam distintas análises; contudo, se o foco for à presente Guerra Fria regional (Irã-Arábia Saudita), a natureza de seus elementos pode ser interpretada sob um viés neorrealista.

Partindo do pressuposto de que o Sistema Internacional<sup>25</sup> (SI) é anárquico – ou seja, não há um líder ou um grande poder acima dos Estados, que agem de forma independente e autônoma (ainda que dentro de cenários específicos de cooperação e alianças regionais/internacionais) –, pode-se afirmar que sua ordem é, quando menos, abstrata e mantida por relações de poder com os mais diversos elementos.

Em sua obra de 1979, *Theory of International Politics*, Kenneth Waltz<sup>26</sup> conforma o Neorrealismo (também conhecido como Realismo Estrutural), ao analisar os conflitos derivados da anarquia do Sistema, com foco nos *produtos resultantes* dos conflitos internacionais, ao invés de nas interações dos autores em si.

Para os realistas, o mundo abordado é o dos Estados que interagem. Para os neorrealistas, os Estados interagentes podem ser adequadamente estudados apenas se forem distinguidas causas e efeitos estruturais e de unidade. [...] À luz da teoria neorrealista, os meios e fins são vistos de maneira diferente, assim como causas e efeitos (WALTZ, 1990, pp. 32-33) [tradução nossa].

---

<sup>24</sup> O termo “Polemologia” surgiu no léxico das ciências sociais logo após a II Guerra Mundial, pelo sociólogo francês Gaston Bouthoul. Considera esse autor, no livro *A Guerra*, que a Polemologia termo que resulta do grego *polemos* (guerra) e *logos* (tratado), é a “ciência da guerra em geral, estudo de suas formas, causas, efeitos, funções enquanto fenômeno social”. (...) “Estuda, num espírito interdisciplinar, as guerras, a paz e os conflitos, trilogia inseparável da vida das sociedades”. (...) “O território da polemologia se situa a montante das guerras (sua etiologia) e a jusante destas, para estudar os seus efeitos” (CORREIA, 2018).

<sup>25</sup> Conceito-chave nas Relações Internacionais, que trata de todo o conjunto de Estados no mundo como sendo norteados por elementos estruturais, além de interagirem sob um mesmo contexto – leis internacionais, instituições e organismos internacionais, alianças, etc.

<sup>26</sup> Kenneth Neal Waltz (1924-2013) foi um cientista político americano e o fundador do Neorrealismo na Teoria das Relações Internacionais.

Enquanto o Realismo afirmava que as relações entre as nações eram determinadas por conflitos derivados da natureza do homem e de sua busca pelo poder, sem necessariamente analisar os elementos tangentes; o debate Neorrealista passou a ressaltar *poder* – enquanto característica definidora da estrutura – e as relações que decorrem de sua busca, mas sob a característica *anárquica* do Sistema Internacional (SI). Ou seja, as *relações entre os Estados* – enquanto unidades do Sistema – e as *consequências internacionais* (tradução livre para “*international outcomes*”) de suas interações são igualmente relevantes na compreensão dos conflitos internacionais.

Como a teoria sistêmica de Waltz não realça as causas das interações – que podem ser tanto de cooperação/socialização quanto de competição, estruturadas por um sistema que as constrange a atuar sob tal tipo de comportamento –, mas sim seus resultados na estrutura do Sistema Internacional (SI), o autor a define a partir de 3 aspectos:

- I. *Ordenação*: uma estrutura pode ser ordenada por subordinação em um sistema hierárquico (quando há uma unidade superior às demais e que, de alguma forma, orienta a ordenação); ou por coordenação (quando não há nenhuma unidade sobrepunente e a ordem é resultado exclusivamente do ser e do *querer-ser* de cada unidade em interação), gerando um sistema anárquico – e equilibrado.
- II. *Especificação das funções das unidades*: conforme o grau de diferenciação das unidades que interagem no sistema, pode-se classificá-las, segundo Waltz, como altamente diferenciadas (que realizam o mínimo de tarefas, especializando-se nisso), onde teremos, logo, uma estrutura com sistema diferenciado; ou então, unidades pouco especializadas (que realizam múltiplas atividades simultaneamente), tornando o sistema concentrador ou pouco diferenciado.
- III. *Distribuição de recursos entre as unidades*: as unidades em interação no sistema disputam pela apropriação de capacidades ou, indiretamente, pelas possíveis vantagens que seriam obtidas por essas capacidades; apontadas por Waltz como recursos sistêmicos, quais sejam: extensão territorial e populacional, recursos naturais, capacidade econômica, força militar, estabilidade política e competência. Em sistemas hierárquicos a competição por recursos sistêmicos é controlada pela unidade-mor; já em sistemas anárquicos, a disputa torna-se o fator delimitador do próprio sistema, já que a própria competição por recursos sistêmicos justifica o comportamento das unidades em interação e suas aspirações.

O caso Irã-Arábia Saudita apresenta-se como “guerra” não por conflitos diretos entre as potências, mas por meio de suas atuações em guerras *proxy* pela máxima liderança<sup>27</sup> regional. Sob a análise neorrealista, portanto, a profundidade dos efeitos se dá na própria estrutura do Oriente Médio e de sua balança de poder regional, uma vez que o objetivo dos Estados é a apropriação de capacidades e as vantagens a serem obtidas – os recursos sistêmicos.

A disputa não se processa por maior território (como em uma guerra tradicional), mas sim pela conquista da liderança no SI e na consolidação de um determinado *status quo*<sup>28</sup> na região. É necessário que os demais atores (estatais e não-estatais) reconheçam a liderança daquele *hegemon*, e é este um dos elementos mais definidores da contenda: especula-se que a disputa apenas acabará quando um dos dois Estados conquistar a confiabilidade de sua supremacia na balança de poder do Oriente Médio.

### 3.1. Conceitualizações securitárias

Para compreender a profundidade securitária tanto da contenda em questão, quanto de sua difusão na região, faz-se necessária a caracterização de conceitos e elementos-chave. Em especial, o entendimento de *Guerras Proxy* e seu emprego dentro de uma *Guerra Fria* – seja ela regional ou extrarregional; e as definições de *balança* e *vácuo de poder*, essenciais para se compreender a oportunidade conferida aos Estados para que acirrem sua disputa.

Zonas de guerra são povoadas por estados fracos e fracassados. As guerras tipicamente, mas não exclusivamente, começam como conflitos armados domésticos, mas geralmente envolvem envolvimento externo de alguma forma ou de outra, e ocasionalmente se transformam em guerras por procuração interestatais ou de grande poder (HOLSTI, 2004, p. 143).

#### 3.1.1. Guerra-Fria e Guerras *Proxy*

O uso original e principal do termo “Guerra Fria” alude ao período de disputas estratégicas e conflitos indiretos entre Estados Unidos da América e União das Repúblicas Socialistas Soviética, entre 1945 e 1991. O que a diferenciou das duas grandes Guerras Mundiais (assim como da maior parte das contendas dos últimos séculos de história da humanidade), em termos securitários, foram dois principais fatores: em primeiro, a ordem mista

---

<sup>27</sup> E não ‘hegemonia’, uma vez que esta significaria uma completa submissão de todos os demais atores regionais a um único e supremo *hegemon* – o que não se enxerga como possibilidade no curto-médio prazo no Sistema Regional do Oriente Médio.

<sup>28</sup> Expressão latina que significa “(n)o estado das coisas”. É a forma como um sistema se dá e se mantém, dado um determinado grupo de agentes e suas relações/interações (tanto entre si, quanto com a estrutura do sistema *per se*) e por eles é reconhecido.

de interação entre as duas grandes potências, que abarcava os vieses militar, dada a inviabilidade de uma guerra nuclear mundial; tecnológico, vista a corrida espacial em curso na época; político, de apoios e alianças internacionais, em todos os continentes; econômico, que motivou boa parte das escolhas de beligerância; e, principalmente, ideológico, na disputa entre a hegemonia capitalista ou socialista no SI.

Um dos principais produtos dessa disputa multifacetada foi a conformação de um Sistema Internacional bipolar estável – tendo em vista que não havia outra disputa por poder na balança de poder mundial e que aquele *status quo* era, de certa forma, aceito pela comunidade internacional – e que perdurou por quase cinco décadas.

O segundo traço contrastante foi o fato de não ter havido uma guerra direta entre os dois Estados: toda a conflitualidade se deu de forma indireta, com interferências sobre atores já em outros conflitos (secundários) estatais e regionais, cenário conhecido *proxy warfare*, ou “guerra por procuração” (em tradução livre). Em outras palavras, EUA e URSS nunca chegaram a atacar o território alheio diretamente, mas cada *hegemon* era o principal apoiador e financiador de um terceiro ator em celeumas ou guerras já em andamento em outros cenários do mundo – em especial, no Oriente Médio e na América Latina.

Justamente por isso, o fenômeno dos conflitos *proxy* costuma ser ligado à essa Guerra Fria, ainda que não tenha sido ali sua única aplicação.

A Enciclopédia das Nações Unidas e Acordos Internacionais (2002) define “Guerras *Proxy*” como “termo internacional para uma guerra travada por Estados agindo por instigação ou em nome de outros Estados que não desejam se envolver diretamente no conflito”<sup>29</sup> (OSMAŃCZYK, 2002, p. 1869) [tradução nossa]. Contudo, com o passar do tempo e da crescente utilização desse modo de batalha, uma série de revisões passaram a adicionar à definição a possibilidade da participação de agentes não-Estatais – por vezes com a mesma, ou até mesmo maior relevância; sejam eles milícias, grupos armados, organizações internacionais, etc.

O autor Andrew Mumford conceitualiza as guerras *proxy* como “conflitos em que um terceiro intervém indiretamente para influenciar o resultado estratégico em favor de sua facção preferida” (MUMFORD, 2013, p. 40) [tradução nossa]. Em outros termos, é uma estratégia utilizada por atores estatais e/ou não-estatais para demonstrar poder, sem diretamente envolver-

---

<sup>29</sup> Trecho original: “*International term for a war fought by states acting at the instigation or on behalf of other states that do not wish to become directly involved in the conflict*”.

se no conflito em questão, apoiando um terceiro de forma indireta (provendo-lhe armamentos, tecnologias, estratégias e táticas militares, etc.).

Atualmente, o uso desse tipo de estratégia é cada vez mais comum pelo mundo por uma série de fatores. O primeiro, e talvez maior, sendo a *visibilidade internacional*: Estados que entram em guerras ou conflitos diretos (e admitem fazê-lo) são vistos internacionalmente como menos estáveis e, por conseguinte, menos confiáveis e com menor poder de influência.

Em se tratando de economia nacional, nações que admitidamente participam de guerras sofrem, por exemplo, uma visível queda de investimentos externos – uma vez que investidores (sejam empresas ou outros Estados nacionais) buscam países com rentabilidade confiável e em cenários sólidos. Outro exemplo se dá no âmbito da participação política extranacional, onde entende-se como compreensível que seus parceiros/aliados em organismos e associações internacionais sintam-se hesitantes em confiar em um ator contencioso –, reprovando, assim, sua participação na tomada de importantes decisões e, mais uma vez, minorando-o.

A guerra *proxy* traz a possibilidade da diminuição do risco e da *plausible deniability* (“negação plausível”, em tradução livre) em outros termos, a visibilidade da participação de um terceiro em uma guerra, por meio da procuração, é muito menos perceptível do que a dos atores inseridos no conflito direto *de facto*.

Um segundo fator destacável tange a *economia de despesas nacional*. É inegável que a entrada de um ator em uma guerra direta, com *hard power*<sup>30</sup> (“poder duro”, em tradução livre), traz uma série de ônus não-intencionais (esperados ou não); sejam eles os custos diretos com armamentos, exércitos, tecnologias estratégicas, e outros recursos militares; com a infraestrutura interna do país que poderá sofrer danos de custosa reparação, decorrentes de bombardeios e possíveis ataques inimigos; ou ainda, e primordialmente, com a vida e a segurança de sua população – que, caso não garantidas, podem acarretar num imenso descontentamento popular, gerar revoltas e ainda mais gastos para manter a estabilidade nacional (tanto da presença do líder/estadista, quanto da ordem estrutural em si).

As guerras por procuração são o produto de um relacionamento entre um benfeitor, que é um ator estatal ou não-estatal externo à dinâmica de um conflito existente, e os procuradores escolhidos que são o canal para as armas, treinamento e financiamento do benfeitor. Em suma, as guerras por procuração são o substituto lógico para os estados que buscam promover seus próprios objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, evitam a guerra direta, onerosa e sangrenta (MUMFORD, 2013, p. 40) [tradução nossa].

---

<sup>30</sup> Conceito utilizado no campo das Relações Internacionais que se refere ao poder associado a recursos tangíveis de força militar e econômica.

A participação em um conflito de forma indireta dá àquele ator a capacidade de escolha e seleção não apenas dos investimentos diretos – os tipos de armamentos a serem fornecidos, as capacidades tecnológicas e a *força humana* –, como também da omissão de boa parte das consequências diretas contra seu território e população. Além disso, a participação via procuração fornece ao ator o controle de sua apresentação dentro do SI, uma vez que, não tido publicamente como beligerante direto, tem consigo a possibilidade de narração de sua participação no cenário.

### 3.1.2. Balança de poder

O termo balança de poder, nas Relações Internacionais, define o equilíbrio do *status quo* no Sistema Internacional, em qualquer nível supranacional. Também foi cunhado pelo teórico Kenneth Waltz e trata dos “resultados produzidos pelas ações descoordenadas dos Estados” (WALTZ, 2002, p. 170).

Waltz definiu a Teoria da Balança de Poder como um desenvolvimento da Teoria Sistêmica das Relações Internacionais. O destino de cada Estado no sistema internacional depende das suas respostas às ações dos outros Estados. Quanto maior é a participação do Estado na distribuição das capacidades no sistema internacional menores serão as possibilidades de ele ser constringido (CORRÊA, 2016, p. 48).

Há, ainda, inúmeras teorizações sobre qual seria o melhor cenário internacional para a balança de poder mais estável e segura no SI. Há quem defenda um sistema unipolar, onde há apenas um grande *hegemon* mundial que controla todo o Sistema – o qual perde parte de suas características anárquicas, tornando-se, por consequência, mais sólido e perene. Já Waltz, afirmava que a resposta estaria no sistema bipolar, onde duas potências igualmente fortes – a exemplo da Guerra Fria – regulam o tênue equilíbrio da balança de poder, controlando e mantendo o Sistema necessariamente estável – ou pelo menos até que uma das forças vença e suprima a outra. Um último grupo de estudiosos antefere ao sistema multipolar, onde há sortidos centros de poder concomitantes exercendo influência mundial em diferentes (porém relevantes) escalas. Esta última seria a categoria mais aceita, dentre comunidade acadêmica, para caracterizar o *status atual* do Sistema Internacional.

De toda forma, a consonância geral dentre os teóricos é a de que a “distribuição assimétrica entre os Estados é a fonte de segurança no sistema internacional, favorecendo uma situação de equilíbrio de poder” (CORREA, 2016, p. 48).

Uma balança de poder pode, ainda, ser analisada dentro de um contexto regional e tratar dos atores e *hegemons* a nível supranacional, ainda que não necessariamente exerçam o mesmo poder em escala mundial. Retomando o tema central deste trabalho, é este o caso da contenda

em questão: Irã e Arábia Saudita seguem sendo, notadamente, líderes regionais hegemônicos, enquanto não necessariamente operam esse mesmo papel no Sistema Internacional. No espectro mundial, macro, são geralmente tidos como Estados periféricos, em uma posição não-ocidental e de Sul Global<sup>31</sup>.

Um exemplo concreto de desestabilização de balança de poder no Oriente Médio ocorreu após a queda do líder iraquiano Saddam Hussein, em 2003. Durante décadas, o Iraque vinha atuando como “Estado tampão”<sup>32</sup> (tradução livre para a expressão “*buffer state*”) entre iranianos e sauditas, abafando de certa forma suas relações conflituosas – uma vez que faz fronteira com ambos e que Hussein mantinha relações relativamente estáveis com ambas nações. Após a queda do estadista – fortemente sustentada por uma aliança internacional liderada pelo governo do presidente Bush –, a região viu essa frágil balança se desestabilizar e entrar em colapso.

Em 2003, os EUA invadiram o Iraque e derrubaram Saddam Hussein. Nem a Arábia Saudita nem o Irã queriam que isso acontecesse, já que o Iraque estava agindo como um amortecedor (em inglês, “buffer”) entre eles. Mas os problemas surgiram quando os EUA lutaram para substituir Saddam. Os Estados Unidos [...] cometem um erro após o outro, que cria um vácuo de segurança e um Estado falido, e leva o Iraque a uma guerra civil total. Sem um governo, as milícias armadas assumiram o controle do Iraque, dividindo a população (POLLACK, 2017, s/p) [tradução nossa].

O resultado disso foi um longo período não apenas de instabilidade interna no Iraque, com a falta de um líder nacional que assegurasse o equilíbrio e a segurança de sua população – e que culminou em uma guerra civil que perdura até a atualidade (além da conformação do país enquanto “Estado falido”<sup>33</sup>); como também da retirada da peça-chave que este representava na balança de poder regional e, conseqüentemente, da tentativa tanto do Irã quanto da Arábia Saudita de se apoderar da situação para aumentar sua influência regional durante sua Guerra Fria.

WEHREY *et al* apontam para essas conseqüências na região:

---

<sup>31</sup> Termo utilizado em estudos pós-coloniais, que se refere aos países outrora conceituados como “terceiro mundistas”, “subdesenvolvidos” ou “em desenvolvimento”.

<sup>32</sup> A definição mais básica ocorre de acordo com MATHISON (1971), onde “*buffer state*” é definido como: “pequeno Estado independente situado entre outros dois (Estados ou blocos de Estados) maiores, geralmente rivais”. Contudo, PARTEM (1983) aprofundou o conceito, geograficamente: “Um país (B) contíguo em dois ou mais outros Estados ou blocos de Estados (I, J)”; em relação às suas capacidades (probabilidade de destruição), onde 1. O país I percebe sua probabilidade de derrotar B, em um conflito bilateral, como maior do que 50%; 2. O país J percebe sua probabilidade de derrotar B, em um conflito bilateral, como maior do que 50%; 3. O país B não é percebido como capaz de determinar o resultado da rivalidade I-J.; e em termos de orientação de política externa, na qual “o *buffer* evitará alianças militares com ambos I ou J”. (PARTEM, 1983) [tradução nossa].

<sup>33</sup> “De acordo com Rootberg (2003) (...), Estados falidos são caracterizados pelo predomínio de tensões internas, de conflitos enraizados e da existência de grupos armados, insurgências e levantes civis. É, portanto, a violência que identifica o Estado falido: uma violência persistente, direcionada contra um regime e que visa autonomia política e distribuição de poder” (Definição de Estado Falido, DICIONÁRIO DE SEGURANÇA E DEFESA, p. 365).

A queda do presidente iraquiano Saddam Hussein em 2003 e a guerra no Iraque afetaram mudanças radicais no cenário estratégico do Oriente Médio, mudando radicalmente o equilíbrio de poder regional. Antigos paradigmas de segurança têm sido questionados, e os estados locais parecem estar reafirmando, renegociando ou repensando suas relações entre si e com poderes externos. A Arábia Saudita e o Irã, em muitos aspectos, têm sido os atores centrais nessa transformação em desdobramento. As relações dinâmicas entre as duas potências afetaram o Golfo Pérsico, o Iraque, o Líbano e a Palestina, com implicações importantes para a estabilidade regional e os interesses dos EUA (WEHREY *et al*, 2009, p. IX) [tradução nossa].

### 3.1.3. Vácuo de poder

Muitas consequências podem advir de um desequilíbrio na balança de poder em um dado sistema. Uma delas ocorre quando o controle (ou o poder hegemônico do *status quo*) é perdido e há um vácuo até que ele retorne ou seja substituído: o chamado “vácuo de poder”.

Esse vácuo pode ser definido, portanto, como uma situação de perigosa instabilidade que se forma quando o poder (seja ele governo, administração, judiciário, ou outra estrutura de regência) é deposto ou falha de alguma forma em ser efetivamente substituído por uma estrutura alternativa. De fato, a ausência de algum tipo de líder ou grupo político que conduza e norteie a nação, abre espaço para o “desconhecido” – mesmo que esse líder exerça sua função de forma não democrática. A questão problemática é: ainda que ditadores e tiranos causem grandes estragos (à soberania popular, por exemplo), as caóticas lutas internas que se instauram quando diferentes grupos disputam pela posição de novo líder hegemônico (seja nacional, regional ou no SI) podem trazer consequências igualmente – ou ainda mais – devastadoras para aquela população.

Em termos históricos, talvez o exemplo mais célebre tenha sido o momento após a morte – súbita, sem deixar herdeiros ou sucessores indicados – de Alexandre, O Grande (em 323 A.E.C.) e o subsequente vácuo de poder que foi deixado em seu antigo domínio territorial – que rapidamente se desfez – e perdurou durante séculos na região, trazendo instabilidade e estagnação desenvolvimentista. Incontáveis líderes e exércitos guerrearam para conquistar o território do antigo Império Alexandrino, o que acabou por trazer (em especial ao Oriente Médio) séculos de esquecimento aos povos que lá sempre habitaram. Ainda que Alexandre não tenha sido o mais piedoso e democrático dos dirigentes, é facto que sua ausência sem uma viável reposição ajudou a manter a região abandonada – especialmente termos políticos e desenvolvimentistas.

Em se tratando de referências mais modernas, pode-se citar o grande vácuo de poder que ocorreu no Oriente Médio durante as décadas de 1960 e 70. Durante a Guerra Fria EUA-URSS

– que se utilizou da região como um dos palcos da contenda – a região (em especial as áreas ao redor do Mar Vermelho), já imobilizada pela Guerra Civil Iemenita, viu-se sem um *hegemon*, líder ou grupo preponderante para manter qualquer estrutura de poder razoavelmente intacta e um sistema regional seguro. O ápice caótico deste cenário se deu quando a oposição local falhou em ocupar esse espaço hegemônico e perdeu o *momentum* que poderia ter utilizado para pôr em prática novas estruturas de governo – apoiadas no nacionalismo árabe, por exemplo, há tanto desejado pelos povos da região (que seguramente lhe ofereceriam o apoio necessário para permanecer no comando) – e de estabilidade e segurança internacionais.

Esse desvanecimento do poder pode ser visto em todos os níveis: no Sistema Internacional, onde as lutas americanas não foram acompanhadas pela ascensão de qualquer poder concorrente; no sistema regional, que carece de uma única grande potência séria (LYNCH, 2013, s/p) [tradução nossa].

O mais recente vácuo de poder na região se deu no pós-Primavera Árabe (2011-12), onde a desestabilização foi tamanha que algumas das guerras nacionais que se irromperam, ainda seguem em curso.

### **3.2. A Primavera Árabe enquanto marco histórico e fator determinante na instabilidade e o vácuo de poder regionais**

Enquanto os conflitos das últimas décadas no Oriente Médio apresentavam o elemento das *relações diretas* entre atores regionais e internacionais, desde seus primeiros momentos; a Primavera Árabe surgiu com uma série de insurreições nacionais, que eventualmente escalonam e apenas então passam a formar o mesmo grande cenário regional.

Transcorreram-se cerca de trinta anos dentre os quais o Oriente Médio passou por um período turbulento de globalização, reestruturação econômica, mudança social, mudança demográfica, renascimento religioso e inovação tecnológica. No entanto, a sabedoria convencional considerava os regimes autoritários resilientes e a estabilidade assegurada. Mas foi apenas a autoimolação de um pobre vendedor ambulante no interior da Tunísia que revelou o escopo do descontentamento em massa e a fragilidade das elites (BAYAT, 2017, p. 08) [tradução nossa].

A “Primavera Árabe”<sup>34</sup>, também conhecida em inglês como “*Arab Uprising*” (traduzido livremente como “insurreição árabe”, ou “despertar árabe”), é o nome dado a uma série de revoltas populares que ocorreram a partir de 2011 em diversos países do Oriente Médio, todas com intensão de destronar líderes nacionais e ditadores que estavam no poder há décadas.

---

<sup>34</sup> O nome faz alusão à Primavera de Praga, uma revolução com viés liberal-democrático ocorrida na Tchecoslováquia em 1968.

Tudo começou quando um camponês tunisino, Mohamed Bouazizi, que vendia suas frutas no mercado local sem uma nova permissão nacional necessária, teve toda sua mercadoria confiscada pela polícia, ficando sem possibilidade alguma de trabalhar ou fazer seu sustento. Em forma de protesto, em 17 de dezembro de 2010, o homem marchou até a frente da sede do governo de sua cidade, em Ben Arous – Tunísia, e ateou fogo a si mesmo. Sua morte foi tida como um martírio e, a partir de então, a população tunisina, que já estava há anos sofrendo com fome, desemprego, e outras consequências de uma má gestão nacional, se pronunciou no que ficou conhecida como a *Revolução de Jasmim*. Além desses, fatores como a urbanização e as mudanças demográficas atuaram como elementos-chave na consolidação das manifestações.

Há, de fato, uma série de fatores convergentes que incitaram esse movimento. Mas eu acho que o elemento principal foram as grandes mudanças: mudanças lentas na demografia, urbanização, o número de jovens que estão desempregados, que não têm perspectivas e que querem um tipo diferente de relação com seu governo. Há uma espécie de sentimento geral de que esses antigos patriarcados não são mais o que as pessoas querem; eles querem um tipo diferente de governo, tipo diferente de modelo, etc. [...] Não há um ponto único e específico; mas sim o acúmulo, com o tempo, desses fatores, que se espalharam como um vírus por toda parte ao mesmo tempo (RODENBECK em entrevista para THE ECONOMIST, 2013, s/p) [tradução nossa].

Logo, as rebeliões já haviam se espalhado e o Oriente Médio se viu sob novos ares de aspiração por mudança. Para mais, essas mudanças demográficas e o aumento da participação jovem nas mais diversas escalas da política, ofereceram à Primavera Árabe uma característica jamais antes vista: o uso da internet e das redes sociais como componente catalisador da propagação rápida e em larga escala das insurreições. Eventos e páginas de Facebook, “*tweets*” constantes com informações no minuto e a divulgação de fotos e vídeos ao vivo dos protestos (nas mais diversas plataformas online) garantiram a aproximação da população do mundo árabe, assim como a disseminação de informações e notícias em tempo real vindas diretamente dos próprios manifestantes; escapando do enviesamento dos meios midiáticos tradicionais – grande maioria controlada pelos governos da região – e possibilitando ao mundo o acesso à verdadeira dimensão dos acontecimentos. Por fim, as redes sociais assumiram o papel de garantidores da liberdade de expressão e espaço de fala daqueles que ali estavam, liberdade de informação e, incluso, liberdade de imprensa.

Pouco a pouco, o movimento tomou uma incrível força e as populações passaram a ser ouvidas – não apenas em seu país, mas pela comunidade internacional.

[Depois da Tunísia,] Dentro de dias e semanas, o povo do Egito, Iêmen, Síria e Líbia levantaram suas vozes e protestaram também, pedindo reformas econômicas, para a saída de governantes de longo prazo e para a democracia ser abraçada. O efeito cascata dessa dissidência foi sentido em todo o Oriente Médio e no norte da África, e poucos países estavam imunes; mas a velocidade da mudança nesses cinco países em específico foi de tirar o fôlego (AL JAZEERA, 2015, s/p) [tradução nossa].

Em 14 de janeiro de 2011, menos de um mês após o início dos protestos e após 23 anos no poder, o presidente da Tunísia, Zine Al Abdine Ben Ali, exilou-se com sua família para a Arábia Saudita e renunciou ao cargo. Aumentava-se ali a esperança popular, uma vez que se tornava real a possibilidade de alteração na estrutura do sistema e na balança de poder regional.

Era visível que a população do Oriente Médio lutava não apenas por melhorias diretas na qualidade de vida – diminuição nos índices de desemprego, aumento do poder de compra de alimentos básicos, atenção aos direitos humanos e trabalhistas, etc. – mas também pela possibilidade de eleger seus líderes democraticamente.

Uma série de outros países também sentiram o impacto do movimento, em um verdadeiro *efeito cascata*. Dentre eles a Jordânia, cujos protestos começaram no mesmo dia da resignação de Ben Ali, e levaram a demissões de ministros de alto-escalão do governo; também o Egito, que ficou conhecido pelas intensas demonstrações populares na Praça Tahrir (no centro de Cairo), iniciadas em 25 de janeiro, e que em menos de um mês resultaram na deposição do presidente Hosni Mubarak, após 30 anos no poder, pelo Conselho Supremo das Forças Armadas (SCAF). Em 03 de fevereiro, protestantes se fizeram ouvir no Iêmen e, após cerca de um ano, o governo de 33 anos do presidente Ali Abdullah Saleh estava oficialmente encerrado – com um elemento diferencial específico, da instauração de uma guerra civil que se mantém até hoje. Em 17 de fevereiro, deu-se a vez do povo líbio, que, após 8 meses de conflito, capturou e matou com as próprias mãos seu ditador, Muammar Gaddafi – cujo mandato de 42 anos já se apresentava há muito ineficaz e tirânico. A população do Bahrein foi a próxima, no dia 19 de fevereiro; seguida da marroquina, no dia seguinte, da saudita em 14 de março e da síria no dia 15 – cujo presidente Bashar al Assad segue no poder, ainda que sua defesa obstinada de seu direito ao governo tenha levado o país a quase nove anos de uma brutal guerra civil.

Em suma, em um período de tempo extremamente curto (três meses), nada menos que nove países aderiram intensamente ao movimento. Nos meses seguintes, a Primavera Árabe penetrou de alguma forma em um total de 22 Estados e territórios do Grande Oriente Médio; sendo eles (por ordem de adesão), além dos citados anteriormente: Argélia, Omã, Djibouti, Somália, Sudão, Iraque, Kuwait, Mauritânia, Líbano, Khuzistão (província iraniana), Israel, Emirados Árabes Unidos e Palestina.

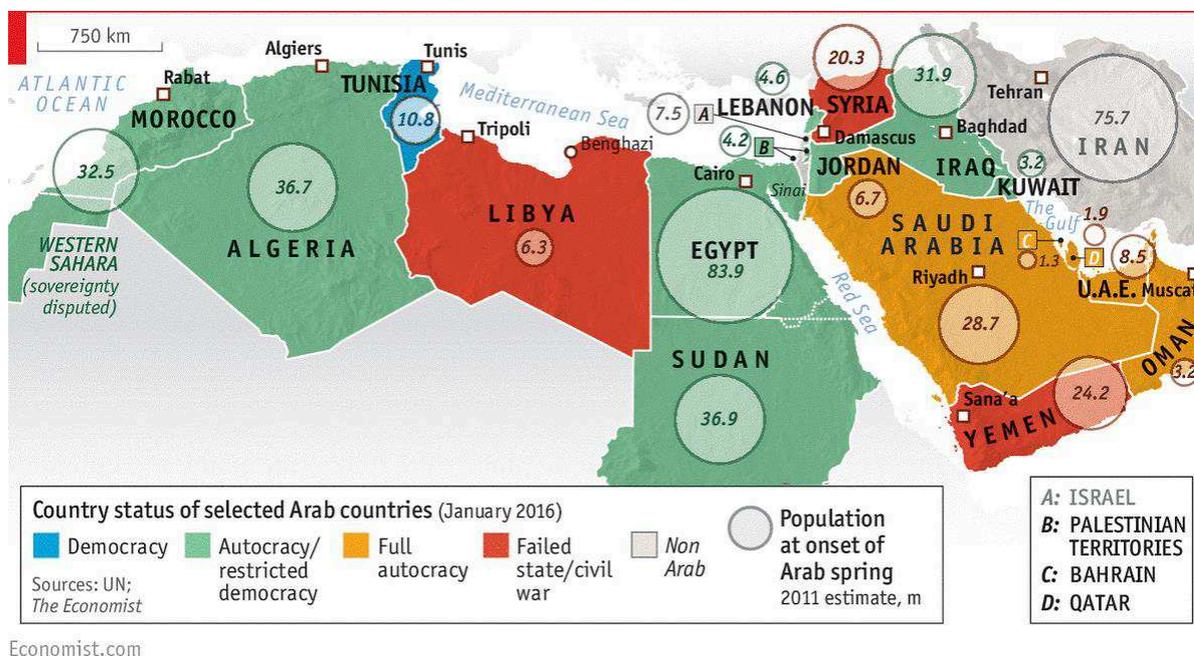
Ainda que algumas das revoluções tenham, de fato, resultado em mudanças de regime; nem todas causaram grandes mudanças para a população trabalhadora – da qual Bouazizi fazia parte. Em alguns casos, as revoltas foram cooptadas por grupos religiosos extremistas, como o ISIS (Estado Islâmico) – que adotou a revolta contra os regimes seculares árabes, através de sua própria agenda. Enquanto a Primavera Árabe mostrou o quão rápido revoluções alimentadas pela tecnologia podem se desdobrar, ela também provou, mais uma vez, o quão complicadas e imprevisíveis revoluções podem ser (HISTORY, 2018, s/p) [tradução nossa].

Em geral, o resultado desses movimentos foi completamente diferente,

Na Tunísia, no Egito e no Iêmen, um ditador<sup>35</sup> foi afastado de forma relativamente pacífica. No Marrocos e na Jordânia, as reformas foram prometidas pelo rei. No Bahrein e na Arábia Saudita, as manifestações foram esmagadas pelos militares. Na Líbia e na Síria, as manifestações levaram a uma guerra civil. Com a ajuda da OTAN<sup>36</sup>, a guerra da Líbia chegou ao fim, com a morte de Muammar Gadaffi. Na Síria, a guerra ainda está em andamento (DEBEUF, 2017, p. 46) [tradução nossa].

O mapa a seguir apresenta a participação popular nos protestos de 2011 e sua condição nacional após 5 anos, em 2016.

**Figura 10:** Mapa do *status* dos Estados do Grande Oriente Médio, 5 anos após o início da Primavera Árabe (2011 – 2016).



Fonte: Jornal *The Economist*, 2016.

Percebe-se, em azul, a Tunísia, único país a conquistar o regime democrático após as revoluções; em verde, as autocracias/democracias restritas; em amarelo, as autocracias completas; em vermelho, os Estados falidos ou em guerra civil; e, em cinza, os países não-árabes (caso do Irã e de Israel no mapa) participantes. Ademais, os números internos ao círculo em cada país, representam a população estimada presente nos protestos da Primavera Árabe.

<sup>35</sup> Atualização: até junho/2019, Egito e Iêmen tiveram dois governos depostos cada. Mubarak (1981-2011) e Morsi (2012-2013) no primeiro; Saleh (1990-2012) e Hadi\* (2012-2015, quando sofreu um golpe de Estado pelo grupo rebelde organizado Houthis, mas retornou ao poder parcialmente e segue até hoje) no segundo.

<sup>36</sup> A Organização do Tratado do Atlântico Norte é uma aliança intergovernamental de defesa militar mútua, da qual fazem parte 29 nações europeias e norte-americanas.

Nos países onde a revolução triunfou, contudo, a continuação da história não foi tão simples. De início, era comum que forças islamistas, seculares e militares lutassem pelo poder e pelo direito de impor suas próprias noções de democracia e progresso à população. Por vezes, essas visões eram opostas e, em certos países, foram necessários anos até se estabilizarem.

Ainda que os resultados tenham sido diferentes em cada país, é inegável a desestabilização regional no nível macro. Se antes a balança de poder na região era multipolar, agora os atores (ou, pelo menos, aqueles que restaram) em boa parte perderam confiabilidade e reconhecimento, e viram-se enfraquecidos demais para lidar com a política no nível externo – ao invés, focaram-se em resolver em primeiro plano seus conflitos internos.

Alianças feitas por monarcas que, há muito, já não representavam mais sua população; tratados assinados por estadistas já não mais no poder; a força da participação popular, que agora via seus semelhantes mesmo fora de suas fronteiras. A região sofreu profundas alterações na sua balança de poder e o *status quo* foi posto em xeque – do plano nacional às estruturas internacionais.

Essa desestabilização criou, assim, um vácuo de poder na região, uma vez que a estrutura do sistema regional ficou enfraquecida e novos atores (estatais e não-estatais) surgiram e passaram a operar ativamente.

Esta lacuna apresentou-se como o momento e o palco perfeitos para dois Estados que há muito já disputavam a liderança do Oriente Médio de forma indireta: Irã e Arábia Saudita. Em síntese, não foi a Primavera Árabe em si que fortaleceu a contenda entre os dois países, mas sim as *consequências internas* de cada Estado que sofreu com desequilíbrio de poder. Foi a oportunidade perfeita para acelerar a Guerra Fria regional iraniano-saudita, com guerras *proxy* que eximiam ambos atores dos efeitos negativos de um conflito direto.

### **3.3. Intervenções e aproximações dos governos iraniano e saudita na região**

Com o passar dos anos, o enfraquecimento de Estados-chave e o empoderamento de novos atores não-estatais na região auxiliaram na formação de um cenário político um tanto quanto caótico, com guerras por procuração e intervenções competitivas. Ainda que haja outros participantes ocasionais, as ingerências iraniana e saudita parecem sempre ser o elemento invariável e constante.

O Oriente Médio é uma das regiões mais complexas do mundo. Atualmente existem 4 estados falidos (Síria, Líbia, Iraque e Iêmen) e 3 guerras (os mesmos anteriores, com exceção da Líbia), com grandes potências tomando lados opostos. [...] A região tem visto conflitos após conflitos que remontam ao século XX. Mas entre todas as revoltas, guerras civis e insurgências, dois países parecem estar sempre envolvidos: Arábia Saudita e Irã. [...] Eles são rivais, e sua rivalidade é a chave para entender os conflitos

no Oriente Médio. Os sauditas e os iranianos nunca declararam guerra uns aos outros. Em vez disso, eles lutam indiretamente apoiando lados opostos em outros países e incitando conflitos. Isso é conhecido como guerra por procuração e tem um efeito devastador na região. Países, especialmente os mais pobres, não podem funcionar se houver países maiores ingerindo dentro de suas fronteiras. Tanto os sauditas quanto os iranianos encaram essas guerras civis como tremendas ameaças e também potencialmente enormes oportunidades. A rivalidade saudita-iraniana tornou-se uma luta por influência, e toda a região é um campo de batalha. É por isso que a rivalidade está sendo chamada de Guerra Fria (VOX, 2017, s/p) [tradução nossa].

É importante ressaltar que a celeuma Iraniano-Saudita já existia muito antes das insurreições de 2011. O Oriente Médio passou, no último século, por diversos conflitos e movimentos de instabilidade e mudanças estruturais – a conformação de novos Estados, a saída de potências europeias da região, a instauração de Israel em território palestino, o palco da Guerra Fria (EUA-URSS), dentre outros. Em se tratando da história mais recente, a primeira década do século XXI trouxe consigo conflitos que escalonaram ainda mais essa contenda por liderança regional.

Os anos 2000 foram, na verdade, um momento profundamente violento e instável, marcado pela ocupação do Iraque, pelas sucessivas guerras israelenses com os palestinos e o Hezbollah, e pela rápida evolução das tensões sectárias e da violência jihadista. [...] A longa Guerra Fria entre blocos liderados pelo Irã e pela Arábia Saudita, combinando elementos da geopolítica e do sectarismo, estruturou a política da região (LYNCH, 2016, p. 13) [tradução nossa].

Em realidade, a conturbada relação entre os governos iraniano e saudita data, em especial da Revolução Iraniana de 1979. A dinastia Pahlevi, ainda que nem sempre popular, tendia ao Ocidente e (admitidamente) agradava aos interesses Estadunidenses na região – em troca do estreitamento das relações econômicas (especialmente com o petróleo nacional) e militares (sob alianças que expulsaram as potências francesa e inglesa de seu território, diminuindo a hegemonia europeia em mais uma região do mundo). Contudo, a derrubada do Xá na Revolução também significou o distanciamento desse viés para acercar-se das raízes persas, assim como da identidade islâmica do Irã. Além do quê, em meados da Guerra Fria (EUA-URSS), qualquer Estado que rejeitasse por completo sua aliança com um dos lados, era automaticamente visto como “ameaça” e “traidor” daquela ordem, internacionalmente.

Em consequência disso, a boa parte dos atores do Oriente Médio que seguiam o bloco ocidental, cortaram ou diminuíram seus laços com a nova república. Dentre eles, estava a Arábia Saudita.

Um segundo elemento que se acendeu naquele momento foi a questão religiosa. Os sauditas passaram a temer que o líder religioso que havia liderado a iraniana população às revoltas, Aiatolá Ruhollah Khomeini, igualmente a inspirasse a voltar-se contra seus vizinhos

sunitas, autoproclamando o Irã o novo líder – e único Estado verdadeiramente legítimo – do mundo muçulmano, tendo vista sua revolução popular e islâmica.

Historicamente, a Arábia Saudita, uma monarquia e lar do berço do Islã, via-se como o líder do mundo muçulmano. No entanto, isso foi desafiado em 1979 pela revolução islâmica no Irã, que criou um novo tipo de Estado na região - um tipo de teocracia - que tinha um objetivo explícito de exportar esse modelo para além de suas próprias fronteiras (BBC, 2017, s/p) [tradução nossa].

Esse medo finalmente provou-se procedente, quando documentos da CIA (*Central Intelligence Agency*) revelaram que o Irã estava de fato exportando sua revolução para a região. Foram descobertos apoios iranianos por procuração a grupos sunitas que tentavam destronar governos no Iraque, no Afeganistão e na Arábia Saudita (VOX, 2017).

A resposta saudita foi a de estreitar ainda mais as relações com os EUA – que rapidamente puseram-se de prontidão a entrar no conflito – e formar o CCG (Conselho de Cooperação do Golfo) em 1981, uma organização cujo objetivo era – e segue sendo até hoje – a de reforçar alianças dentre 6 países do Golfo Pérsico (Omã, Emirados Árabes Unidos, Arábia Saudita, Qatar, Bahrein e Kuwait). Em suma, os sauditas trataram de garantir para si não apenas o maior apoio regional possível, mas também do *hegemon* do bloco ocidental.

Houve, ainda, outros atores regionais que sentiram o peso da ameaça iraniana; dentre eles, o Iraque. Durante 8 anos (1980 – 1988), os dois países entraram em conflito direto, em uma guerra que, resumidamente, acabou sem claros vencedores. Contudo, ela não terminou sem o apoio da monarquia Saud ao Estado do líder sunita Saddam Hussein. “Tornava-se crítico para os sauditas que eles fortalecessem o Iraque e o transformassem em um muro que pudesse conter a torrente iraniana que eles mesmos haviam desencadeado” (POLLACK, 2017, s/p) [tradução nossa]. Esta ficou conhecida como uma forma de primeira guerra *proxy* Irã-Arábia Saudita.

Nos últimos 15 anos em particular, as diferenças entre os dois Estados foram aguçadas por uma série de outros eventos. A invasão do Iraque – que novamente se apresentou como cenário *proxy* –, liderada pelos EUA em 2003, derrubou Hussein. “Isso removeu um contrapeso militar crucial à influência iraniana no país vizinho” (BBC, 2017, s/p) [tradução nossa]. Nem Irã, nem Arábia Saudita almejavam esse acontecimento, tendo em vista a atuação iraquiana enquanto Estado *buffer* de sua contenda.

Sem um governo ou líder no poder, milícias armadas assumiram o controle do Iraque, dividindo sua população, por todo o território. [...] Muitos eram grupos radicais islâmicos (a exemplo do ISIS<sup>37</sup>) que viram uma oportunidade de ganhar poder em meio ao caos. Essas milícias estavam prontas para a procura proxy da Arábia Saudita e do Irã, e ambas aproveitaram a oportunidade para tentar obter poder. Os sauditas passaram então a enviar dinheiro e armas para as milícias sunitas e o Irã às xiitas. O

---

<sup>37</sup> O Estado Islâmico do Iraque e do Levante (formalmente conhecido como Estado Islâmico da Síria).

Iraque tornou-se de repente uma guerra por procuração, com Arábia Saudita e Irã apoiando lados opostos (VOX, 2017, s/p) [tradução nossa].

Outros cenários anteriores à Primavera Árabe, com a participação das duas potências, incluem: 1. O conflito Israel-Palestina, no qual Irã apoiou o governo palestino por meio de amparos financeiros ao Hamas<sup>38</sup> e à Jihad Islâmica Palestina<sup>39</sup>, tornando-se relevante ator na contenda; enquanto a Arábia Saudita tomou para si o papel de mediador, como diplomático líder da balança de poder regional, ainda que de forma infrutífera – o que seguramente a enfureceu; em 2007, diplomatas sauditas se pronunciaram frente à RAND<sup>40</sup>, “esta é uma questão árabe, então por que o Irã está envolvido?” (entrevista RAND, 2007, s/p.). E 2. A Guerra Líbano-Israel, quando o Irã apoiou o Hezbollah<sup>41</sup>, deixando a Arábia Saudita sem uma saída aparente – já que esta também apoiava o lado libanês e opunha-se a Israel, por conta do “bloco” pan-árabe (mesmo sem nunca ter feito movimentações ativas nesse sentido), mas tampouco poderia apoiar o mesmo bloco que seu maior rival (Irã); ao final, o governo saudita, confuso, não tomou nenhuma ação efetiva na guerra, perdendo confiabilidade popular (até então garantida pelo seu *status* de ‘líder da balança de poder regional’).

“Independentemente de a guerra do verão de 2006 ter sido lançada por sugestão do Irã, Teerã emergiu do conflito com vantagem nas relações bilaterais - pelo menos em termos de opinião pública árabe” (WEHREY et al, 2009, p. 25) [tradução nossa].

### 3.3.1. Participação Iraniana e Saudita nos Conflitos da Primavera Árabe

Ainda que o nascimento da conflitualidade iraniano-saudita não seja tão recente, é inegável o papel da Primavera Árabe na combustão desse conflito, com a desestabilização de Estados e atores da região. O recém-criado vácuo de poder ameaçava a segurança de todo o território e demandava a instauração de novas estruturas: aqui entraria o potencial papel de Teerã e Riad.

Sem poderes hegemônicos ou liderança claramente definidos, o Oriente Médio tornou-se, mais uma vez, alvo dos interesses de potências regionais e extrarregionais em busca de seus

---

<sup>38</sup> Organização islâmica palestina. Atualmente é a autoridade governamental *de facto* na Faixa de Gaza.

<sup>39</sup> Organização islâmica palestina, formada em 1981, que visa estabelecer um Estado palestino soberano e islâmico, sem a presença israelense.

<sup>40</sup> “A RAND Corporation é uma organização sem fins lucrativos organização de pesquisa que fornece análise objetiva e efetiva soluções que lidam com os desafios enfrentando os setores público e privado ao redor do mundo” (RAND).

<sup>41</sup> Organização política e paramilitar fundamentalista islâmica xiita sediada no Líbano. É uma força significativa na política libanesa, responsável por diversos serviços sociais, em especial no sul do país.

recursos de poder. Enquanto as potências ocidentais (como os EUA) cobiçavam o petróleo que poderia vir em troca de apoio securitário aos novos Estados agora deficitários e/ou falidos – fortalecendo a balança econômica mundial –, governos locais almejavam o poder e seu nome no topo da cadeia do *status quo* regional – finalmente, havia chegado o momento de Irã e Arábia Saudita travarem sua própria Guerra Fria em um espaço com múltiplos palcos e possíveis *proxies*<sup>42</sup> dentro de conflitos nacionais.

Com as profundas mudanças sistêmicas advindas da Primavera Árabe, no entanto, a balança de poder passou a pender para o lado saudita. Imprevisivelmente, os aliados do Irã (em especial, a Síria) acabaram se enfraquecendo, enquanto os países do golfo – aliados da monarquia Saud – saíram ainda mais poderosos (com exceção do Bahrein). A alteração desse “*status geopolítico*”, contudo, não foi razão para a diminuição das investidas *proxy* iranianas.

O presidente persa na época, Mahmoud Ahmadinejad (2005–2013), já havia demonstrado uma postura diferente a de seu antecessor, em especial no tocante à aproximação política com países do Sul Global. Fazia parte do Movimento dos Países Não-Alinhados<sup>43</sup> (do qual, inclusive, foi representante oficial entre 2012 e 2013) e era um crítico admitido das forças imperialistas ocidentais (especialmente EUA, Reino Unido e Israel), voltando-se às potências regionais que igualmente contrapunham aquela visão, como a Síria – onde presidente Bashar Al-Assad, ademais, faz parte de uma minoria xiita que governa o país de maioria sunita –, o Iraque e a Palestina.

Quando as insurreições de 2011 começaram a se desdobrar pela região, o Irã precisava garantir dois elementos principais: primeiro, a segurança e a estabilidade de seus aliados; e segundo, a demonstração de todo seu potencial hegemônico, visando sua ascensão na balança de poder regional. E ambos exigiam a participação do país em guerras nacionais, de forma *proxy*.

Enquanto isso, a Arábia Saudita do Rei Abdullah bin Abdulaziz Al Saud (com o auxílio do Ocidente – em especial, dos EUA) se esforçava para manter ao máximo os governos vigentes e o *status quo* inalterados – posto que os beneficiavam. Assim, apoiou a maioria dos autocratas da região, com exceção do Iêmen – onde sua posição foi considerada uma “traição”, uma vez que sempre havia estado em sua zona de segurança e influência – e dos opositores aos governos alinhados com Teerã.

---

<sup>42</sup> Aqueles atores apoiados ou manipulados por potências externas em uma guerra *proxy*.

<sup>43</sup> O Movimento dos Países Não-Alinhados (*Non-Aligned Movement*, em inglês) é o maior fórum de coordenação política e consulta das Nações Unidas, composto por 120 Estados-Membros do mundo em desenvolvimento (Sul Global).

Após assistir a aliados e outros líderes caírem no Egito, Líbia e Tunísia, o rei saudita Abdullah estabeleceu uma posição linha-dura contra qualquer movimento similar na península arábica. No caso do Iêmen, Riad atuou preventivamente: os temores de instabilidade na fronteira sul levaram a Arábia Saudita a orquestrar uma mudança de liderança no país. O Conselho de Cooperação do Golfo, dominado pela Arábia Saudita, elaborou um acordo com Saleh para renunciar ao poder em troca de imunidade para ele. Ao final, essa revolução de cima para baixo foi um erro estratégico para Riad, que custou anos de uma sangrenta guerra civil aos iemenitas (THE WASHINGTON POST, 2017, s/p) [tradução nossa].

Talvez um dos únicos fatores convergentes entre as duas potências, apesar de suas visões opostas (pró-revoluções islâmicas x pró-manutenção do *status quo*), foi a preocupação sincrônica com dois atores não-estatais: a Irmandade Muçulmana<sup>44</sup> (e a forma como participava ativamente das reformulações políticas e mudanças pós-revoltas nos Estados) e o ISIS (com seu exponencial crescimento a partir de 2012).

Tanto Irã, quanto Arábia Saudita, há décadas se declaram o líder do mundo islâmico, por uma série diferentes fatores; contudo, a disputa ocorria basicamente apenas entre as duas potências, até a chegada dos novos atores não-estatais. Estes, além do mais, adicionaram os fatores força política interna e adesão popular ao jogo: no caso da Irmandade, por meio de seu próprio partido político, que foi tomando força em câmaras e parlamentos por todo mundo árabe; e do ISIS, por sua dissidência com basicamente qualquer outro ator regional e extrarregional e a rapidez com a qual ganhou notoriedade e território sob um radical fundamentalismo.

Ainda assim, o temor desses novos agentes não foi suficiente para impedir a ação das duas potências. A tabela a seguir apresenta os principais atores apoiados por cada governo durante os (e por vezes, depois dos) levantes da Primavera Árabe.

---

<sup>44</sup> Organização islâmica radical, cujo objetivo é o de reforçar a sharia e os ensinamentos do Corão, unir o mundo muçulmano e que rejeita qualquer tipo de influência ocidental.

**Tabela 03:** Os *proxies* do Irã e da Arábia Saudita, durante a Primavera Árabe

|                | <b>Irã</b>  | <b>Arábia Saudita</b>   |
|----------------|---|---|
| <b>Tunísia</b> | Protestantes antigoverno  | Presidente Ben Ali  |
| <b>Bahreïn</b> | Protestantes xiitas antigoverno   | Rei Hamad   |
| <b>Líbia</b>   | Protestantes antigoverno  | –   |
| <b>Iêmen</b>   | –   | Protestantes antigoverno  |
| <b>Iraque*</b> | Primeiro-Ministro Maliki  | –   |
| <b>Síria</b>   | Presidente Bashar Al-Assad  | Protestantes sunitas antigoverno  |
| <b>Egito</b>   | 1. Protestantes antigoverno de Mubarak (2011)<br>2. Presidente Mursi (2013) | 1. Presidente Mubarak (2011)<br>2. Protestantes antigoverno de Mursi (2013) |

\* Vale lembrar que tanto Irã, quanto Arábia Saudita, não almejavam a desestabilização do Iraque, tendo em vista seu papel enquanto Estado *buffer* entre as duas potências e sua potencial aliança.

Fonte: Elaboração própria, através das informações em AL MONITOR (2013), DAWN (2011), THE GUARDIAN (2013), THE GUARDIAN (2018), WASHINGTON POST (2012), e WASHINGTON POST (2017).

Contudo, para que um terceiro ator seja aceito por seu(s) *proxie(s)* num conflito, ele deve negociar e aceitar uma série de elementos daquele(s) em guerra. É necessário haver interesses convergentes para que esse processo seja conveniente para ambos.

*Os proxies, é claro, têm suas próprias agendas, o que torna a gestão da relação entre o benfeitor e a proxy durante o conflito invariavelmente complicada, especialmente quando os procuradores começam a desenvolver percepções maiores de autonomia ou forjam interpretações divergentes do objetivo estratégico para o benfeitor (MUMFORD, 2013, p. 41) [tradução nossa].*

No caso da Primavera Árabe, tanto Irã, quanto Arábia Saudita, garantiam a seus *proxies* apoio político, econômico, militar e estratégico. Era do interesse de todos os participantes nos conflitos nacionais, que o seu bloco triunfasse – em especial porque ali estava em jogo a segurança nacional e a estabilidade de toda região.

Contudo, especialmente nos países que permaneceram em guerra civil durante anos (Síria e Iraque), a ingerência *proxy* dos *hegemon*s foi, seguramente, uma das principais causas da letárgica reestruturação e reestabilização do Oriente Médio como um todo pós-Primavera Árabe.

### 3.4. A definição de Guerra Fria regional para o contexto atual do Oriente Médio

Retomando o conceito securitário de Guerra Fria como sendo: 1. Um contexto de múltiplas disputas estratégicas, sendo a ideológica a mais forte, entre dois atores principais sob uma busca por hegemonia ou liderança (em menor grau); 2. Conflitualidade indireta, por meio de guerras *proxy*.

A Arábia Saudita é um poder regional do *status quo*, enquanto o Irã frequentemente procura uma mudança revolucionária em toda a área do Golfo e no Oriente Médio, em geral com diferentes graus de intensidade. A Arábia Saudita também tem fortes laços com as nações ocidentais, enquanto o Irã vê os Estados Unidos como seu inimigo mais perigoso. Talvez a diferença mais importante entre as duas nações seja que a Arábia Saudita é um Estado árabe muçulmano sunita conservador, enquanto o Irã é um Estado xiita com altos políticos que frequentemente veem seu país como defensor e líder natural dos xiitas em toda a região. A rivalidade entre Riad e Teerã refletiu-se na política de vários Estados regionais nos quais essas duas potências exercem influência (BOONE, 2012, p. VI) [tradução nossa].

Em se tratando da multiplicidade de embates entre a República Islâmica do Irã e o Reino da Arábia Saudita, destaca-se a complexa hibridização entre posicionamento político e orientação religiosa.

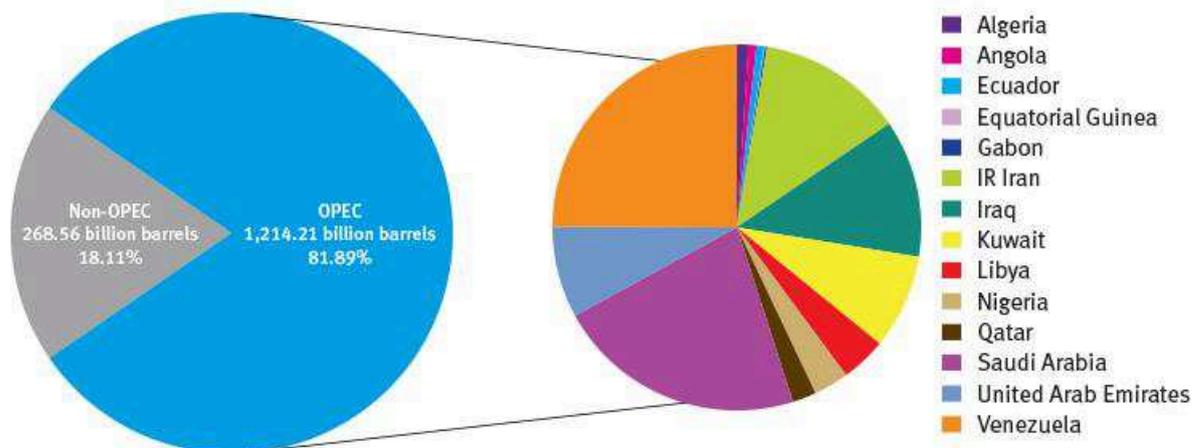
Os persas afirmam-se defensores oficiais do Xiismo no Oriente Médio – tendo em vista que a maior parte da população xiita reside em suas fronteiras – e maiores representantes do Islamismo, sendo o único Estado verdadeiramente islâmico, uma vez que o próprio surgimento de sua república foi fundamentado no desejo popular de uma teocracia que seguisse a palavra do Profeta.

Por outro lado, os sauditas, em seu Estado ultraconservador que adere oficialmente à interpretação Wahabita da lei religiosa islâmica (Sharia), também se percebe enquanto o líder cultural e religioso, por dois elementos em particular: o primeiro, o nascimento de Maomé e do próprio Islã; e o fato de as duas cidades mais sagradas à religião estarem situadas em seu território, Meca e Medina – para as quais todo muçulmano deve peregrinar pelo menos uma vez na vida (fazendo da Arábia Saudita, um destino obrigatório a todos os muçulmanos do mundo e, por consequência, aumentando exponencialmente sua autoridade e prestígio enquanto nação).

Ambos atores, ainda, disputam a supremacia na produção energética, em especial na chamada geopolítica do petróleo. A corrida espacial da outrora Guerra Fria mundial, se transfigura neste cenário em diversos novos elementos: maior produção de petróleo, maior exportação regional, maiores descobertas de novas fontes energéticas, maior programa nuclear de uso civil, maiores acordos internacionais para a exploração dessas fontes, etc.

**Figura 11:** Gráfico apresentando parte das reservas mundiais de petróleo cru  
 – Países da OPEP<sup>45</sup> (2017)

OPEC share of world crude oil reserves, 2017



OPEC proven crude oil reserves , at end 2017 (billion barrels, OPEC share)

|              |        |       |         |        |      |         |       |      |               |      |      |
|--------------|--------|-------|---------|--------|------|---------|-------|------|---------------|------|------|
| Venezuela    | 302,81 | 24,9% | Kuwait  | 101,50 | 8,4% | Qatar   | 25,24 | 2,1% | Gabon         | 2,00 | 0,2% |
| Saudi Arabia | 266,26 | 21,9% | UAE     | 97,80  | 8,1% | Algeria | 12,20 | 1,0% | Equat. Guinea | 1,10 | 0,1% |
| IR Iran      | 155,60 | 12,8% | Libya   | 48,36  | 4,0% | Angola  | 8,38  | 0,7% |               |      |      |
| Iraq         | 147,22 | 12,1% | Nigeria | 37,45  | 3,1% | Ecuador | 8,27  | 0,7% |               |      |      |

Source: OPEC Annual Statistical Bulletin 2018.

Fonte: OPEP, 2018<sup>46</sup>

Como pode-se perceber pelo gráfico acima, a Arábia Saudita possui a segunda maior reserva de petróleo cru mundial (266,26 bilhões de barris, em 2017 – 21,9% das reservas da OPEP) – perdendo apenas para a Venezuela –, seguida do Irã (155,60 bilhões de barris, em 2017 – 12,8% das reservas da OPEP).

Contudo, em se tratando da diversificação de fontes energéticas, a Arábia Saudita perde para a República Islâmica. A próxima tabela apresenta os principais números das potências:

<sup>45</sup> A Organização dos Países Exportadores de Petróleo – OPEP (em inglês, *Organization of the Petroleum Exporting Countries* – OPEC) é uma organização intergovernamental, fundada em 1960 na Conferência de Bagdá, da qual atualmente participam 14 nações. Sua função é "coordenar e unificar as políticas petrolíferas de seus países membros e garantir a estabilização dos mercados de petróleo, a fim de assegurar um fornecimento eficiente, econômico e regular de petróleo aos consumidores, uma renda estável aos produtores e um retorno justo sobre o capital para aqueles que investem na indústria do petróleo" (OPEP).

<sup>46</sup> OPEC – Share of World Crude Oil Reserves. Disponível em: <[https://www.opec.org/opec\\_web/en/data\\_graphs/330.htm](https://www.opec.org/opec_web/en/data_graphs/330.htm)>. Acesso em: abril/2019.

**Tabela 04:** A produção energética de Irã e Arábia Saudita, referentes ao ano de 2016.

| <b>Recurso energético</b>                               | <b>Irã</b> | <b>Arábia Saudita</b> |
|---|------------|-----------------------|
| <b>Petróleo</b> ( <i>oil</i> ), em milhões de toneladas | 183        | 569                   |
| <b>Gás natural</b> , em Mtoe                            | 173        | 95,8                  |
| <b>Solar</b> , em Megawatts                             | 17         | 25                    |
| <b>Hídrica</b> , em Gigawatts                           | 11,2       | -                     |
| <b>Geotermal</b> , em Megawatts                         | 81,5       | 44                    |
| <b>Eólica</b> , em Megawatts                            | 117        | -                     |
| <b>Nuclear</b> , em milhares de toneladas               | 3,9*       | -                     |

\*A capacidade comprovada de energia nuclear no Irã, no entanto, é de 900MW.

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do *World Energy Council*<sup>47</sup>

Segundo dados oficiais do Conselho Mundial de Energia (2014), enquanto a Arábia Saudita demonstrou-se maior produtor de petróleo e energia solar dentre as duas potências, é visível que a vantagem iraniana se dá justamente na multiplicidade de recursos, em especial os renováveis – nos quais se sobrepõe ao reino Saud em termos hídricos, geotermiais e eólicos.

Desde 2018, o novo príncipe saudita herdeiro ao trono, Mohammed bin Salman, vem propondo uma série de reformas e avanços no país. Dentre eles, a nova política de aumento da exploração de energia limpa e recursos renováveis<sup>48</sup>. Esta decisão vem especial pela queda do preço do barril de petróleo no mercado mundial (graças, especialmente, ao aumento da produção de diversos países).

O Irã também ficou mundialmente sob os holofotes, mas em relação à questão nuclear. Com uma longa história de enfrentamento no qual órgãos internacionais – em especial aqueles liderados pelo Ocidente – acusavam o governo iraniano de estar usando seu potencial nuclear para construir bombas atômicas – ainda que o presidente afirmasse repetidamente que o programa tinha fins pacíficos e unicamente civis. O conflito atingiu um de seus ápices em 2015, após anos de sanções, com o Acordo Nuclear Iraniano.

O pacto entrou em vigor em outubro de 2015 e passou a ser aplicado em janeiro de 2016, após a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) ter verificado que o programa nuclear iraniano tem fins pacíficos. [...] Com o acordo, ficou proibido o enriquecimento de urânio [...] por 15 anos. O Irã também aceitou, por 15 anos, reduzir suas reservas de urânio em 98%, para 300 quilos. A quantidade não é suficiente para produzir uma única bomba atômica. [...] Os iranianos também concordaram em limitar

<sup>47</sup> *Energy Sources*. Disponível em: <<https://www.worldenergy.org/data/resources>>. Acesso em: abril/2019.

<sup>48</sup> Parte da *Visão 2030*, melhor explorada na página 82 deste trabalho.

o enriquecimento de urânio a 3,67%, bem abaixo dos 90% necessários para uma arma nuclear (G1, 2017, s/p).

Um outro elemento-chave na consagração do conflito enquanto Guerra Fria regional diz respeito à política externa adotada pelos atores. Enquanto a Arábia Saudita é defensora da manutenção do *status quo* regional; o Irã busca aumentar seu poder de influência regional, visando uma mudança estrutural – que relembra seus tempos hegemônicos por toda eurásia, na época dos grandes impérios.

Em termos de alianças regionais, o reino saudita possui forte poder de influência sobre os países do golfo (em especial por conta do CCG); enquanto o Teerã fortalece seus laços com o mundo árabe por meio da Síria, do Líbano, da Palestina e de uma série de atores não-Estatais.

### **3.5. Considerações preliminares**

Definida a contenda iraniano-saudita enquanto Guerra Fria regional, segue-se então para a aplicação dos conceitos securitários no contexto. Em se relacionando os elementos *anarquia do sistema* (tanto no SI, quanto na esfera regional) e *balança de poder* regional, estes acabam por tornar-se sincronicamente delimitadores da própria disputa – uma vez que é em si a competição por recursos sistêmicos que justifica o comportamento das unidades em interação e suas aspirações pela liderança regional. Em outras palavras, as relações conflituosas entre Irã e Arábia Saudita, assim como sua busca pela maior conquista possível das capacidades no Oriente Médio, quiçá jamais seria possível em um sistema estável, controlado e unipolar, com um (terceiro) ator-mor em liderança, dado que estariam sob sua influência e controle – constrangidos a não lutar contra a estabilidade daquela balança de poder.

Ademais, a lacuna para tal apropriação do espaço hegemônico advém justamente do vácuo de poder e instabilidade regionais resultantes do enfraquecimento dos Estados nacionais pós-Primavera Árabe. Melhor dizendo, o vácuo de poder, inevitavelmente, impulsionou a guerra, pois abriu um espaço para procurações em conflitos paralelos. Notoriamente, é possível definir a instabilidade regional como elemento inerente em uma situação de ausência hegemônica.

No tocante às guerras proxy *per se* travadas pelos atores, a visão Neorrealista mais uma vez encaixa-se de forma vital, uma vez que não realça a causa das interações, mas sim de suas consequências na estrutura do Sistema. Neste caso, a disputa Teerã-Riad pela máxima liderança na balança de poder da região, que ocorre via apoios a frentes opostas em guerras nacionais, cria uma pressão na região que pode vir a trazer um colapso irrefreável da paz no Oriente Médio.

As incessantes demonstrações de poder das duas potências fomentam a continuidade dos conflitos nacionais na região, uma vez que fornecem aos *proxies* mais armamentos e disponibilidade de capacidades do que teriam sem esse apoio.

Por fim, a falta de convergência entre os dois atores, assim como sua busca incansável busca por provar-se o líder da região, tornam a Guerra Fria Iraniano-Saudita igualmente causa e consequência da instabilidade e da atual balança de poder estrutural no Grande Oriente Médio.

#### 4. AS NOVAS RELAÇÕES NO ORIENTE MÉDIO SOB A GUERRA FRIA REGIONAL, PÓS-PRIMAVERA ÁRABE

Reconhecida a relação de Guerra Fria entre nossos dois atores principais, com suas diferenças e distanciamentos, faz-se agora essencial evidenciar o oposto: suas *semelhanças* e como elas os tornam Estados peculiares na região.

Há diversos elementos que conformam a capacidade iraniana e saudita enquanto potências hegemônicas, para muito além do simples desejo do poder em si, ou de seu reconhecimento no *status quo* enquanto líder regional. Fatores como sua dimensão geofronteiriça superior, sua relativa estabilidade interna (vista a situação na região pós-Primavera Árabe) e a adoção de ambos por vertentes do Islã diferentes aos demais Estados do Oriente Médio – Xiismo no Irã e Wahabismo na Arábia Saudita – os tornam quicá os mais aptos para participar da Guerra Fria regional e lograr a expansão de suas ideologias para a região.

Ainda, em termos de política externa extrarregional, reside o fato de cada ator ser o ponto mais extremo na relação com os Estados Unidos: iranianos como sendo seu maior inimigo regional, e sauditas enquanto seus maiores aliados.

Desde 1979, as relações bilaterais entre Irã e Arábia Saudita têm sofrido com divergências sobre questões, incluindo estruturas políticas internas, a interpretação do Islã, a aspiração de liderança do mundo islâmico, as políticas de exportação de petróleo e as relações com os EUA. A Arábia Saudita é um reino conservador sunita islâmico com uma tradição de laços estreitos com os EUA, enquanto o Irã é uma república islâmica xiita fundada em uma revolução antiocidental (AL-SAUD, 2015, p. 121) [tradução nossa].

Contudo, suas relações nem sempre foram assim opostas. Desde a própria conformação da Arábia Saudita enquanto Estado, em 1932, e durante os dois reinados da Dinastia Pahlevi no Irã, ambos atores eram muito mais próximos e contavam com relações político-diplomáticas muito mais fortes. A Revolução Iraniana alterou os rumos desse relacionamento, e, até meados da década de 1990, fomentou desacordos e distanciamentos – especialmente pelas novas divergências de Teerã com as ideologias do Ocidente.

A Arábia Saudita e o Irã desfrutaram de cinco décadas de relações amistosas baseadas no respeito mútuo e na cooperação para servir suas respectivas nações entre 1929 e 1979. Em 1979, a revolução iraniana marcou uma desaceleração nas relações diplomáticas dos dois países. [...] Posteriormente, a década de 1990 testemunhou transformações em todo o cenário global e regional, o que aproximou a Arábia Saudita e o Irã, ao mesmo tempo em que realinhavam suas políticas externas (AL-SAUD, 2015, p. 179) [tradução nossa].

O resultado foi uma relação bilateral difusa e que respinga até hoje nos demais países da região, enquanto lutam pelos ganhos absolutos na balança de poder de uma região instável.

#### 4.1. Relações político-diplomáticas tradicionais entre Irã e Arábia Saudita.

Para que se possa compreender as relações político-diplomáticas atuais entre as duas potências, é necessário analisar o processo histórico pela qual passaram. Para tal, esta seção será responsável por destrinchar não apenas os principais fatos históricos relativos a esse relacionamento, como também explorar brevemente as conexões entre cada chefe de Estado saudita e iraniano, em seus respectivos mandatos.

Faz-se ainda importante lembrar que as estruturas políticas e institucionais de cada país são diferentes. Enquanto a Arábia Saudita se baseou na monarquia desde sua própria formação, em 1932; o Irã passou por distintos sistemas desde essa mesma época: duas monarquias, uma revolução com líderes temporários e uma certa anarquia constitucional, até finalmente chegar ao arranjo atual – uma semidemocracia (com um líder religioso supremo e um presidente democraticamente eleito).

A tabela abaixo apresenta os chefes de Estado dos dois países, desde o início da Dinastia Pahlevi na antiga Pérsia, em 1929; e o estabelecimento oficial do Reino da Arábia Saudita, em 1932.

**Tabela 05:** Período de regência dos chefes de Estado – Arábia Saudita e Irã 1929-2019.

| REINO DA ARÁBIA SAUDITA |          |            | REPÚBLICA ISLÂMICA DO IRÃ |   |                        |                                      |
|-------------------------|----------|------------|---------------------------|---|------------------------|--------------------------------------|
| ANO                     | REI      | Em árabe   | ANO                       | CHEFE DE ESTADO                         | Em persa               | Situação                             |
| 1932 - 1953             | Ibn Saud | عبد العزيز | 1929 - 1944               | Reza Xá Pahlevi                         | رضا شاه پهلوی          | Monarcas                             |
| 1953 - 1964             | Saud     | سعود       | 1941 - 1979               | Mohammad Reza Xá Pahlevi                | محمد رضا پهلوی         |                                      |
| 1964 - 1975             | Faisal   | فيصل       | 1980 - 1981               | Abolhassan Banisadr, Mohammad-Ali Rajai |                        | Temporários                          |
| 1975 - 1982             | Khalid   | خالد       | 1981-1989                 | Ali Khamenei                            | سید علی حسینی خامنه‌ای | Presidentes democraticamente eleitos |
| 1982 - 2005             | Fahd     | فهد        | 1989 - 1997               | Akbar Hashemi Rafsanjani                | اکبر هاشمی رفسنجانی    |                                      |
|                         |          |            | 1997 - 2005               | Mohammad Khatami                        | سید محمد خاتمی         |                                      |
| 2005 - 2015             | Abdullah | عبد الله   | 2005 - 2013               | Mahmoud Ahmadinejad                     | محمود احمدی نژاد       |                                      |
| 2015 - Presente         | Salman   | سلمان      | 2013 - Presente           | Hassan Rouhani                          | حسن روحانی             |                                      |

Fonte: Elaboração própria

Sob tal apresentação, é possível imaginar a diversidade de relações político-diplomáticas que os dois países tiveram, marcadas em especial pela da Revolução Iraniana de 1979.

A era pré-1979 de relações diplomáticas cordiais entre a Arábia Saudita e o Irã resultou da presença de estruturas governamentais similares em ambos os países, juntamente com a política externa e metas domésticas complementares. [...] No entanto, a revolução de 1979 levou a uma reviravolta nas relações saudita-iranianas. [...] Por quase uma década após a revolução de 1979, o relacionamento saudita-iraniano se deteriorou continuamente, resultando em uma ruptura nas relações diplomáticas em 1988 (AL-SAUD, 2015, pp. 01-02) [tradução nossa].

Para fins de maior clarificação, as próximas páginas abordarão a relação Irã-Arábia Saudita em 2 momentos. O primeiro, entre 1929 e 1979; e o segundo, de 1980 aos dias atuais.

#### **4.1.1. Irã-Arábia Saudita 1929-1978.**

Até a terceira década do século XX, enquanto ocorria a conquista da Península Arábica pela família al-Saud, Irã e Arábia Saudita tiveram poucas relações.

As principais fases de suas interações lidavam principalmente com os peregrinos iranianos que faziam a *hajj*<sup>49</sup> para Meca e com os mercadores persas que os acompanhavam e conduziam os negócios ao longo da rota do *hajj* (WEDDINGTON, 2017, p. 07) [tradução nossa].

Em 1929, ambas nações assinaram o Tratado de Amizade Saudita-Iraniana (RIZWAN *et al*, 2014), oficializando seu relacionamento, que seguiu crescendo com a formação oficial do Estado saudita. O início do aprofundamento desta análise se dará após 1932, iniciando-se pelos quatro primeiro reinados sauditas e suas interações com a monarquia iraniana.

##### **i. Rei Abdulaziz al-Saud e Reza Xá Pahlavi (1932-1953):**

Este primeiro momento foi marcado por diferentes fases de desenvolvimento. Enquanto o Reino da Arábia Saudita se estabelecia oficialmente e conquistava para seu território cerca de 80% da Península Arábica, a Dinastia Pahlevi reinava sobre o milenar Império persa, com um nível já bastante avançado e estabilizado de influência sobre o Oriente Médio e a Eurásia. A longa estabilidade nas relações entre árabes e persas – traçada de séculos –, somadas às boas relações de ambos Estados com o Ocidente, amplificaram a afinidade entre os monarcas, que passaram a reconhecer-se oficial e mutualmente como vizinhos poderosos em suas fronteiras, contra os quais não competiam diretamente.

Outro fator, ainda, foi relevante para este período de relativa calma: a primeira metade do século XX trouxe aos iranianos e aos sauditas preocupações internas muito maiores do que

---

<sup>49</sup> Peregrinação a Meca, compulsória pelo Islã a todos os seus seguidores adultos.

suas aspirações pela liderança regional – em especial a insatisfação popular iraniana com o Xá, e o foco do trono saudita na consolidação do novo Estado. O resultado foi uma relação com interações reduzidas e bastante diversas. “O rei Abdulaziz al Saud [Ibn Saud] e Reza Xá reconheceram que as duas nações precisavam forjar um relacionamento cooperativo e evitar o confronto”. (tradução nossa – AL-SAUD, 2015, p. 31).

Em 1944, o Xá cedeu à pressão popular e abdicou de seu trono, concedendo-o a seu primogênito, Mohammed Pahlevi. Este, manteve as relativamente tranquilas relações com o compatriota saudita até o final de seu reinado.

Os primeiros anos das relações iraniano-sauditas podem ser caracterizados como turbulentos, mas afáveis, com laços diplomáticos separados e restaurados inúmeras vezes, resultantes de confrontos por várias questões. No entanto, o Irã e a Arábia Saudita se uniram como estados alinhados do Ocidente contra os nacionalistas árabes e a ameaça soviética potencial que colocava em risco seus regimes, bem como os interesses ocidentais (WEDDINGTON, 2017, p. 18) [tradução nossa].

Talvez um dos únicos momentos de tensão tenha estado relacionado à ausência da participação iraniana na Guerra Árabe Israelense (1948-49), encabeçada por diversos Estados árabes – dentre eles, Arábia Saudita (que já havia lutado contra o assentamento pré-israelense de *Yishuv*, na Revolta Árabe de 1936-39). Riad decepcionava-se com a falta de ação dos Pahlevi no combate contra Israel (estabelecida sobre território palestino em 1948). De forma silenciosa, Teerã atestava ali sua posição de não desejar frustrar um de seus principais parceiros internacionais: os Estados Unidos da América.

## **ii. Rei Saud e Mohammed Reza Xá Pahlevi (1953-1964):**

Este período, marcado pela intensificação da Guerra Fria mundial (EUA x URSS), trouxe um novo nível de proximidade aos monarcas: o dever de manter a ameaça comunista afastada do Oriente Médio. Para tal, era necessário um forte nível de cooperação para apresentar uma frente unida ao restante do mundo muçulmano e conquistar aliados, potencializando a segurança e a defesa regionais contra a expansão do Nasserismo.

Os dois monarcas reconheceram a ameaça potencial do comunismo e concordaram que deveriam se unir ao Ocidente para combatê-lo. Eles também concordaram que deveria haver esforços para resolver disputas regionais entre países islâmicos. Exemplos disso incluem a colaboração em questões políticas cruciais, como a Crise Libanesa de 1958; e uma aliança para resistir às tentativas revolucionárias do presidente egípcio Gamal Abdel Nasser de expandir a influência dele e dos soviéticos na região, em particular seu envolvimento militar no Iêmen (AL-SAUD, 2015, pp. 37-38) [tradução nossa].

Seguramente, o reconhecimento da ameaça comum de Nasser foi uma das principais razões para a disposição dos líderes sauditas e iranianos de manter e desenvolver relações

amistosas entre as nações; particularmente, após as intervenções de Cairo no Iêmen do Norte durante a Guerra que ameaçava a estabilidade regional – e que, anos depois, instauraria de fato um vácuo de poder no Oriente Médio.

Em 1960, mais uma aproximação entre as potências: a co-formação da OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo, juntamente com outros 3 países do globo (Irã, Kuwait e Venezuela), na Conferência de Bagdá. O organismo internacional tinha como objetivo aumentar o poder de influência dos maiores exportadores e petróleo nas principais decisões relacionadas ao produto.

Contudo, as relações entre Saud e Mohammed Reza viram alguns obstáculos; dentre eles, a recorrente ausência da Teerã nos assuntos sobre Israel (cujo descontentamento foi breve, com a decisão em Xá em 1960 de não sacrificar sua prestigiosa posição na região, prometendo que não reconheceria Israel) e a declaração iraniana de sua soberania em Bahrein em 1957:

Em novembro de 1957, as autoridades iranianas declararam o Bahrein como a décima quarta província do Irã, e um assento no Parlamento iraniano foi designado para um representante dessa província. A Arábia Saudita e os outros Estados árabes se opuseram à reivindicação (AL-SAUD, 2015, p. 45) [tradução nossa].

### **iii. Rei Faisal e Mohammed Reza Xá Pahlevi (1964-1975):**

Esta foi seguramente a década com maiores altos e baixos na relação entre as potências pré-Revolução Iraniana. O ápice se deu entre 1968 e 1970, quando notáveis avanços diplomáticos foram feitos (em aproximações referentes a forças armadas, à criação da OPEP, em questões religiosas e quanto ao anticomunismo); e o maior afastamento logo após, quando o Irã ocupou algumas ilhas em disputa, sem apoio regional.

No começo do reinado de Faisal, ambas nações continuavam cooperando na oposição às ações militares de Nasser no Iêmen. Além disso, em dezembro de 1965, foi estabelecida a Associação de Amizade Irã-Árabe, que fortaleceu ainda mais os laços entre as potências.

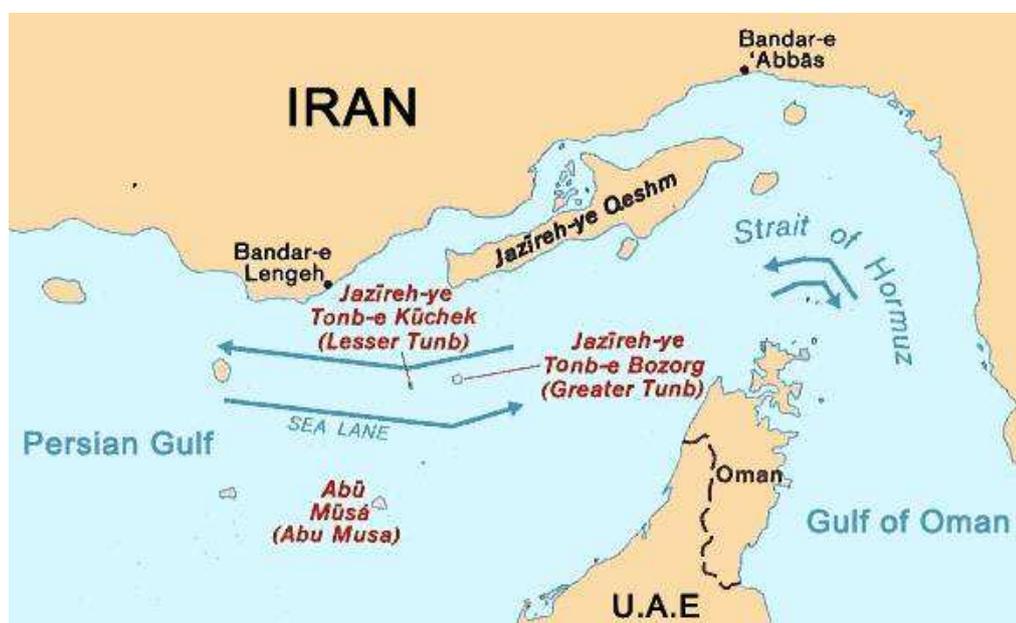
Em 14 de dezembro de 1965, foi estabelecida a Associação de Amizade Iraniana-Árabe, com o primeiro-ministro Hoveida como presidente e dois ramos, em Riad e Teerã. Este resultado pretendia trazer benefícios substanciais para ambos os países, uma vez que eles concordaram em delimitar as questões de fronteira na região do Golfo, e seu relacionamento continuou a melhorar. (AL-SAUD, 2015, p. 43, tradução nossa)

Contudo, há três fatores principais que iniciaram a queda das relações entre as potências. O primeiro, inicia-se pela questão do território de Bahrein (disputado por Irã e Arábia Saudita, mas conquistado pelo Xá). Ao final de 1970, após pressões internacionais – em especial da

ONU, que afirmava que aquele território deveria ser um Estado soberano<sup>50</sup> –, Riad e Teerã concordaram tacitamente em abandonar a disputa do território; porém, como “compensação” pela perda da jurisdição, o Irã passou a reivindicar outras três ilhas no Estreito de Ormuz – próximas não apenas de outras ilhas já pertencentes ao território iraniano, como também da costa do país. A grande questão era que as mesmas ilhas também eram de interesse dos recém-formados Emirados Árabes Unidos (parceiros próximos da Arábia Saudita, e fortemente apoiados pelo restante do mundo árabe).

O mapa a seguir apresenta as três ilhas em questão (*Big Tunb*, *Little Tunb* e *Abu Musa*) e sua proximidade com as costas do Irã e dos EAU.

**Figura 12:** Mapa das Ilhas *Big/Greater Tunb*, *Little/Lesser Tunb* e *Abu Musa*



Fonte: Biblioteca online da *University of Texas*

“Em 30 de novembro de 1971, o Irã ocupou as três ilhas, esse ato foi o maior desafio para a relação saudita-iraniana durante o início dos anos 1970, e desencadeou uma corrida de gastos militares tanto da Arábia Saudita quanto do Irã” (AL-SAUD, 2015, p. 50) [tradução nossa]. Era clara a preocupação saudita quanto à expansão iraniana e à forma como demonstrava seu poder sobre a região.

Um segundo fator se desenrolou depois que a morte de Nasser, em 1970, trouxe uma nova perspectiva ao jogo. O novo regime egípcio, apoiado pela Arábia Saudita, aproximou as

<sup>50</sup> E assim o tornou-se em 1971, segundo a Resolução 278 da Organização das Nações Unidas.

relações entre as duas potências, que se tornaram os *hegemons* do mundo árabe – sacando, consequentemente, boa parte da influência iraniana na região.

O último elemento diz respeito ao Embargo do Petróleo (1973), que tinha como objetivo protestar contra o fornecimento de armas dos EUA a Israel durante a Guerra do Yom Kippur. Enquanto a Arábia Saudita liderou a mobilização dentro da OPEP, o Irã foi o único a se abster – quando novamente se viu numa encruzilhada entre demonstrar seu poder como um dos líderes do mundo muçulmano, ou manter o apoio estadunidense a seu regime.

Após o conturbado início da nova década, no entanto, as nações voltaram a se aproximar. Elementos como a ameaça comunista no Iêmen forçavam sua cooperação, em prol da segurança regional (e do seu apoio estadunidense). Em 1974, reuniram-se para participar de um movimento multinacional com os serviços de inteligência de outros 3 países (França, Egito e Marrocos), no combate à influência soviética no Golfo, que ficou conhecido como *The Safari Club*. Para mais, os laços econômicos e comerciais entre os dois atores se desenvolveram continuamente nesse período, particularmente no referente ao petróleo por conta de sua cooperação dentro da OPEP.

Em suma, as divergências entre as monarquias não foram suficientes para um corte de relações, uma vez que os fatores que exigiam a cooperação também forneciam resultados mais benéficos a todos.

#### **iv. Rei Khalid e Mohammed Reza Xá Pahlevi (1975-1979):**

Os últimos 4 anos que marcaram a cooperação monárquica entre as potências podem ser descritos como positivos e relativamente estáveis, com progressos sólidos em diversas questões (políticas, religiosas, econômicas).

Os dois governantes compartilhavam um desejo comum de manter a paz e a estabilidade da região do Golfo, combater a ameaça soviética e a influência soviética no norte da África e no Iêmen, administrar o conflito entre a Palestina e Israel e assegurar uma consolidação adicional dos estados islâmicos (AL-SAUD, 2015, p. 55, tradução nossa)

As poucas divergências aqui se deram por elementos como o preço do barril de petróleo (no qual os líderes não concordavam); além do sofrimento de consequências internas às duas nações, por conflitos na região ao final do mandato do Xá, como a Revolução Iraniana, a invasão soviética do Afeganistão e o assassinato de Anwar Sadat, do Egito.

#### 4.1.2. Irã-Arábia Saudita 1979-2010

Este segundo momento de análise é recortado a partir da Revolução Islâmica Iraniana de 1979, e as consequências diretas na relação Teerã-Riad. A ascensão de Khomeini e a queda da monarquia Pahlevi marcaram imensas mudanças no cenário sócio-político do Golfo e um novo rearranjo de forças na balança de poder de todo o Oriente Médio.

Naturalmente, após a revolução, Teerã via a Arábia Saudita como seu principal rival em sua busca pela liderança no mundo islâmico. Desde o início, o objetivo do Irã de exportar sua marca de islamismo revolucionário xiita colidiu com a reivindicação saudita sobre a liderança do mundo islâmico (KEYNOUSH, 2007 apud WEDDINGTON, 2017, p. 20) [tradução nossa].

Aqui, o processo histórico entre as duas potências se deu por 3 marcos temporais específicos: a Revolução de 1979 e o corte diplomático das relações na década de 80, o “armistício” dos anos 90 até a entrada do século XXI, e a nova conformação do cenário regional com a Primavera Árabe em 2011.

##### i. A Revolução Iraniana e as novas relações com a Arábia Saudita

Uma vez que as causas e consequências internas e regionais do Irã de 1979 já foram analisadas no capítulo anterior, este será o momento para focar diretamente nas relações Teerã-Riad a partir da década de 1980.

A queda dos Pahlevi levou consigo boa parte do que os iranianos conheciam por “normal”. Na prática, isso se traduzia em um modo de viver ocidentalizado, uma aproximação com a cultura persa, o distanciamento do fundamentalismo religioso, a falta total de democracia, parceiros econômicos estáveis, dentre outros elementos.

Não obstante, quiçá o realinhamento da política externa do país tenha sido sua maior mudança. O novo regime, ainda que incipiente e internamente instável nos primeiros anos, afastou-se largamente dos Estados Unidos e de sua zona de influência política; remontando as relações regionais e alterando significativamente a balança de poder do Oriente Médio. Políticas externas revolucionárias tomaram lugar da moderação aparente do antigo Xá, enquanto o novo líder espiritual Ruhollah Khomeini fazia questão de reposicionar o Irã a um *status* hegemônico de maior representante do Xiismo e líder religioso do Oriente Médio – exportando sua revolução para a região nas mais diversas formas.

As crenças xiitas eram próprias do governo da Revolução. Na dinastia Pahlavi, Muhammad Reza Shah adotou a atitude do secularismo e seu foco estava no avanço e nas moderações ocidentais no Irã. Mas depois da revolução islâmica, o Irã chegou à região com uma escola de pensamento xiita. Esta foi [e segue sendo] uma preocupação para a autoridade wahabita do reino de al-Saud (RIZWAN et al, 2014, p. 96) [tradução nossa].

Além da questão religiosa, o confronto de Khomeini ao próprio regime monárquico indisponha boa parte dos países árabes em relação ao Irã, uma vez que a maioria deles era governada por famílias reais. Nesse sentido, a guinada antiocidental, antimonárquica e com uma escola de crença xiita tornou-se fator de perturbação ao *status quo* regional.

Os iranianos influenciaram os xiitas a se revoltarem contra a monarquia saudita; o que levou a uma revolta de sete dias na cidade de Qatif em 1979. Além disso, os iranianos estavam usando o *hajj* [...] para promover sua liderança no mundo islâmico e para desconfortar as autoridades sauditas. Mais tarde, em 1981, houve uma tentativa de golpe pela Frente Islâmica para Libertação [rumorosamente] patrocinada pelo Irã contra a monarquia do Bahrein (ZEIN, 2015, p. 07) [tradução nossa].

É interessante ressaltar que o Rei Khalid (assim como seus predecessores) reconheceu o novo governo iraniano, legitimando-o, ainda que com certo receio, na tentativa de manter relações econômicas. “A Arábia Saudita respondeu à mudança no governo do Irã com moderado otimismo e um pouco de ingenuidade” (WEDDINGTON, 2017, p. 27) [tradução nossa]. O Rei, assim como os EUA, menosprezava o poder de Khomeini para liderar o país e acreditava que ele seria apenas um ‘conselheiro religioso’ ao presidente, além de não enxergar naquele primeiro momento como um inimigo direto – tendo vistas as décadas de alianças entre os dois Estados.

Não obstante, os sauditas também protegeram seu ‘assento hegemônico’ ao agir no sentido oposto: aliando-se a Saddam Hussein e apoiando o Iraque na Guerra contra o Irã (1980-1988), política, militar e financeiramente; defendendo a manutenção da independência do Bahrein, além da co-fundação do Conselho de Segurança do Golfo (CSG) e do financiamento de movimentos Wahabitas (como a Al-Qaeda) no início dos anos 80, garantindo o enfraquecimento de Teerã, assim como suas chances de exportar a revolução.

Dentre todos, talvez o primeiro fator a afetar as relações Teerã-Riad seja relacionado ao petróleo e à dificuldade na liderança da OPEP: “A Arábia Saudita e o Irã adotaram diferentes visões sobre como utilizar seus recursos petrolíferos, o que afetou sua política de petróleo de curto e longo prazo” (LIU, 2003, p. 83) [tradução nossa]. O resultado foi um conflito de interesses que permeia e dita suas relações até hoje.

A tabela a seguir apresenta a importância da exportação do petróleo na economia de cada país, tornando visível a relevância do tema: em menos de 20 anos, a participação do produto na balança comercial de ambas potências cresceu cerca de 10%. Na década de 1980, o óleo já cobria quase 100% das exportações iranianas (94,5%) e sauditas (99,9%).

**Tabela 06:** Exportação de petróleo como porcentagem das exportações totais da Rep. Islâmica do Irã e do Reino de Arábia Saudita, e a média dos países da OPEP (1961-1980)

|                                | <b>1961</b> | <b>1965</b> | <b>1970</b> | <b>1975</b> | <b>1978</b> | <b>1979</b> | <b>1980</b> |
|--------------------------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|-------------|
| <b>Rep. Islâmica do Irã</b>    | 84,8        | 87,2        | 89,9        | 97,1        | 98,1        | 96          | 94,5        |
| <b>Reino da Arábia Saudita</b> | 91,7        | 90,8        | 99,6        | 99,6        | 99,6        | 99,8        | 99,9        |
| <b>Total OPEP</b>              | 75,3        | 80,8        | 85,2        | 95,2        | 93,1        | 93,2        | 94,3        |

Fonte: Elaboração própria através dos dados do Anuário Estatístico Anual da OPEP, 1980.

Em se tratando da *segurança regional* do Golfo Pérsico, três pontos são destacados quanto a celeumas iranianas e respostas sauditas: a Guerra Irã-Iraque, a questão do território do Bahrein e as ilhas em disputa com os Emirados Árabes Unidos.

Os dois primeiros casos têm uma certa semelhança (ainda que apenas um tenha resultado em uma guerra de 8 anos de duração e milhares de mortos): a intensão de Khomeini de expandir sua revolução islâmica, especialmente aos países de maioria xiita. Em ambos os casos, esta defesa das maiorias oprimidas por lideranças sunitas soou como um acobertamento da tentativa de defesa (no caso com Iraque) e da expansão (Bahrein) do poder de liderança iraniano.

As raízes da Guerra Irã-Iraque estavam em várias disputas políticas e territoriais, mas o Iraque também tinha motivos econômicos. Ele queria ganhar o controle dos ricos campos produtores de petróleo na região fronteiriça iraniana, um território amplamente habitado por árabes étnicos (AL-SAUD, 2015, p. 106) [tradução nossa].

Ainda que o primeiro ano do novo Estado iraniano tenha tido momentos de perturbação e instabilidade com a monarquia saudita, foi a guerra com o Iraque que assegurou uma relação negativa e deteriorada. A Arábia Saudita havia aproximando-se substancialmente do regime de Saddam Hussein e, tendo em vista o desagrado com a revolução em Teerã, a resposta saudita ao conflito foi a esperada: o apoio total e completo a Bagdá, com financiamento e fornecimento direto de uma série de elementos econômicos, táticos e militares.

Os oito anos de conflito (que ignoraram os diversos apelos da ONU para um cessar-fogo e terminaram apenas sob a Resolução 598<sup>51</sup>) trouxeram uma imensa sensação de instabilidade na região do Golfo – uma das principais razões para a criação do CSG. A balança de poder regional estava então desfalcada por dois grandes *hegemonas*, e a estabilidade do Oriente Médio levaria anos para se recompor.

Um segundo momento de crise nas relações Teerã-Riad, foi relativo à questão do Bahrein. Khomeini, que não concordava com “as políticas do regime do Xá em relação ao Bahrein e que

<sup>51</sup> Aprovada em agosto de 1987, pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas.

[afirmava que] a ilha ainda pertencia do Irã” (ZADEH apud LIU, 2003, p. 241, tradução nossa), ameaçava reanexar o território enquanto que seus líderes não adotassem uma forma islâmica de governo semelhante à iraniana. Ainda que as declarações de Khomeini não tivessem sido apoiadas pelo Ministro iraniano das Relações Exteriores à época (Ebrahim Yazdi), foram suficientes para desencadear fortes críticas dos líderes do Golfo ao Irã revolucionário – em especial a Arábia Saudita, que havia convencido o país anos antes a desistir da contenda.

Em 1981, mais uma faísca: mais de 100 pessoas foram presas por estarem conspirando um golpe em Manama, em nome da *Frente Islâmica por Libertação do Bahrein*. Até os dias atuais, o governo iraniano nega veementemente seu envolvimento no caso – o que, novamente, não foi suficiente para uma repercussão ainda mais negativa em Riad e no restante dos países árabes.

A possibilidade de o Irã ter sido implicado na insurreição doméstica no Bahrein depois de 1979 serviu para alimentar os medos [do expansionismo iraniano], coincidindo com o crescente *status* regional da Arábia Saudita e a capacidade de confrontar o Irã, onde necessário, sobre seu comportamento regional. A questão do Bahrein mostrou que a Arábia Saudita também poderia influenciar seus vizinhos regionais menores em suas negociações com o Irã, seguindo assim sua própria agenda saudita (LIU, 2003, p. 248) [tradução nossa].

Já a contenda Irã-EAU, relacionada às 3 ilhas em disputa no Golfo, levantou um ponto neorrealista muito interessante: ainda que o Irã estivesse defendendo seu interesse na tomada das ilhas por questões de segurança regional, a Arábia Saudita pouco se pronunciou.

O Irã reivindicou a propriedade dessas ilhas como um elemento vital em sua zona de segurança e [...] neste caso, a Arábia Saudita não adotou nenhuma política ofensiva contra essas alegações. Isso mostra como a política externa da Arábia Saudita foi ditada racionalmente para atender aos seus próprios interesses políticos. De acordo com a teoria neorrealista, embora o equilíbrio de poder desempenhe um papel importante no sistema mundial anárquico, para a Arábia Saudita a questão dos EAU não teve a mesma importância que a questão do Bahrein, porque a estratégia de sobrevivência era o fator mais importante para a questão. Arábia Saudita. (LIU, 2003, p. 250, tradução nossa)

A disputa pelo topo do *status quo* e da balança de poder regional entre Irã e Arábia Saudita nunca foi tão intensa quanto no pós-1979; e entre 1988 e 1991, pela primeira vez houve um corte temporário de relações diplomáticas entre as potências. Em suma, os momentos citados aprofundaram ainda mais as rivalidades históricas Teerã-Riad – que haviam estado amortecidas durante os mais de 50 anos dos regimes dos xás.

## ii. O armistício das relações Irã-Arábia Saudita até a Primavera Árabe

A década de 1990 vislumbrou uma nova mudança nas relações entre os dois atores, e três momentos foram especialmente marcantes: a invasão iraquiana no Kuwait e a Guerra do Golfo,

a morte do líder supremo Ruhollah Khomeini, e o colapso da URSS. Uma revisão nas relações entre as duas potências era nada mais do que inevitável.

A invasão ao Kuwait pelo regime de Saddam Hussein em 1990 (que deu início à chamada *Guerra do Golfo*) foi fundamentada por duas questões principais: a alegação de que Bagdá estava sendo prejudicada no comércio internacional de petróleo pelo vizinho regional, ao vender seu produto a preços muito baixos; e por uma questão mal resolvida de um território que Hussein afirmava ter feito parte de suas fronteiras no passado. Após intervenções tanto regionais, quanto internacionais (em especial, da ONU<sup>52</sup>), o conflito acabou no ano seguinte, com a derrota do Iraque.

Ainda que esse episódio tenha causado uma certa instabilidade regional, foi também essencial para a reaproximação entre iranianos e sauditas. A morte de Khomeini em 1989 já havia aberto uma brecha para o estreitamento das relações entre os atores, tendo em vista a atuação do novo líder (Ayatolá Ali Khamenei<sup>53</sup>, então presidente do país desde 1981) e a mudança no cenário político nacional. O descongelamento deste relacionamento bilateral propiciou o jogo para a estabilidade e a paz na da região do Golfo.

Durante a guerra do Kuwait, o Irã apoiou as resoluções da ONU contra o Iraque, o que lhe valeu considerável credibilidade internacional. Sua aceitação da soberania do Kuwait foi recebida pelos Estados árabes do Golfo como prova de uma abordagem genuinamente nova na política externa iraniana, e confirmou que seu reconhecimento da mudança produzira o efeito desejado. O reconhecimento pelo Irã da legitimidade do governo do Emir do Kuwait foi de particular importância, e representou uma grande mudança na política externa do país, dado que o Irã já havia tentado garantir a derrubada do Al-Sabah apoiando e incitando dissidentes. Forças xiitas no Kuwait. (AL-SAUD, 2015, p. 158, tradução nossa)

Por último, o fator global da reestruturação do Sistema Internacional (de bi para unipolar), diminuiu por um lado as tensões com a ‘ameaça comunista’ no Oriente Médio, e forçou todos os atores do jogo a reanalisarem suas posições nas relações com os EUA.

Com entrada no século XXI, uma série de outros elementos externos colaboraram novamente para a alteração do cenário. Desta vez, Teerã aparentava estar à frente de Riad na balança regional. “Os Estados Unidos, em retaliação aos ataques de 9 de setembro, declararam guerra ao terror e invadiram o Afeganistão em 2001 e o Iraque em 2003; expulsando dois regimes (Al Taliban e Saddam Hussein) considerados também arquirrivais do Irã” (AL-SAUD, 2015, p. 179) [tradução nossa]. A derrubada de Saddam fortaleceu a maioria xiita do país e resultou em uma mudança em seu alinhamento político com o Irã.

---

<sup>52</sup> Pelas resoluções 660, 661, 662, 664, 665, 666, 667, 669, 670, 674, 677 e, finalmente, 678 – que deu fim à contenda –, todas de 1990 e sancionadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas.

<sup>53</sup> Líder Supremo do Irã desde a morte de Khomeini, até a data atual.

A liderança iraniana na região voltou a crescer – desta vez, com menos rivais no poder – , assim como suas demonstrações de poder; financiando movimentos islâmicos como o Hamas na Palestina, o Hezbollah no Egito e aumentando sua influência no Iraque xiita (ZEIN, 2015). Outro fator que aumentou a relevância dos estadistas iranianos do começo do século foram as investidas relacionadas ao seu programa militar; o enriquecimento de urânio com fins alegadamente pacíficos fez voltar as atenções a Teerã, com continuidades que seguem aos dias atuais.

O período que compreende o final da guerra Irã-Iraque até pouco antes da Primavera Árabe marca uma época de tensões regionais, especialmente instrumentadas por forças externas. O Oriente Médio mais uma vez se viu como palco de disputas da antiga Guerra Fria, e agora cabia às duas maiores potências a responsabilidade de estabilizar o cenário – ainda que sem perder a principal característica de sua ceulema pela liderança e hegemonia da região.

#### **4.2.As novas relações políticas na região: um balanço da influência da Guerra Fria do Oriente Médio pós-Primavera Árabe**

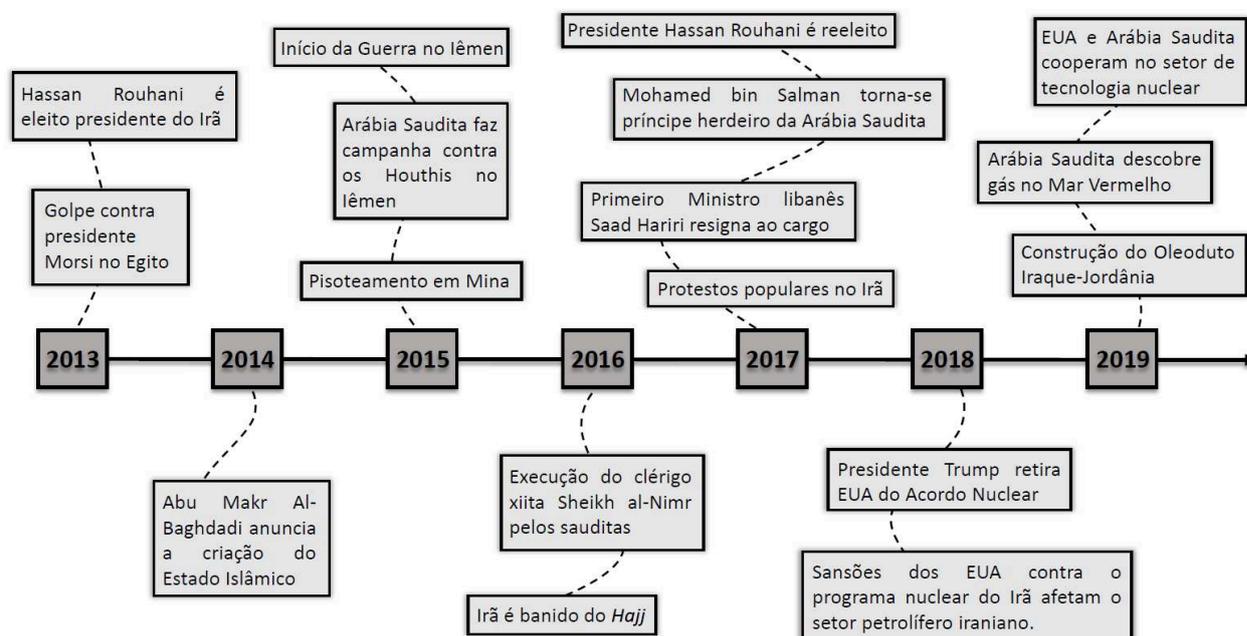
Como já visto anteriormente, a Primavera Árabe teve um grande papel na desestabilização do Oriente Médio, abrindo espaço e precedentes para as intervenções de Irã e Arábia Saudita em sua Guerra Fria regional.

Teerã e Riad tomaram diferentes lados durante as revoltas da Primavera Árabe que se espalharam pelo Oriente Médio. Enquanto Teerã via principalmente as revoltas como uma extensão de sua revolução, Riad os via como perturbadores do *status quo*. Como resultado, nas várias revoltas, cada país se alinhou com diferentes facções (WEDDINGTON, 2017, p. 49) [tradução nossa].

Nos anos que seguiram os levantes populares, a região viu uma série de conflitos secundários que auxiliaram no fomento da contenda. Há duas questões aqui que exigem respostas: *Oito anos após o início da Primavera Árabe, como está a balança de poder e a estabilidade no Oriente Médio? E quais papéis Irã e Arábia Saudita representam atualmente na região?*

Para poder responder a estas perguntas, é necessário primeiramente verificar os principais elementos histórico-contextuais que produziram o cenário atual depois dos levantes. A linha do tempo a seguir apresenta alguns dos maiores momentos de tensão recente no Oriente Médio (2013 a 2019), que de alguma forma foram relevantes para a configuração – ainda que bastante instável – do *status quo* atual na região.

**Figura 13:** Linha do tempo dos principais eventos regionais no contexto da Guerra Fria Irã-Árabis Saudita (2013 a 2019)



Fonte: Elaboração própria.

Iniciando a linha do tempo em junho de 2013 (enquanto alguns últimos Estados ainda estavam no calor da Primavera Árabe), a luz recai sobre as eleições iranianas. Mahmoud Ahmadijenad terminava seu mandato e era democraticamente substituído por Hassan Rouhani, que tinha como *slogan* “moderação e prudência”. Dentre as principais metas do novo estadista, estavam o alívio das sanções internacionais devidas ao programa nuclear de Teerã e uma reaproximação paulatina com o Ocidente. Ambos objetivos foram conquistados já logo nos primeiros anos de governo: o Acordo Nuclear<sup>54</sup> foi assinado em julho de 2015, após alguns anos de negociações, entre o Irã e o P5+1 (os cinco países membros do Conselho de Segurança da ONU + Alemanha), garantindo a drástica diminuição do programa nuclear iraniano em troca do levantamento das sanções internacionais ligadas ao país; ademais, Rouhani foi o responsável por fazer o primeiro contato com os EUA desde 1979 (via um telefonema para o presidente Barack Obama), o que também auxiliou na construção do acordo.

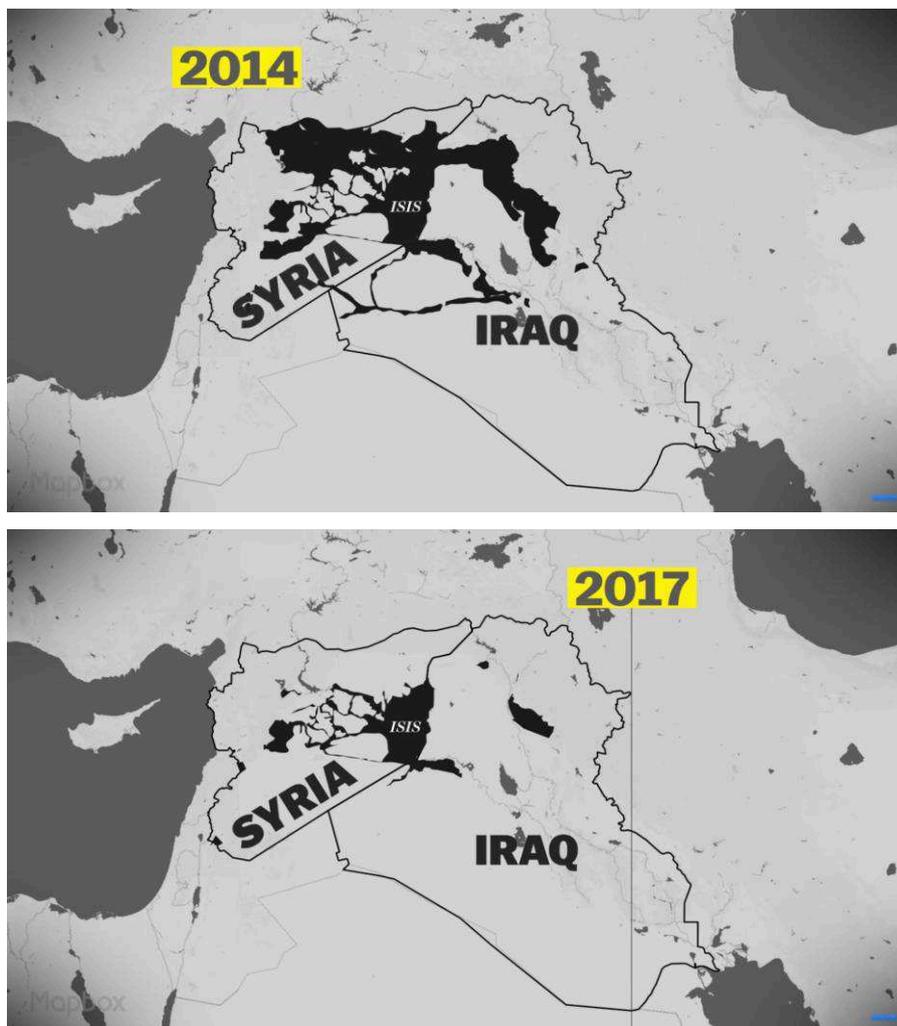
Concomitante às eleições iranianas, um golpe se passava no Egito. O então presidente, Mohamed Morsi, ligado ao partido da Irmandade Muçulmana e apoiado por Teerã, foi vítima de um golpe de Estado conduzido pelo exército. Em seu lugar, assumiu o General Abdel Fattah

<sup>54</sup> Formalmente chamado de Plano de Ação Conjunto Global (em inglês: *Joint Comprehensive Plan of Action - JCPOA*; em persa: *برنامه جامع اقدام مشترک*). Disponível em: <[https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage\\_en/32286/Nuclear%20Agreement](https://eeas.europa.eu/headquarters/headquarters-homepage_en/32286/Nuclear%20Agreement)>. Acesso em: abril/2019.

Sisi, com a legitimação e a anuência do rei saudita, Abdullah bin Abdulaziz Al Saud. A situação gerou um novo desconforto entre as potências hegemônicas.

Em junho de 2014, o cidadão iraquiano Abu Bakr Al Baghdadi anunciou a público a criação de um Estado islâmico (EI, ou ISIS<sup>55</sup>) que instalava um califado revolucionário sobre os territórios do Iraque e da Síria com uma visão bastante peculiar e agressiva do Islam. Diferentemente de outros grupos Jihadistas, como a Al-Qaeda, o ISIS tinha domínio *de facto* sobre um território, inclusive com uma proclamada capital (a cidade de Mosul, no Iraque). O grupo assumiu um imenso papel no Oriente Médio durante alguns anos, chegando a contar com uma população 11 milhões de “habitantes” – entre guerreiros voluntários de todos os cantos do globo, e civis sequestrados das cidades dominavam –, mas tendo decaído desde então.

**Figura 14:** Território ocupado pelo Estado Islâmico (ISIS) – 2014/2017



Fonte: VOX

<sup>55</sup> Sigla para o nome do grupo em inglês, *Islamic State of Iraq and Syria*, traduzido livremente como Estado Islâmico do Iraque e da Síria.

Enquanto Síria e Iraque seguem sendo palco de uma grande guerra sectária entre sunitas e xiitas, tanto Irã quanto Arábia Saudita possuem grandes interesses na região – uma vez que a conquista ideológica desse espaço contaria como mais um ponto na disputa da GF. A presença do Estado Islâmico como mais um ator na disputa, com interesses próprios, alterou a balança desse cenário e, curiosamente, aproximou Teerã e Riad por um breve período.

O Estado Islâmico se opõe tanto aos governos monárquicos do Golfo quanto ao Irã xiita. [Ali,] Teerã e Riad encontraram um inimigo comum. A questão é se esse inimigo comum pode reuni-los e em que medida eles percebem que é uma ameaça existencial (WEDDINGTON, 2017, p. 75) [tradução nossa].

Ainda que o resultado tenha sido um aumento nas forças militares da região como um todo, foi particularmente maior na Arábia Saudita. Desde o princípio, o grupo declarou guerra diretamente contra a monarquia Saud, por sua aproximação com o Ocidente (EUA, em especial).

Como o Estado Islâmico mina a legitimidade de al-Saud, declarou guerra ao Reino. [...] Desde 2014, os apoiadores do EI assumiram a responsabilidade por vários ataques dentro do reino [...]. Além disso, a expansão agressiva do Estado Islâmico nos vizinhos Iraque e Síria e os ataques do grupo na Arábia Saudita aumentaram a preocupação dos sauditas com o grupo, e podem estar levando o governo saudita a buscar parcerias mais fortes com os Estados Unidos, selecionando forças da oposição síria, sunitas iraquianos e países regionais selecionados [...]. O Estado Islâmico mina a legitimidade da família real e diz a seus cidadãos que eles devem lealdade ao Califa, Abu Bakr Baghdadi, não aos corruptos al-Sauds que apoiam o Ocidente (WEDDINGTON, 2017, pp. 75-76) [tradução nossa].

Essa formatação, contudo, não durou muito tempo, e em poucos anos de lutas por todos os lados (a Oeste e Noroeste, contra forças armadas sírias – apoiadas pelos russos e seus aliados; ao Norte, contra tropas turcas e forças curdas – apoiadas pelos EUA; e a Leste e ao Sul, o exército iraquiano<sup>56</sup> – também apoiado pelos EUA), o EI diminuiu drasticamente de tamanho e poder de influência. O futuro dessa questão ainda é incerto, e seguramente se estenderá por mais algum tempo com outra intensidade.

Entre 2015 e 2016, uma série de outros elementos secundários também abalou as relações Teerã-Riad. Dentre elas, o episódio conhecido como o “Pisoteamento em Mina<sup>57</sup>”, durante o *hajj* em 2015. A situação levou a levou a mais de 2 mil muçulmanos mortos<sup>58</sup>, pisoteados por uma multidão frenética e assustada, durante a celebração anual da peregrinação compulsória. A tragédia teve uma série de causas, mas se resume à expressão popular “situação insegura e

---

<sup>56</sup> Responsável pela tomada da capital do ISIS, Mosul, o que acelerou a contração do grupo.

<sup>57</sup> Cidade próxima a Meca, na Arábia Saudita.

<sup>58</sup> Os números oficiais variam segundo fontes: a *Associated Press* definiu 2411 mortos, enquanto a *Agence France-Presse* relatou 2235, e o governo saudita apenas 769 e mais 934 feridos.

ação imprudente resultam em acidente”: milhares de fiéis fervorosos e ansiosos, constrictos em espaços de pouquíssima circulação, no calor do pleno verão, apressando-se para terminar as etapas de seu ritual anual sob pouquíssimo controle das autoridades policiais responsáveis, infelizmente era o somatório certo para uma fatalidade.

Imediatamente, o mundo islâmico levantou-se indignado contra a irresponsabilidade do governo saudita em prevenir a situação. Como esperado, o líder supremo do Irã, Ali Khamenei, culpou o governo Saud pelo massacre e urgiu aos muçulmanos para que reconsiderassem a custódia saudita dos locais mais sagrados do Islã<sup>59</sup>, incendiando a contenda mais uma vez.

Por conta do comportamento opressivo dos governantes sauditas em relação aos convidados de Deus, o mundo do Islã deve fundamentalmente reconsiderar a gestão dos dois lugares sagrados e a questão do *hajj* (KHAMENEI, 2016, s/p) [tradução nossa].

O Irã, ainda, “declarou que os peregrinos [iranianos] não poderiam participar do *Hajj* deste ano, culpando a sabotagem em andamento pelo governo saudita” (BBC, 2016, s/p) [tradução nossa]. Em resposta às acusações, o chanceler saudita Adel al-Jubeir<sup>60</sup> respondeu acusando Teerã de pedir tratamento especial a seus cidadãos e de encontrar desculpas para negar a eles a chance de cumprir um dever religioso.

Outros dois momentos destacáveis nesse período são: a campanha saudita contra os rebeldes Houthis no Iêmen (após o início da guerra civil no país eclodida em março do mesmo ano) apoiados pelo Irã, e a execução pela Arábia Saudita do proeminente clérigo xiita Nimr Baqir al-Nimr, condenado por crimes de terrorismo e lesa pátria. O primeiro<sup>61</sup> ocorreu em março de 2015, quando a Arábia Saudita iniciou uma campanha militar internacional no país vizinho em guerra para impedir que os Houthis, oposição ao governo e aliados do Irã, tomassem o poder.

Já a morte de al-Nimr, religioso saudita conhecido por representar a minoria xiita marginalizada em Riad, vocalizando seus desejos e criticando com veemência a família real, foi tida como mais um afronte contra o Xiismo (e, conseqüentemente, ao Irã). “A família do clérigo disse que entre as condenações incluía-se a acusação de *interferência estrangeira* no reino, mas seus apoiadores dizem que ele apenas defendia demonstrações pacíficas e era contrário à oposição violenta ao governo” (BBC Brasil, 2016, s/p) [tradução nossa]. Nas semanas que se seguiram, grupos de fiéis iranianos retaliaram a decisão saudita, com ataques contra grupos diplomáticos

---

<sup>59</sup> A Grande Mesquita de Meca e a Mesquita do Profeta, em Medina.

<sup>60</sup> Adel bin Ahmed Al-Jubeir é um diplomata saudita, Ministro das Relações Exteriores do país entre abril de 2015 e dezembro de 2018.

<sup>61</sup> Melhor descrito sob o ponto “4.2.2. Conflitos Regionais Paralelos”.

sauditas no Irã (chegando a atear fogo à embaixada em Teerã) o que gerou um rompimento temporário das relações diplomáticas entre Teerã e Riad.

O ministro das Relações Exteriores saudita, Adel al-Jubeir, disse em uma coletiva de imprensa que a missão diplomática do Irã e entidades relacionadas na Arábia Saudita receberam 48 horas para partir. Ele disse que Riad não permitiria que a república islâmica minasse a segurança do reino sunita (THE GUARDIAN, 2016, s/p) [tradução nossa].

O ano de 2017 foi mais uma vez marcante para ambas potências. Em maio, o presidente iraniano republicano Hassan Rouhani foi reeleito para um segundo mandato, com quase 60% dos votos válidos, mostrando o desejo da população por um líder político moderado e reformista. Em seu discurso de posse, Rouhani afirmou:

Hoje, o mundo sabe bem que a nação iraniana escolheu o caminho da interação com o mundo, sem violência e extremismo. Nossa nação quer viver em um mundo com paz e amizade e, ao mesmo tempo, não aceita ameaças ou humilhações (IRÃ, 2017, s/p) [tradução nossa].

Na contramão do líder supremo, Ali Khamenei, Rouhani ainda mantém seu desejo de aproximar o país do Ocidente (particularmente visando o Acordo Nuclear). Seguindo a mesma linha reformista que o iraniano, no mês seguinte, o rei saudita apontou seu filho Mohamed bin Salman como novo príncipe herdeiro<sup>62</sup> da Arábia Saudita<sup>63</sup>. Estavam no ar as esperanças de novos tempos para as relações Teerã-Riad – que pouco duraram.

Em novembro do mesmo ano, o Irã foi acusado pelo primeiro-ministro libanês, Saad Hariri, de estar controlando o Líbano via *proxy*, por meio do grupo militante Hezbollah. O estadista resignou ao cargo, estremecendo imensamente as relações com Rouhani. Alguns analistas afirmam, no entanto, que tal passo ocorreu por pressão dos sauditas para desestabilizar Beirute e tomar para si o controle situacional do país vizinho – o que lhe garantiria mais um aliado em sua Guerra Fria.

Entre o final de 2017 e o início de 2018, as promessas de melhoria de Rouhani, contudo, malograram. A população iraniana tomou as ruas do país, insatisfeita com a corrupção na política, a lenta economia, o fracassado Acordo Nuclear, entre outros.

Os protestos, que começaram na noite de quinta-feira [28/12/2017], são uma reação à economia lenta, à corrupção desenfreada e ao aumento dos preços dos combustíveis e alimentos. Mas algo maior parece estar em jogo. Os iranianos estão furiosos, dizem os especialistas, porque esperavam que a vida melhorasse quando sanções severas foram levantadas após o acordo em 2015 entre o P5 + 1 e o Irã sobre seu programa nuclear (CNN, 2017, s/p) [tradução nossa].

---

<sup>62</sup> O cargo no país possui relevância e característica semelhantes às de um presidente ou primeiro ministro em uma república democrática.

<sup>63</sup> O novo príncipe também foi apontado como Vice-Primeiro Ministro do país, e manteria seu cargo como Ministro da Defesa. A situação está melhor descrita sob o ponto “4.2.1. A influência do novo príncipe herdeiro saudita”.

Em maio de 2018, um novo choque: sob a administração do presidente Donald Trump, os Estados Unidos – cada vez mais alinhados ao eixo Egito, Israel, Arábia Saudita e Emirados Árabes (LYNCH, 2018) – se retiraram do Acordo Nuclear com o Irã. Dentre as principais queixas do *hegemon* estavam o possível retorno de certos elementos do programa iraniano após alguns anos, assim como certos ‘comportamentos regionais’ de Teerã dentro do bloco oposto à aliança estadunidense.

A principal objeção de Trump é que certas restrições ao programa nuclear do Irã expiram, ou “se põem” [“*sunset*”, originalmente], depois de 10 ou 15 anos. Ele também levantou preocupações sobre o apoio do Irã ao Hezbollah no Líbano e vários grupos milicianos xiitas no Iraque, Síria e Iêmen, e criticou a ausência de medidas para abordar o programa de mísseis balísticos do Irã (GOLDENBERG; ROSENBERG, 2018, s/p) [tradução nossa].

Por fim, em 2018, a divisão dos aliados de Teerã e Riad no cenário da Guerra Fria regional encontrava-se conforme a figura a seguir.

**Figura 15:** Alinhamento dos atores do Oriente Médio em relação à Guerra Fria regional – aliados do Reino da Arábia Saudita x aliados da Rep. Islâmica do Irã (2018)

| “BLOCO MODERADO”, liderado pela Arábia Saudita e apoiado por:  | “BLOCO DE REJEIÇÃO”, liderado pelo Irã e apoiado por:   |
|--|---|
| <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Governos nacionais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Egito</li> <li>• Emirados Árabes Unidos</li> <li>• Bahrain</li> <li>• Líbia (governo de Tobruque)*</li> </ul> </li> <li>• <b>Atores não-estatais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Oposição do governo sírio</li> <li>• Bloco sunita libanês</li> <li>• Governo iemenita exilado</li> </ul> </li> <li>• <b>Aproximação extrarregional:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Estados Unidos</li> </ul> </li> </ul> | <ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Governos nacionais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Iraque</li> <li>• Líbano**</li> </ul> </li> <li>• <b>Atores não-estatais:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Grupo Hezbollah (Líbano)</li> <li>• Grupo Hamas (Palestina)</li> <li>• Rebeldes Houthis (Iêmen)</li> <li>• Governo Regional do Curdistão (em território iraquiano)</li> </ul> </li> <li>• <b>Aproximação extrarregional:</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Rússia</li> </ul> </li> </ul> |

\*A Líbia, desde 2014 até o presente, se encontra em meio a uma guerra civil, onde duas organizações rivais buscam o controle do país; dentre elas, estão 1. O Conselho de Deputados, em Tobruque (que conta com a lealdade do exército líbio); 2. O Congresso Nacional Geral de 2014 (GNC), em Trípoli (internacionalmente reconhecido como a continuação do Congresso Nacional Geral eleito em 2012, após a deposição de Gadafi).

\*\* Entre 2018-2019, as relações entre os governos libanês e iraniano encontram-se em estado sensível.

Fonte: Elaboração própria, com base VISENTINI (2014), LYNCH (2018) e VOX (2017)

A imagem acima traduz o poder de influência de Teerã e Riad na disputa por poder no Oriente Médio, em sua Guerra Fria regional. Enquanto a Arábia Saudita, à frente do “Bloco Moderado”, encontra-se alinhada com o Ocidente e possui maior apoio de governos nacionais

da região (em especial, dos países do Golfo); o Irã, liderando o “Bloco de Rejeição”, possui muito mais apoio de atores não-estatais (geralmente ligados a grupos rebeldes ou de oposição ao governo).

#### **4.2.1. A influência do novo príncipe herdeiro da Arábia Saudita**

Em junho de 2017, Mohamed Bin Salman foi apontado pelo seu pai (o atual rei, Salman) como Príncipe Herdeiro ao trono saudita. Aos 31 anos, o príncipe sucedeu a seu primo Muhammad bin Nayef (deposto do cargo por uma série de acusações de corrupção) e é o próximo na linha sucessória da monarquia.

Mohamed também atua como vice-Primeiro Ministro e mantém as funções de Ministro da Defesa (cargo que ocupava antes da coroa), chefe da Corte Real da Casa de Saud e presidente do Conselho de Assuntos Econômicos e de Desenvolvimento.

Sua reputação como *reformista* veio após uma série de decretos modernizadores, como a suspensão da proibição às mulheres sauditas dirigirem, a reintrodução do entretenimento público (cinemas e teatros) e a repressão do poder da impopular política religiosa (impedindo-a de prender civis nas ruas). O príncipe herdeiro também carrega à frente a *Visão 2030*, um plano para diversificar a economia saudita baseada apenas no petróleo, a construção de uma megacidade de alta tecnologia no deserto, e o reestabelecimento do Estado enquanto líder hegemônico do Oriente Médio.

Tenho o prazer de apresentar a visão da Arábia Saudita para o futuro. É um plano ambicioso, mas realizável, que expressa nossas metas e expectativas de longo prazo e reflete os pontos fortes e os recursos de nosso país. [...] O primeiro pilar da nossa visão é o nosso status como o coração dos mundos árabe e islâmico. Reconhecemos que Allah, o Todo-Poderoso, concedeu em nossas terras um dom mais precioso do que o petróleo. Nosso Reino é a Terra das Duas Mesquitas Sagradas, os locais mais sagrados da Terra, e a direção da Caaba (Qibla), para a qual mais de um bilhão de muçulmanos se reúnem em oração. O segundo pilar da nossa visão é a nossa determinação em nos tornarmos uma potência de investimento global. Nossa nação possui fortes capacidades de investimento, as quais aproveitaremos para estimular nossa economia e diversificar nossas receitas. O terceiro pilar está transformando nossa localização estratégica única em um centro global que conecta três continentes, Ásia, Europa e África. Nossa posição geográfica entre as principais vias navegáveis globais faz do Reino da Arábia Saudita um epicentro do comércio e a porta de entrada para o mundo (BIN SALMAN, 2018, s/p) [tradução nossa].

Contudo, sua imagem pode ser considerada igualmente negativa. Para muitos, sua conduta e reação com seus opositores é tida como autoritária, duvidosa e até mesmo cruel. Já nos primeiros anos de governo, a figura de bin Salman foi ligada a uma série de eventos atroz, como a detenção do premiê libanês em um hotel em Riad<sup>64</sup> (supostamente para forçá-lo a

---

<sup>64</sup> Ritz Carlton, em outubro de 2017.

renunciar ao cargo), juntamente com a deposição de dezenas de autoridades e elites monárquicas do país (aleadamente por acusações de corrupção – ainda que também possa ser vista como uma jogada para livrar-se de opositores do governo); o entrave que impõe na Guerra Civil Iemenita, a situação que envolveu a morte do jornalista turco Jamal Khashoggi na embaixada saudita em outubro de 2018, entre outros.

As expectativas de uma mudança tranquila e positiva no cenário da Guerra Fria regional logo se provaram imprecisas. O papel do novo príncipe herdeiro foi, desde o primeiro instante, de oposição direta a Teerã, buscando reestabelecer-se enquanto líder no *status quo* do Oriente Médio.

Como príncipe herdeiro, Mohamed Bin Salman se tornará rei, e com todo esse novo poder, ele está tentando afirmar seu domínio em todo o Oriente Médio. Uma de suas grandes políticas tem sido uma veemente oposição ao vizinho da Arábia Saudita, o Irã. Nessa nota, ele encontrou um aliado na Casa Branca (VOX, 2018, s/p) [tradução nossa].

O desejo do novo príncipe herdeiro de reforçar seus laços com o Ocidente explica boa parte de suas ações. A *modernização* que impõe ao país, também pode ser analisada sob a intenção de fortalecer seus laços comerciais e políticos especialmente com os Estados Unidos. Em 2018, um encontro entre Mohamed bin Salman e o presidente Donald Trump oficializou o estreitamento das relações entre os dois países e garantiu o apoio da maior potência mundial contra o inimigo em comum, Irã. Alguns meses após a reunião, os rumores de uma cooperação de tecnologia e desenvolvimento de um programa nuclear secreto na Arábia Saudita provaram-se verdadeiros – minando a justificativa estadunidense contra o programa iraniano:

Na semana passada, os relatórios de notícias revelaram que, desde novembro de 2017, [o Secretário de Energia dos EUA, Rick] Perry autorizou as chamadas aprovações da *Part 810*<sup>65</sup>, permitindo que empresas norte-americanas compartilhassem informações nucleares sensíveis com o reino. As aprovações foram mantidas do público e do Congresso (MIDDLE EAST MONITOR, 2019, s/p) [tradução nossa].

Em suma, a ascendência de bin Salman ao cargo de príncipe herdeiro ao trono saudita minou qualquer possibilidade de aproximação entre Teerã e Riad no futuro próximo, quiçá

---

<sup>65</sup> “As regulamentações do Departamento de Energia dos Estados Unidos no 10 CFR Parte 810 são uma parte do complexo e rigoroso regime de controle de exportação dos EUA que regula a transferência de hardware, materiais e tecnologia para apoiar a construção e operação de energia nuclear comercial. plantas no exterior. Em essência, a Parte 810 controla a transferência de "tecnologia" nuclear não classificada (assistência técnica e dados técnicos) para o exterior e para cidadãos estrangeiros em qualquer lugar” (NUCLEAR ENERGY INSTITUTE, s/p) [tradução nossa]. Disponível em: <<https://www.nei.org/CorporateSite/media/filefolder/resources/reports-and-briefs/Part-810-FAQ.pdf>>. Acesso em: maio/2015.

aumentando a instabilidade da balança de poder no Oriente Médio (pelo menos, até que se defina um vencedor *de facto* no jogo de soma zero da Guerra Fria regional).

#### 4.2.2. Conflitos regionais paralelos

Em meio à Guerra Fria regional e das contendas secundárias, três elementos atraem a maior parte das energias de Teerã e Riad no Oriente Médio atualmente, e tornam-se os principais palcos da disputa: a Guerra Civil na Síria, a Guerra Civil no Iêmen e a Guerra Civil no Iraque.

O catálogo do desespero no Oriente Médio hoje é difícil de entender. A guerra civil síria se tornou uma das maiores catástrofes humanas da história, matando pelo menos meio milhão de civis e deslocando mais de dez milhões de pessoas. O Iraque fez progressos notáveis na derrota do Estado Islâmico, ou ISIS, mas esse sucesso teve um grande custo para aqueles que vivem nas áreas libertadas. A guerra civil no Iêmen resultou no maior surto de cólera na história da humanidade e deixou 8,4 milhões de pessoas à beira da inanição. A Líbia continua sendo um estado catastróficamente falido (LYNCH, 2018, s/p) [tradução nossa].

##### i. Síria

A Guerra Civil síria é traçada desde as insurgências da Primavera Árabe no país, em 2011, quando a população tentou depor o presidente Bashar al-Assad (no poder desde 2000). O governo é liderado pelo clã dos *alawitas*, ramo considerado como parte do xiismo – e, portanto, possui o apoio sólido do Estado iraniano –, mas também conta com a aprovação das minorias religiosas do país (cristãos e drusos) e boa parte da classe média e alta sunitas.

O Irã está envolvido desde cedo no conflito, apoiando seu aliado libanês, o xiismo Hezbollah, cuja presença tem aumentado desde 2012. Além do Hezbollah, o Irã aumentou seu apoio ao governo de Assad fornecendo assistência técnica, armas, tropas de elite e recursos financeiros. Apoio, suporte. Hoje, o Irã está com a Rússia e o Hezbollah, o apoio mais forte do governo al-Assad na luta contra os insurgentes islâmicos, o Exército Sírio Livre e os Jihadistas. Enquanto isso, a Arábia Saudita tem ajudado fortemente os insurgentes, que são predominantemente da fé sunita. O reino é um forte apoio para as facções islâmicas rebeldes: a Frente Islâmica, Ahrar-al-Sham, bem como as alianças rebeldes Jaysh-al-Fath ou Jaysh al-Islam, e a Frente Sul da FSA no sul. Enquanto Jabhat al-Nusra, a filial síria da al-Qaeda, também faz parte dessa aliança, ela é apoiada principalmente pelo Catar. O Estado Islâmico é oficialmente um inimigo da Arábia Saudita, mas recebe fundos e recrutas de fontes privadas sauditas (THE MAGREB AN ORIENT COURIER, 2018, s/p) [tradução nossa].

Considerada por muitos, um dos conflitos mais complexos de se analisar no contexto do Oriente Médio, a guerra na Síria possui hoje imensas consequências internacionais. Em especial, a chamada *crise de refugiados*, que já causou um deslocamento humano forçado na casa dos milhões de habitantes. A crise humanitária mantém a instabilidade da região e, após 8 anos de conflito, ainda não se vê a reinstauração da segurança no país, especialmente por conta

da quantidade de atores internos (o governo xiita e laico de Al-Assad, o sunita Exército Sírio Livre, os islamistas radicais do ISIS e da Al-Nusra – braço da Al-Qaeda no país –, e os Curdos) e externos (com EUA e Arábia Saudita de um lado, e Rússia e Irã de outro) envolvida.

O país foi expulso da Liga Árabe (que possui entre seus membros de maior destaque, a Arábia Saudita) e já recebeu inúmeras condenações da ONU e de outros governos internacionais que reconhecem governo exilado, e almejam a reestabilização nacional; outrossim, Teerã e Riad parecem permanecer mais interessados no jogo de soma zero, do que em um acordo multilateral proporcional.

## ii. Iêmen

Assim como a síria, Guerra Civil iemenita tem suas raízes na Primavera Árabe, quando as revoltas populares forçaram o presidente, Ali Abdullah Saleh, a renunciar e entregar o cargo ao seu vice, Abdrabbuh Mansour Hadi. Contudo, a transição política abriu espaço para a instauração de uma instabilidade difícil de ser controlada, com insurgências, guerras internas e movimentos guerrilheiros.

[...] O presidente Hadi enfrentou diferentes problemas, entre eles, ataques da Al-Qaeda e de um movimento separatista no sul, corrupção, insegurança alimentar e o fato de que muitos militares seguiam sendo leais a Saleh. O movimento Houthi, que defende a minoria xiita zaidi do Iêmen e lutou em várias rebeliões contra Saleh na década passada, se aproveitou da debilidade do novo presidente para tomar controle da Província de Saada e de zonas próximas (BBC, 2018, s/p).

Ao final de 2014, o grupo rebelde dos Houthis (majoritariamente xiita, apoiados pelo Irã) tomou controle da capital do país, Sanaá, forçando Hadi a se exilar. O escalonamento do conflito, assim como sua relevância na Guerra Fria regional, se deu quando especialmente quando a Arábia Saudita se reuniu com outros oito países árabes (majoritariamente sunitas e apoiados pelos EUA), Reino Unido e França<sup>66</sup>, dando início a um combate direto contra os rebeldes sob a justificativa de restaurar a democracia e o governo eleito.

A intensidade das respostas da aliança militar levou o Irã a aumentar seu apoio aos Houthis, expondo o Iêmen a um conflito fora do controle nacional, sob os direcionamentos das potências externas em seus respectivos *proxies*.

Desde a primavera de 2015, a Arábia Saudita lidera uma coalizão de estados em uma intervenção militar contra as forças rebeldes no Iêmen. A intervenção envolveu ataques aéreos, operações terrestres e um bloqueio aéreo e naval do Iêmen. Em vez de uma rápida vitória ou resolução do conflito, a luta continuou e as partes em conflito foram acusadas de violações do direito internacional humanitário. Organismos das Nações Unidas e organizações não-governamentais acusaram a Arábia Saudita de ataques generalizados e sistemáticos contra alvos civis. O conflito no Iêmen causou

---

<sup>66</sup> A coalizão militar, iniciada em março de 2015, ficou conhecida como “Operação Tempestade Decisiva”.

dezenas de milhares de baixas e a situação atualmente é considerada a pior crise humanitária do mundo. A luta - e o bloqueio em particular - interrompeu a importação de alimentos, combustível e suprimentos médicos (SIPRI, 2018, s/p) [tradução nossa].

Além das intervenções *proxy*, há ainda outros elementos que agravam a situação, como a insurgência jihadista ligada ao Estado Islâmico no centro do país, o atroz surto da cólera (o maior em toda a história da humanidade), e as óbvias consequências civis de um conflito desse porte – fome, deslocamento humano, aumento da mortalidade infantil, etc.

### iii. Iraque

Desde a morte de Saddam Hussein, em 2006, o Estado iraquiano se viu estruturalmente abalado e diversos conflitos internos e grupos insurgentes vieram à tona. A maioria xiita do país desde então se vê melhor representada politicamente, sob um sistema semidemocrático que leva os partidos xiitas a manterem o poder. “Embora teoricamente compartilhado com sunitas e curdos, o governo iraquiano é considerado pela população sunita iraquiana, bem como pelos Estados do Oriente Médio como um governo xiita fortemente influenciado pelo Irã” (THE MAGREB AND ORIENT COURIER, 2018, s/p) [tradução nossa].

O envolvimento iraniano, especialmente no Estado que foi durante tanto tempo um *buffer* entre Teerã e Riad, é motivo de grande incômodo para os sauditas. A instabilidade política, assim como no Iêmen, também abriu espaço para a insurgência de outro ator no cenário: o Estado Islâmico.

Esta situação levou a uma permanente situação volátil entre xiitas e sunitas, à insurgência jihadista e do Estado islâmico, bem como à autonomia de fato da parte curda do país. O Estado Islâmico assumiu o controle de grandes partes do país em 2014 nas áreas de população sunita, e o risco de colapso do país levou a uma crescente presença iraniana e assistência ao exército iraquiano e à milícia xiita e paramilitares. Apesar de não apoiar o Estado Islâmico no Iraque, a Arábia Saudita favorece a oposição sunita (THE MAGREB AND ORIENT COURIER, 2018, s/p) [tradução nossa].

Desta forma, o Iraque é mais um país que entra para a lista de Estados-palco da GF – com o Irã atuando em favor do novo governo, e a Arábia Saudita, apoiando os grupos sunitas.

“Essa guerra por procuração também está ocorrendo no Líbano, onde as tensões entre o Hezbollah e os partidos políticos sunitas aumentaram após o forte envolvimento do Hezbollah na Síria” (THE MAGREB AN ORIENT COURIER, 2018, s/p) [tradução nossa].

Embora haja diversos conflitos complexos por todo o Oriente Médio (Bahrein, Líbano, Líbia, Palestina, etc.), compreende-se que os acima analisados podem particularmente ser explicados pela incessante disputa regional por poder da Guerra Fria regional. “Tanto os

sauditas quanto os iranianos veem essas guerras civis como tremendas ameaças e também potencialmente enormes oportunidades” (POLLACK em VOX, 2017, s/p) [tradução nossa].

A tabela abaixo simplifica os *proxies* que representam dos atores em cada conflito ainda em andamento.

**Tabela 07: Os *proxies* do Irã e da Arábia Saudita, nos conflitos regionais atuais**

|                               | <b>Irã</b>   | <b>Arábia Saudita</b>             |
|-------------------------------|--|-----------------------------------|
| <b>Guerra Civil no Iêmen</b>  | Rebeldes Houthis   | Governo vigente                   |
| <b>Guerra Civil no Iraque</b> | Governo vigente  | Governo regional do Curdistão     |
| <b>Guerra Civil na Síria</b>  | Milícia armada (Hezbollah), em apoio do presidente Bashar Al-Assad | Milícia armada sunita antigoverno |

Fonte: Elaboração própria, com base em LYNCH (2016) e VOX (2017)

Ainda que cada *proxie* tenha sua própria agenda dentro de cada conflito, o apoio externo é imprescindível para a determinação de seu nível de força e capacidade de resposta. A análise tende para a confirmação de que o escalonamento dos conflitos, por conta da intervenção saudita-iraniana, também é sua sentença de perenidade – ao menos enquanto não houver um final de jogo com soma zero na disputa da Guerra Fria regional.

Outras guerras por procuração semelhantes às da Síria ou do Iêmen - ou mesmo um confronto direto entre a Arábia Saudita e seus aliados, e o Irã e seus aliados - continuam sendo uma possibilidade. O alto nível de militarização na Arábia Saudita requer análise para entender como isso contribui para a habilidade e inclinação do país para se envolver militarmente em conflitos e tensões regionais (SIPRI, 2018, s/p) [tradução nossa].

#### **4.3. Consequências das relações Irã-Arábia Saudita para a balança de poder regional**

Por fim, compreende-se que a Guerra Fria regional entre iranianos e sauditas não apenas mudou uma série de elementos estruturais do Oriente Médio, como também ajudou a manter instável o contexto da região como um todo.

A oposição entre o Irã e a Arábia Saudita é a oposição de duas potências regionais, líderes de duas religiões concomitantes do islamismo. No rescaldo da intervenção americana no Iraque e na Primavera Árabe, a procuração por sua intensidade ofuscou o conflito Israel-Palestina e se espalhou por todo o Oriente Médio, envolvendo mais países, mais facções e abrindo caminho para a insurgência jihadista violenta (THE MAGREB AND ORIENT COURIER, 2018, s/p) [tradução nossa].

São compreendidos, em especial, dois elementos que tratam das consequências dessa contenda: o aumento da militarização da região e a dificuldade dos Estados que passaram pelas insurgências da Primavera Árabe de retomarem a estabilidade nacional.

Em relação ao primeiro ponto, percebe-se um claro afastamento da diplomacia na resolução de conflitos por toda a região.

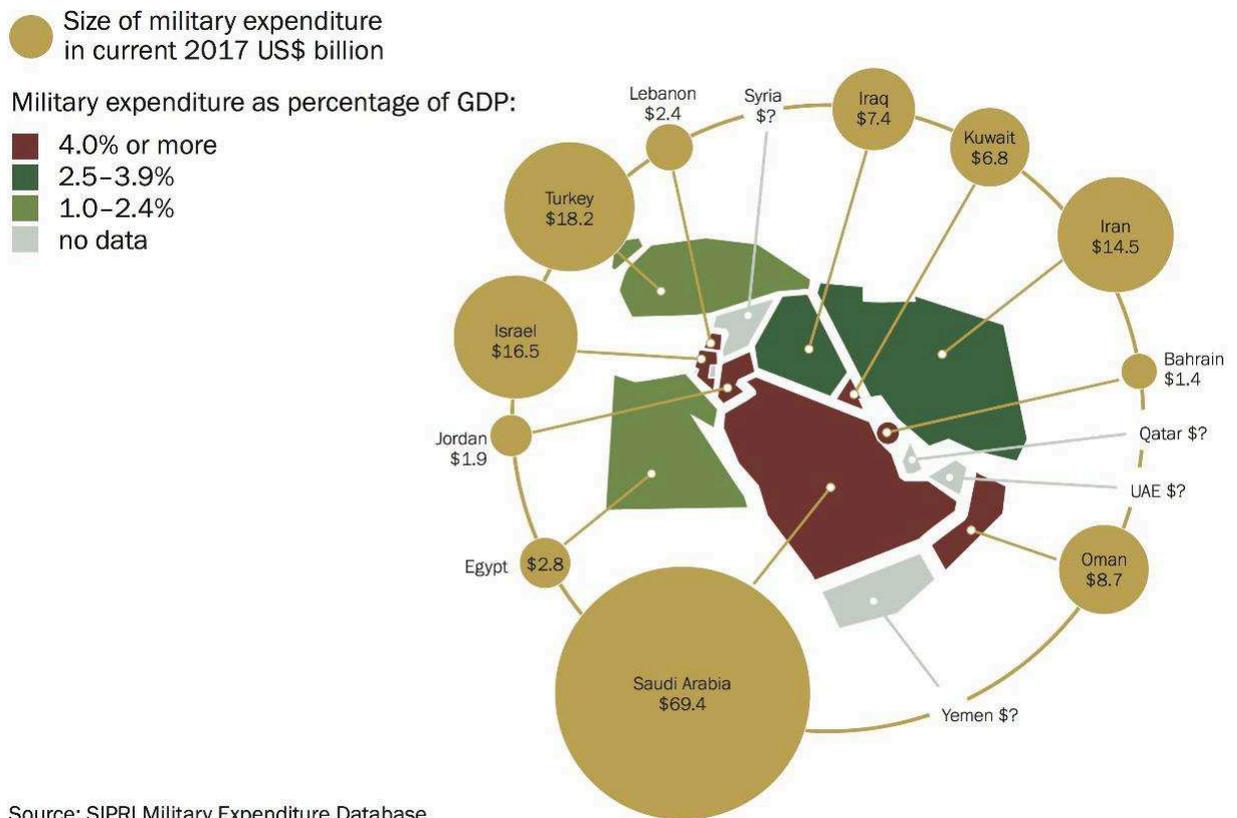
Em todo o Oriente Médio, muitos governos deram grande ênfase à força militar como uma ferramenta central para perseguir suas agendas políticas e objetivos de política externa e para lidar com as ameaças percebidas internamente e no exterior. Muitos estados da região usaram suas forças armadas em conflitos violentos que levaram à destruição generalizada e prejudicaram o desenvolvimento econômico. A militarização na região está em um nível elevado, como demonstrado pelo fato de que vários estados aumentaram acentuadamente suas importações de armas nos últimos 10 anos e que, em 2017, 7 dos 10 países do mundo com o maior ônus militar estavam em o Oriente Médio (SIPRI, 2018, s/p) [tradução nossa].

Ainda que o século XXI veja uma mudança nos padrões de guerra (com a utilização de novas ferramentas bélicas, como drones e ataques cibernéticos), o Oriente Médio ainda se mantém relativamente “tradicional” no que tange as capacidades de resposta e *hard power*. Ainda, a utilização de mecanismos de *soft power* são vistos em menor escala e frequência – uma vez que a o emprego de *proxies* torna dispensável a demonstração direta de poder e as consequências negativas que dela decorrem.

Em se tratando diretamente dos governos iraniano e saudita, é possível apontar a ascensão de Mohamed Bin Salman na Arábia Saudita desde sua posição como Ministro da Defesa, até o cargo de vice-Primeiro Ministro, como um dos principais elementos de manutenção da militarização saudita. Enquanto Rouhani coloca-se no papel de reforçar a assistência e subvenção a seus aliados que se encontram cada vez mais exauridos e em menor vantagem (especialmente os Houthis no Iêmen), ou prestes a finalmente vencer seu conflito nacional (no caso da Síria).

A figura a seguir demonstra este primeiro ponto e introduz a possibilidade de uma análise mais particular sobre cada país da região.

**Figura 16:** Despesas militares como porcentagem do produto interno bruto (PIB) no Oriente Médio, em 2017.



Source: SIPRI Military Expenditure Database

Fonte: WEZEMAN, 2018, s/p

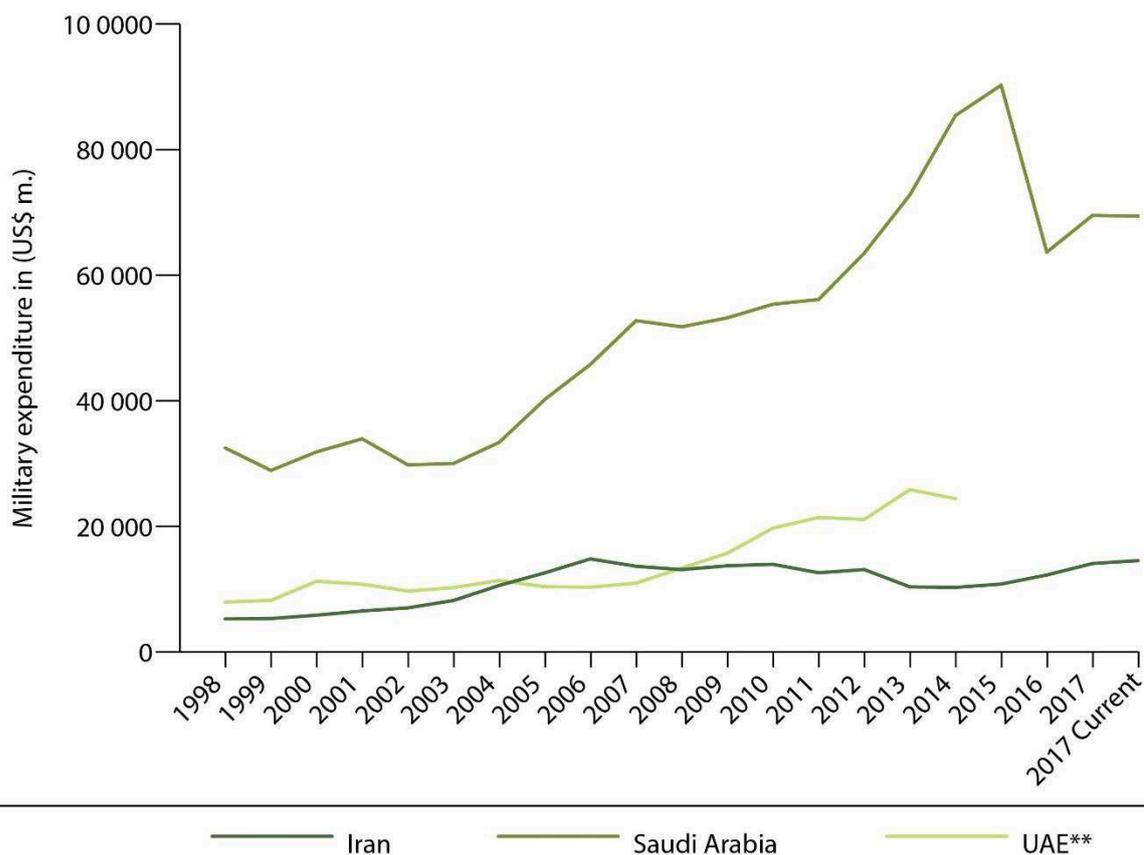
A imagem acima representa o tamanho proporcional na porcentagem do PIB de 11 países do Oriente Médio central, em 2017. Na ordem decrescente, estão: Arábia Saudita, Turquia, Israel, Oman, Líbano e Bahrein (todos com mais de 4% do PIB investido em militarização naquele ano); Irã e Kuwait, com investimentos que ficam entre 2,5 e 3,9% do total nacional em 2017; e Turquia e Jordânia, com gastos abaixo de 2,4%. Há 5 territórios que não publicaram seus dados de despesas militares – e, portanto, são representados em cinza, no mapa, sob a legenda “sem informação” –, Síria, Iêmen, Qatar. Emirados Árabes Unidos e Palestina.

É visível que a Arábia Saudita é o ator mais militarizado – tanto em proporção, quanto em números absolutos – da região. Aponta-se como principal fator a aproximação constante com os EUA, maior *hegemon* militar do mundo e que possui grande interesse em manter o reino Saud como aliado regional no Oriente Médio.

Já o gráfico a seguir traz o foco dos investimentos militares para os dois contenciosos em questão (assim como o terceiro maior investidor regional, EAU), numa comparação direta.

Enquanto a curva iraniana é visivelmente menos acentuada do que a saudita – que despontou após os levantes da Primavera Árabe, depois teve uma queda em 2015-16, e finalmente que voltou a crescer em 2017, após a nomeação do novo príncipe herdeiro saudita.

**Figura 17:** Despesas militares dos três maiores investidores militares na região do Golfo, em milhões de dólares (1998-2017)



\*Figures are in US\$ millions at constant 2016 prices and exchange rates.  
The last figure (2017 Current) is in US\$ millions at 2017 prices and exchange rates.

\*\*Data unavailable for United Arab Emirates (UAE) 2015–17.

Source: SIPRI Military Expenditure Database



Fonte: WEZEMAN, 2018, s/p

Contudo, a próxima figura apresenta os números referentes ao poderio militar dos *hegemon*s sob 4 categorias: forças armadas e elementos para os combates terrestre, aéreo e marinho. É possível perceber a vantagem iraniana em praticamente todos números – ainda que ela não reflita necessariamente o investimento na absoluto no preço dos itens (como apresenta o gráfico anterior).

**Figura 18:** Poderio Militar na Guerra Fria Regional – República Islâmica do Irã e Reino da Arábia Saudita (2017)

**Military might**

|  |  Iran |  Saudi Arabia |
|--|--|---|
| Armed forces          | 563,000  | 251,500   |
| Battle tanks          | 1,513  | 900   |
| Artillery             | 6,798  | 761   |
| Combat air            | 336 (Ageing fleet in need of repairs)  | 338 (Modern fleet inc 64 Typhoon jets)  |
| Patrol boats          | 194  | 11  |
| Submarines            | 21   | -   |
| Destroyers/ frigates  | -  | 7   |

Source: IISS Military Balance 2017



Fonte: BBC

O segundo atributo que a Guerra Fria regional trouxe ao Oriente Médio foi a *manutenção da instabilidade interna* dos Estados que passaram pela Primavera Árabe (2011-12). Ainda que os conflitos não tenham sido diretamente causados pelos hegemonos em questão, suas ingerências *proxy* dificultaram e lantejaram a retomada do prosseguimento natural no cenário dos países que, eventualmente, veriam seus conflitos chegarem ao fim (ainda que este não fosse o mais desejado por todas as partes, ou o mais pacífico) quando as capacidades bélicas também o fizessem.

A tabela seguinte retrata a situação atual (2018-19) de alguns dos países que participaram dos levantes: Bahrein, Egito, Iêmen, Iraque, Líbano, Líbia, Síria e Tunísia. Ainda que a lista dos países revoltosos seja muito maior, os Estados escolhidos representam os atores com as maiores instabilidades nacionais do contexto regional pós-Primavera Árabe. Em todos esses cenários, há intervenções sauditas e iranianas de alguma forma. Em geral, a utilização dos atores nacionais enquanto *proxies* muitas vezes dificulta a retomada natural das forças internas em cada país.

**Tabela 08:** Situação atual dos Estados do Oriente Médio que passaram pela Primavera Árabe (2018-19).

| País           | Situação   |
|----------------|--|
| <b>Bahrein</b> | Além da situação de instabilidade nacional desde a Primavera Árabe, o país encontra-se sob um regime militar que já extirpou de sua população as liberdades de expressão, associação, imprensa, dentre muitas outras. Há atualmente uma visível <b>crise de democracia e liberdades civis</b> no país.   |
| <b>Egito</b>   | Após duas trocas de governos nacionais (Mumbarak – Mursi, e o golpe Mursi – Al-Sisi), o país vive sob um regime militar opressivo, em uma <b>crise democrática</b> .   |
| <b>Iêmen</b>   | Juntamente com a Síria, talvez seja o caso mais emblemático do Oriente Médio contemporâneo. A longa duração da <b>Guerra Civil</b> Iemenita deixou o país sob uma perene instabilidade, à qual não vê um fim e também conjuga um <b>Estado falido</b> .  |
| <b>Iraque</b>  | Desde a queda de Saddam Hussein, e após a presença do grupo ISIS, o país encontra-se sob uma infundável <b>guerra civil</b> , com diversos atores sob as diversas agendas; o país também está definido como um <b>Estado falido</b> .  |
| <b>Líbano</b>  | Em 2018, o Primeiro Ministro Saad Hariri anunciou sua resignação, a qual estima-se que o governo saudita esteja por trás. A troca inesperada de governos deixou o país sob o uma grave <b>crise política</b> , ademais dos <b>conflitos internos</b> decorrentes de anos.  |
| <b>Líbia</b>   | A disputa pela chefia do governo transformou a situação nacional em uma <b>guerra civil</b> que já dura anos. Por conta disso, o país encontra-se sob a situação de <b>Estado falido</b> .   |
| <b>Síria</b>   | A <b>Guerra Civil</b> Síria, com sua enorme multiplicidade de atores e agendas acarretou na maior <b>crise de refugiados</b> da história, assim como colocou o país também na lista de <b>Estado falido</b> . (Analistas otimistas estimam (2019) que o conflito sírio esteja finalmente chegando ao fim, uma vez que o ISIS e as forças rebeldes estão perdendo forças, e o presidente Bashar Al-Assad segue no poder. Contudo, ainda se tratam apenas de previsões). |
| <b>Tunísia</b> | Novas ondas de protestos tomaram o país em 2018, por conta das reformas econômicas impostas pelo FMI. O único <i>case</i> de sucesso da Primavera Árabe encontra-se atualmente <b>em crise</b> novamente.  |

Fonte: Elaboração própria, com base em DEBEUF (2017), HAMID (2018), LYNCH (2018) e VOX (2017)

As incessantes atuações via *proxy* de Irã e Arábia Saudita na região, em especial após a Primavera Árabe ajudou a construir o mapa regional conforme se vê hoje: um Oriente Médio instável e com sérias dificuldades nacionais em retomar a normalidade. A disputa pela maior porção da balança de poder (não apenas com o maior número de aliados regionais e extrarregionais, como também a partir da demonstração do maior poder de resposta militar) assegura o *status quo* das duas potências, mas à custa da segurança regional.

#### **4.4.Considerações preliminares**

Duas potências regionais, dois grupos opostos, alianças militares, enviesamentos políticos e duas vertentes da mesma religião. É inegável que história das relações político-diplomáticas entre Irã e Arábia Saudita foi essencial para a construção do contexto atual do Oriente Médio.

Entre vizinhos cordiais, com estruturas governamentais e direcionamentos societais semelhantes; a adversários que competem pela máxima influência em um mesmo espaço, com ideais completamente opostos. A Revolução Iraniana de 1979 marcou mudanças profundas não apenas nas relações Teerã-Riad, mas no cenário regional e na estabilidade política de outrora.

Exatos 40 anos após esse marco, as interações entre as potências parecem ter se mantido quase inalteradas: o desejo incessante pela superioridade na balança de poder regional talvez seja, ainda hoje, o principal elemento de semelhança entre as potências. A partir disso, é possível afirmar que o cenário do Oriente Médio hoje é fruto exatamente dessa Guerra Fria, com elementos de militarização e instabilidade tendo tornando-se perenes aos atores daquele espaço.

A dificuldade dos Estados em retornarem à normalidade após os levantes da Primavera Árabe está diretamente ligada à contenda iraniano-saudita, que persiste em manter fornecendo ferramentas militares e poder de reposta aos seus *proxies* (mesmo que sob suas respectivas agendas), com o objetivo final de ganhar a Guerra e poder afirmar-se enquanto líder da balança de poder regional.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da hipótese de que as relações conflituosas entre Irã e Arábia Saudita moldaram a balança de poder no Oriente Médio, especialmente após a Primavera Árabe de 2011, este trabalho focou em analisar os principais elementos e consequências dessa Guerra Fria regional: as bases históricas de formação, tanto dos dois atores, quanto do Grande Oriente Médio em si; os conceitos teóricos securitários e neorrealistas, essenciais para a fundamentação deste estudo; e, por fim, as formas como o desenvolvimento das próprias relações político-diplomáticas entre Teerã e Riad afetam e influenciam a instabilidade e o aumento da militarização na região na atualidade.

A partir da análise das historiografias iraniana (persa) e saudita, tornou-se possível compreender que os adversários regionais sempre almejavam a liderança de balança de poder, assim como a maior influência da região – embora não tenham, necessariamente, sempre utilizado das mesmas estratégias e ferramentas para tal. Enquanto a trajetória da influência de Teerã remonta do Império Aquemênida (550 A.E.C.), com inúmeros momentos visíveis de hegemonia (em *soft* e *hardpower*, das conquistas de Ciro, o Grande, aos Persianatos indianos), a história do Estado saudita é muito mais recente (1932), mas com alianças político-econômicas bastante estratégicas. Se analisarmos o contexto atual, ambas potências parecem contar com semelhante nível de liderança e poder no *status quo* do Oriente Médio.

Ainda que as cinco primeiras décadas de relações entre os dois Estados (1932-1978) tenham ocorrido de forma relativamente amigável e cordial, a Revolução Iraniana de 1979 – sob o desejo da população em afastar-se da modernização ocidentalizante e da antidemocracia repressiva de seus monarcas – trouxe uma completa mudança ao cenário político-diplomático entre o Reino Saud e a nova República Teocrática Islâmica, que agora não apenas havia se afastado de aliados-chave como os EUA, mas também entrava na disputa para provar-se porta-voz oficial do mundo islâmico.

Nas décadas que se transcorreram esse período, contudo, a disputa dos atores pelo topo da balança de poder regional manteve-se limitada a situações específicas que ocorreram pelo Oriente Médio – como a Guerra Irã-Iraque, as questões do território do Bahrein, as ilhas em disputa com os EAU, independências nacionais, competições por influência dentro da OPEP, etc. – e a disputas ideológicas vicinais – especialmente em termos religiosos, onde ambos atores afirmam ter os requisitos necessários para se afirmarem enquanto único líder e representante máximo do Islã. Não obstante, foi apenas após o desencadeamento dos levantes da Primavera

Árabe em 2011 que a Guerra Fria Teerã-Riad realmente encontrou espaço para ascender e se desenvolver da forma como a compreendemos hoje.

A anarquia do Sistema e a instabilidade regional decorrida das revoltas nacionais conferiram aos líderes regionais o vácuo de poder necessário para intervir em cada país, de maneira a apoiar atores opostos e garantir-lhes as capacidades necessárias para vencer (ou, pelo menos, continuar) cada disputa. Conflitos *proxy* passaram a se tornar cada vez mais comuns, uma vez que os *proxies*, desde líderes estadistas a grupos insurgentes, apostavam sua vitória no apoio externo. Contudo, após anos de conflitos, o enfraquecimento dos Estados nacionais tornou-se inevitável, assim como a instabilidade na região como um todo, estabelecendo um ciclo vicioso onde a disputa iraniano-saudita segue causando e aproveitando-se da fragilidade do Oriente Médio para se manter.

Nos últimos anos, elementos como o crescimento de novos grupos e facções (como ISIS, Hezbollah, ou a insurgência Curda), assim como mudanças no cenário político interno em Teerã e Riad (com trocas de presidentes e a ascensão de um novo príncipe ao trono saudita), acirraram ainda mais a competição, fomentando a desestabilização e o nível de conflitualidade na região. Ademais, os diversos cenários de Estados falidos e/ou em guerra civil colaboram para a resistência

Por fim, pode-se afirmar que essa Guerra Fria regional foi responsável por duas principais consequências na região – como bem analisaria a vertente teórica neorrealista. Em primeiro lugar, um intuitivo aumento na militarização do Oriente Médio como um todo, tendo em vista que as guerras nacionais e as capacidades de resposta se prolongam especialmente por conta das ingerências externas dos atores em questão; e, com igual relevância, a dificuldade dos Estados que passaram pelos levantes da Primavera Árabe em se reerguerem e retomarem sua estabilidade e segurança nacionais, tendo em vista o interesse de Teerã e Riad em manter seus *proxies* à sua disposição, para poderem continuar suas demonstrações de poder até que a contenda promova um único vencedor hegemônico ao topo do *status quo* regional.

Em termos metodológicos do trabalho em si, verificou-se positiva a comprovação das hipóteses iniciais por meio de bases teóricas em bibliografias acadêmicas consolidadas, somadas a análises contemporâneas obtidas por fontes secundárias – de livros de autores renomados a teses de doutorado recentes e documentários em vídeo. Ainda que o resultado já fosse relativamente esperado – uma vez que esta Guerra Fria regional atualmente já é objeto de análise consolidado dentro dos estudos de política internacional contemporânea, abrindo espaço para a conclusão direta de consequências regionais –, poder-se-ia ter chegado à conclusão de que

a influência da cealeuma iraniano-saudita fora pouco relevante ao contexto atual do Oriente Médio, ou que as interferências *proxy* dos dois atores não haviam crescido com os levantes da Primavera Árabe.

A importância do tema no âmbito das Relações Internacionais visou oferecer ao(à) leitor(a) uma compreensão relativamente aprofundada deste objeto, tão relevante no Sistema Internacional quanto tantos outros de origem ocidental, por meio de uma visão holística entre história, geografia, segurança internacional, política internacional, análise de política externa, dentre outros. O entendimento de situações distantes do contexto regional do Ocidente apresenta-se como fator-chave para o crescimento de internacionalistas, enquanto profissionais capacitados para exercer suas funções em mundo globalizado que exige que a interpretação de conflitos seja cada vez mais cuidadosa, sem enviesamentos ou preceitos pré-concebidos.

Para tal, propõe-se que o tema e a linha de pesquisa deste trabalho sejam continuados de forma a aprofundar as consequências da Guerra Fria regional em questão. Estudos posteriores investigarão com maiores minúcias a questão da militarização na região – desde o aumento sistêmico em si, às novas formas de guerra do século XXI e suas aplicações no contexto – e a manutenção da instabilidade, que dificulta os Estados pós-Primavera Árabe a garantir uma segurança regional mínima no Oriente Médio – partindo em especial da Tabela 08 (pág. 92), com a situação atual de diversos países da região, detalhando esses cenários e introduzindo outros elementos (econômicos, diplomáticos, etc.) com a intenção de fornecer uma análise macro mais aprofundada da região.

## REFERÊNCIAS

- AARTS, Paul. **Saudi Arabia in the Balance: Political Economy, Society, Foreign Affairs**. Nova Iorque: NYU Press, 2005.
- AL JAZEERA ENGLISH. Arab Spring Domino Effect. **Youtube**. 17 de dezembro de 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=\\_qFiQyM8djY&list=PLRDVrfur3\\_ol\\_b\\_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=21&t=0s](https://www.youtube.com/watch?v=_qFiQyM8djY&list=PLRDVrfur3_ol_b_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=21&t=0s)>. Acesso em: abr/2019.
- AL-MANI, Saleh. **The Ideological Dimension in Saudi-Iranian Relations**, em: AL-SUWAIDI, Jamal S., *Iran and the Gulf: A Search for Stability*. Abu Dhabi: The Emirates Center for Strategic Studies and Research, 1996.
- AL MONITOR. **Saudi Arabia glad to see Morsi go**. Disponível em: <<https://www.al-monitor.com/pulse/originals/2013/07/saudi-arabia-glad-to-see-morsi-go.html>>. Acesso em: abril/2019.
- AL-RASHEED, Madawi. **A History of Saudi Arabia**. Londres: Cambridge University Press. 2ª Edição, 2010.
- AL-SAUD, Faisal. **Iran, Saudi Arabia and the Gulf - Power Politics in Transition 1968–1971**. Londres: I.B. Tauris, 2003.
- AL-SAUD, Turki Bin Khaled. **A Historical Study of Saudi Arabia–Iran Relations and Regional Order 1929–2014**. 2015. Tese (Doutorado) - Middle Eastern and Mediterranean Studies, Departamento de Filosofia, King's College - University Of London, Londres, 2015.
- AL-SHAIKH, Mohammed. **The Arab NATO directed at Iran**. Al-Arabiya, 2018. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/en/views/news/middle-east/2018/08/10/The-Arab-NATO-directed-at-Iran.html>>. Acesso em: dez/2018.
- ALTHAYDI, Mashari. **Iran, the battle of all Arabs**. Al-Arabiya, 2017. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/en/views/news/middle-east/2017/11/20/Iran-the-battle-of-all-Arabs.html>>. Acesso em: dez/2018.
- \_\_\_\_\_. **Who among Arabs is betting on Iran**. Al-Arabiya, 2018. Disponível em: <<http://english.alarabiya.net/en/views/news/middle-east/2018/08/10/Who-among-Arabs-is-betting-on-Iran-.html>>. Acesso em: dez/2018.
- ANDERSON, Scott. **Fractured Lands: How the Arab World Came Apart**. New York Times, 2016. Disponível em: <<https://www.nytimes.com/interactive/2016/08/11/magazine/isis-middle-east-arab-spring-fractured-lands.html>>. Acesso em: dez/2018
- ARJOMAND, Saïd. **After Khomeini – Iran Under His Successors**. Londres: Oxford University Press, 2009.
- ATHANASIADIS, Iason. **Sectarian Battles Spill Beyond Iraq; Sunnis, Shiites Eye Spoils for a Cold War Victory**. Washington, D.C.: Washington Times, 2006.
- AXWORTHY, Michael. **Revolutionary Iran: A History of the Islamic Republic**. Londres: Oxford University Press, 2016.

BANCO MUNDIAL. **Una nueva geografía económica. Informe sobre el desarrollo mundial 2009**. Washington, D.C., 2009.

\_\_\_\_\_. **World Development Indicators, 2017**. Washington, D.C., 2017.

BAYAT, Asef. **Revolution Without Revolutionaries: Making Sense of the Arab Spring**. Stanford: Stanford Studies in Middle Eastern and Islamic Societies and Cultures, 2017.

BBC NEWS. **Why Saudi Arabia and Iran are bitter rivals**. 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-42008809>>. Acesso em: dez/2018.

BBC NEWS. **Hajj stampede: Iran leader says Saudis 'murdered' pilgrims**. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/news/world-middle-east-37274243>>. Acesso em: dez/2018.

BBC NEWS Brasil. **Quem foi o clérigo xiita cuja execução pela Arábia Saudita causou revolta**. 2016. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160102>>. Acesso em: mai/2019.

BBC NEWS Brasil. **Por que há uma guerra no Iêmen e qual é o papel das potências internacionais**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-46322964>>. Acesso em: mai/2019.

BECKER, Bertha. **Manual de geografia**. BRASIL: FUNAG, 2010.

BIN SALMAN, Mohamad. **Foreword**. Vision 2030, 2018. Disponível em: <<https://vision2030.gov.sa/en/foreword>>. Acesso em: mai/2019.

BLACK, Ian. **Sunni vs. Shia: why the conflict is more political than religious**. The Guardian, 2015. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2015/apr/05/sunni-shia-why-conflict-more-political-than-religious-sectarian-middle-east>>. Acesso em: dezembro/2018.

BOONE, Anthony; TYLER, Mackenzi. **Rivalry in the Middle East – Saudi Arabia and Iran**. Nova Iorque: Nova Publishers, 2012.

CEPIK, Marco; BORBA, Pedro; BRANCHER, Pedro. **Arábia Saudita e Segurança Regional após as Revoltas no Mundo Árabe**. Boletim Meridiano 47, vol. 13, n. 130, pp. 44 a 49, mar/2012. Disponível em: <[https://www.ufrgs.br/cegov/publicacao/v/11?n=Ar%C3%A1bia\\_Saudita\\_e\\_Seguran%C3%A7a\\_Regional\\_ap%C3%B3s\\_as\\_Revoltas\\_no\\_Mundo\\_%C3%81rabe](https://www.ufrgs.br/cegov/publicacao/v/11?n=Ar%C3%A1bia_Saudita_e_Seguran%C3%A7a_Regional_ap%C3%B3s_as_Revoltas_no_Mundo_%C3%81rabe)>. Acesso em: fev/2019.

CNN. **Here's why the Iran protests are significant**. 2017. Disponível em: <<https://edition.cnn.com/2017/12/30/world/iran-protests-issues/index.html>>. Acesso em: mai/2019.

CORRÊA, Fernanda. **A Balança de Poder sob a Ótica de Kenneth Waltz: Uma Discussão da Teoria Sistêmica**. Revista InterAção, v. 11, n. 11, pp. 38 a 50, jul/2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/29398/16450>>. Acesso em: fev/2019.

CORREIA, Pedro. **Manual de Geopolítica e Geoestratégia**. Lisboa: Edições 70, 2018.

DAWN. **Iran invites Libya to rebel chief in Tehran: statement**. Disponível em: <<https://www.dawn.com/news/655663>>. Acesso em: abril/2019.

DE GROOT, Joanna. **Religion, culture and politics in Iran: from the Qajars to Khomeini**. Londres: I.B. Tauris, 2007.

DEBEUF, Koert. **The Arab Spring Seven Years On: A Failure or Just the Beginning?** Istambul: **Turkish Policy Quarterly**, v. 16, n. 3, pp. 41-48, dez/2017. Disponível em: <<http://turkishpolicy.com/article/876/the-arab-spring-seven-years-on-failure-or-just-the-beginning>>. Acesso em: abril/2019

DEVOS, Bianca; WERNER, Christoph. **Culture and Cultural Politics under the Reza Shah. The Pahlavi State, New Bourgeoisie and the Creation of a Modern Society in Iran.** Nova Iorque: Routledge – Taylor and Francis Group, 2014.

GAUSE III, Gregory. **Beyond Sectarianism: The New Middle East Cold War.** Doha: Foreign Policy at BROOKINGS, 2014.

GOLDBERG, Ilan; ROSENBERG, Elizabeth. **How to Save the Iran Nuclear Deal.** Nova Iorque: **Foreign Affairs**, mar/2018. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/iran/2018-03-13/how-save-iran-nuclear-deal>>. Acesso em: mai/2019.

GRESH, Alain; VIDAL, Dominique. **The New A-Z of The Middle East.** Londres: I. B. Tauris, 2004.

HAMID, Shadi. **The Struggle for Middle East Democracy.** BROOKINGS, 2011. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/articles/the-struggle-for-middle-east-democracy/>>. Acesso em: dez/2018

HIGUERAS, Georgina. **La Primavera Árabe Inflama la Rivalidad Historica Irano-Saudí.** EL PAÍS, 2011. Disponível em: <[http://internacional.elpais.com/internacional/2011/10/12/actualidad/1318445522\\_494054.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2011/10/12/actualidad/1318445522_494054.html)>. Acesso em: out/2018.

HISTORY. Here's How the Arab Spring Started and How It Affected the World. **Youtube.** 08 de maio de 2018. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Fgcd5ZcxDys&list=PLRDVrfur3\\_ol\\_b\\_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=20&t=1s](https://www.youtube.com/watch?v=Fgcd5ZcxDys&list=PLRDVrfur3_ol_b_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=20&t=1s)>. Acesso em: fev/2019.

HITTI, Philip. **The Arabs: A Short History.** Nova Iorque: Regnery Publishing, Inc. 1996.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes.** Companhia de Bolso, 2016, 4ª reimpressão.

IRÃ. Presidente (2013-presente: Hassan Rouhani). **Discurso de posse do segundo mandato.** Teerã, 20 de maio de 2017. Disponível em: <<https://www.aljazeera.com/news/2017/05/iran-election-president-hassan-rouhani-takes-lead-170520042625946.html>>. Acesso em: mai/2019.

KHAMENEI, Ali. **Hajj hijacked by oppressors, Muslims should reconsider management of Hajj: Ayatollah Khamenei.** KHAMENEI.IR, 2016. Disponível em: <<http://english.khamenei.ir/news/4121/Hajj-hijacked-by-oppressors-Muslims-should-reconsider-management>>. Acesso em mai/2019.

KEYNOUSH, Banafsheh. **Saudi Arabia and Iran: Friends or Foes?** Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2016.

LACOSTE, Yves. **A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1997.

LIU, Chang-cheng. **Saudi-Iranian Relations, 1977-1997**. 2003. Tese (Doutorado) - Curso de Filosofia, Institute For Middle Eastern And Islamic Studies - University Of Durham, Durham, 2003.

LYNCH, Marc. **The New Arab Wars: Uprisings and Anarchy in the Middle East**. Nova Iorque: Public Affairs, 2016.

\_\_\_\_\_. **The New Arab Order: Power and Violence in Today's Middle East**. Nova Iorque: **Foreign Affairs**, v. 97, n. 5, pp. 1-2, set/2018. Disponível em: <<https://www.foreignaffairs.com/articles/middle-east/2018-08-13/new-arab-order>>. Acesso em: mar/2019.

MARSHALL, Tim. **Prisioneiros da Geografia**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2018.

MENA at Northwestern. Marc Lynch on the Middle East regional order & media politics. **Youtube**, 12 de janeiro de 2018. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=Fr0yzEFdciM&list=PLRDVrfur3\\_ol\\_b\\_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=19&t=287s](https://www.youtube.com/watch?v=Fr0yzEFdciM&list=PLRDVrfur3_ol_b_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=19&t=287s)>. Acesso em: março/2019.

MIDDLE EAST MONITOR. **US senators seek details on nuclear power cooperation with Saudi Arabia**. Disponível em: <<https://www.middleeastmonitor.com/20190403-us-senators-seek-details-on-nuclear-power-cooperation-with-saudi-arabia/>>. Acesso em: mai/2019.

MUMFORD, Andrew. **Proxy Warfare and the Future of Conflict**. The RUSI Journal, v. 158, n. 2, pp. 40-46, abr/2013. Disponível em: <[https://d11.cuni.cz/pluginfile.php/483955/mod\\_resource/content/1/Proxy%20Warfare%20and%20the%20Future%20of%20Conflict.pdf](https://d11.cuni.cz/pluginfile.php/483955/mod_resource/content/1/Proxy%20Warfare%20and%20the%20Future%20of%20Conflict.pdf)>. Acesso em: março/2019.

NADER, et al. **Saudi-Iranian Relations Since the Fall of Saddam: Rivalry, Cooperation and Implications for U.S Policy**. Santa Monica: Rand Corporation, 2009.

OSMAŃCZYK, Jan. **Encyclopedia of the United Nations and International Agreements**. Abingdon: Routledge Books, 2002.

PARTEM, Michael Greenfield. **The Buffer System in International Relations**. Journal of Conflict Resolution, v. 27, n. 1, p.03-26, mar. 1983. Disponível em: <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0022002783027001001>>. Acesso em: mar/2019.

POLLACK, Kenneth. **Armies of Sand: The Past, Present, and Future of Arab Military Effectiveness**. Oxford: Oxford University Press, 2018.

RIEDEL, Bruce. **How the 1967 War dramatically re-oriented Saudi Arabia's Foreign Policy**. Brookings, 2017. Disponível em: <<https://www.brookings.edu/blog/markaz/2017/05/30/how-the-1967-war-dramatically-re-oriented-saudi-arabias-foreign-policy>>. Acesso em: mar/2019.

RIZWAN, Muhammad *et al.* From Rivalry to Nowhere: A Study of Iran-Saudi Ties. **IOSR - Journal Of Humanities And Social Science**, v. 19, n. 9, p.91-101, set. 2014. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/f7c6/b618f1b5c0ff1deede47975633c986b66949.pdf>>. Acesso em: maio/2019.

SAID, Edward W. **Orientalismo: O Oriente como Invenção do Ocidente**. Nova Iorque: Pantheon Books, 1978.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis. **11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado**. Revista Sociologia Política, Curitiba, v. 23, n. 53, pp. 9-26, mar/2015. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-44782015000100009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782015000100009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: abril/2019

\_\_\_\_\_.; VITELLI, Marina Gisela (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

SANT'ANNA, Ivan. **O Terceiro Templo: Os Conflitos Árabe-Israelenses e os Choques do Petróleo**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2015.

SANTO, Murillo; BALDASSO, Tiago. **A Revolução Iraniana: Rupturas e Continuidades na Política Externa do Irã**. Porto Alegre: **Revista Perspectiva**: Edição Revoluções, v. 10, n. 18, pp.70-85, mar/2017. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/revistaperspectiva/article/view/80167/47837>>. Acesso em: 25 mar/2019.

SCHLESINGER JR., Arthur. **Origins of the Cold War**. Foreign Affairs, v. 46, n. 1, pp. 22-52, out/1967. Disponível em: <<http://minotb52ufo.com/pdf/Schlesinger-Origins-1967.pdf>>. Acesso em: dez/2018.

TAKEYH, Ray. **Hidden Iran: Paradox and Power in the Islamic Republic**. Nova Iorque: Holt Paperbacks, 2007.

TERTRAIS, Bruno. **The Demise of Ares: The End of War as We Know It?** The Washington Quarterly, v. 35, n. 3, pp. 7–22, summer/2012. Disponível em: <<https://www.frstrategie.org/web/documents/publications/autres/2012/2012-tertrais-twq-demise-ares.pdf>>. Acesso em: fev/2019.

THE ECONOMIST. Special Report: Arab Spring. **Youtube**. 12 de julho de 2013. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=W5dkJqUwIIs&t=4s>>. Acesso em: abr/2019.

THE GUARDIAN. **Iran backs Maliki for second term as Iraqi PM**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2010/oct/18/iran-iraq-maliki-ahmadinejad-sadr>>. Acesso em: abril/2019.

THE GUARDIAN. **Saudi Arabia curts diplomatic ties with Iran after execution of cleric**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/world/2016/jan/03/saudi-arabia-cuts-diplomatic-ties-with-iran-after-nimr-execution>>. Acesso em: mai/2019.

THE GUARDIAN. **Why Saudi Arabia is taking a risk by backing the Egyptian coup**. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/aug/20/saudi-arabia-coup-egypt>>. Acesso em: abril/2019.

THE LAST SHAH. Direção de Tim Kirby. Londres: BBC, 1982. (62min.).

TRT WORLD. Why are Iran and Saudi Arabia enemies? **Youtube**. 30 de novembro de 2018. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=IcEIYG1Tdr0&list=PLRDVrfur3\\_ol\\_b\\_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=15&t=0s](https://www.youtube.com/watch?v=IcEIYG1Tdr0&list=PLRDVrfur3_ol_b_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=15&t=0s)>. Acesso em: mar/2019.

UCHICAGO INSTITUTE OF POLITICS. How The Arab World Came Apart: The Groundbreaking New York Times' Multimedia Project "Fractured Land. **Youtube**. 06 de novembro de 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=SnAfPvWugg4&list=PLRDVrfur3\\_ol\\_b\\_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=23](https://www.youtube.com/watch?v=SnAfPvWugg4&list=PLRDVrfur3_ol_b_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=23)>. Acesso em: abr/2019.

VISACRO, Alessandro. **A Guerra na Era da Informação**. São Paulo: Ed. Contexto, 2018.

VISENTINI, Paulo G. **O Grande Oriente Médio: da descolonização à Primavera Árabe**. Rio de Janeiro: Ed. Elsevier, 2ª tiragem, 2014.

VILLA, Rafael Duarte; BRAGA, Camila de Macedo. Segurança Internacional. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (Org.). **Dicionário de segurança e defesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2018. p. 895-913.

VOX. Frenemies: A Story of Iran, Israel and the United States. **Youtube**. 31 de março de 2015. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=F6e1f36xU0I&list=PLRDVrfur3\\_ol\\_b\\_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=8&t=0s](https://www.youtube.com/watch?v=F6e1f36xU0I&list=PLRDVrfur3_ol_b_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=8&t=0s)>. Acesso em: jan/2019.

VOX. How Iran's Election Could Make History. **Youtube**. 11 de fevereiro de 2016. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=LVRTd7Ltk-4&list=PLRDVrfur3\\_ol\\_b\\_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=7&t=0s](https://www.youtube.com/watch?v=LVRTd7Ltk-4&list=PLRDVrfur3_ol_b_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=7&t=0s)>. Acesso em: jan/2019.

VOX. How this young prince seized power in Saudi Arabia. **Youtube**. 23 de janeiro de 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=DipzS0VH4PA&t=110s>>. Acesso em: mai/2019.

VOX. The Middle East's Cold War, explained. **Youtube**. 17 de julho de 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=veMFCFyOwFI&list=PLRDVrfur3\\_ol\\_b\\_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=6&t=443s](https://www.youtube.com/watch?v=veMFCFyOwFI&list=PLRDVrfur3_ol_b_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=6&t=443s)>. Acesso em: ago/2018.

WALL STREET JOURNAL. Saudi Arabia and Iran Square Off Over the Middle East. **Youtube**. 07 de dezembro de 2017. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v=d-IDKdmN9Qg&list=PLRDVrfur3\\_ol\\_b\\_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=9&t=21s](https://www.youtube.com/watch?v=d-IDKdmN9Qg&list=PLRDVrfur3_ol_b_zDmla-YdrPEZkVTSf2&index=9&t=21s)>. Acesso em: mar/2019.

WASHINGTON POST. **With Ali Abdullah Saleh's death, Saudi Arabia is paying the price for betraying the Arab Spring**. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2017/12/05/with-ali-abdullah-salehs-death-saudi-arabia-is-paying-the-price-for-betraying-the-arab-spring/?utm\\_term=.af976f45ce69](https://www.washingtonpost.com/news/global-opinions/wp/2017/12/05/with-ali-abdullah-salehs-death-saudi-arabia-is-paying-the-price-for-betraying-the-arab-spring/?utm_term=.af976f45ce69)>. Acesso em: abril/2019.

WASHINGTON POST. **Visit by Egypt's Morsi to Iran reflects foreign policy shift**. Disponível em: <[https://www.washingtonpost.com/world/middle\\_east/visit-by-egypts-morsi-to-iran-reflects-foreign-policy-shift/2012/08/27/4baf4b3a-f060-11e1-b74c-84ed55e0300b\\_story.html?utm\\_term=.0afdcba88e9](https://www.washingtonpost.com/world/middle_east/visit-by-egypts-morsi-to-iran-reflects-foreign-policy-shift/2012/08/27/4baf4b3a-f060-11e1-b74c-84ed55e0300b_story.html?utm_term=.0afdcba88e9)>. Acesso em: abril/2019.

WALTZ, Kenneth. **Realist thought and neorealist theory**. Journal of International Affairs, v. 44, n. 1, pp. 21-37, spring/1990.

\_\_\_\_\_. **Teoria das Relações Internacionais**. Lisboa: Gradiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **Theory of International Politics**. Long Grove: Waveland Press, 2010.

WEDDINGTON, Derika. **Rivalry in the Middle East: The History of Saudi- Iranian Relations and its Implications on American Foreign Policy**. 2017. Dissertação (Mestrado) - Curso de Science, Defense And Strategic Studies, Missouri State University, Springfield, 2017.

WEHREY, Frederic; et al. **Dangerous but Not Omnipotent; Exploring the Reach and Limitations of Iranian Power in the Middle East**. RAND, Project Air Force, 2008.

\_\_\_\_\_. **Saudi-Iranian Relations Since the Fall of Saddam Rivalry – Cooperation, and Implications for U.S. Policy.** RAND, Project Air Force, 2009.

WEZEMAN, Pieter. **Saudi Arabia armaments and conflict in the middle east.** SIPRI – STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2018. Disponível em: <<https://www.sipri.org/commentary/topical-background/2018/saudi-arabia-armaments-and-conflict-middle-east>>. Acesso em dez/2018.

ZAKI, Mamoon A. **The Dialectical Conflict of Religious and Secular Ideologies in the Middle East: A Philosophical and Historical Analysis.** Parker: Outskirts Press, 2018.

ZEIN, Omar. **The Middle-Eastern Cold War: The Religious Struggle Between The Kingdom Of Saudi Arabia And The Islamic Republic Of Iran.** 2015. 1 f. Tese (Doutorado) - Curso de Relações Internacionais, Ciência Política, American University In Cairo, Cairo, 2015.